



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA- SOCIEDADE,
ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**O ESTADO PARA ALÉM DA COERÇÃO:
O INIMIGO INTERNO E O *HABITUS* DE CONTRAINSURGÊNCIA**

GABRIEL PANCERA AVER

**FOZ DO IGUAÇU
2019**



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA- SOCIEDADE,
ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**O ESTADO PARA ALÉM DA COERÇÃO:
O INIMIGO INTERNO E O *HABITUS* DE CONTRAINSURGÊNCIA**

GABRIEL PANCERA AVER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia-Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maíra Machado Bichir

**FOZ DO IGUAÇU
2019**

GABRIEL PANCERA AVER

**O ESTADO PARA ALÉM DA COERÇÃO:
O INIMIGO INTERNO E O HABITUS DE CONTRAINSURGÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia-Sociedade, Estado e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^ª. Dra. Maíra Machado Bichir
UNILA

Prof^ª. Dra. Victoria Inés Darling
UNILA

Prof. Dr. Clécio Ferreira Mendes
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AVER, GABRIEL. **O Estado para além da coerção: O inimigo interno e o *habitus* de contrainsurgência.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia- Sociedade, Estado e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a influência do Estado na construção de *habitus* e consenso em relação ao primeiro movimento armado contra o regime militar brasileiro, a saber, o Movimento de Três Passos. Opta-se por uma metodologia qualitativa e, nesse sentido, define-se a análise de documentos como técnica de coleta e a análise do discurso como técnica de análise dos dados. Sendo assim, parte-se de indicadores teóricos e hipotéticos previamente elaborados, por meio da construção de paralelos teóricos entre Bourdieu e Gramsci, à análise dos documentos, a fim de confrontar tais indicadores com as categorias e elementos discursivos oriundos das análises documentais. Deste modo, esta pesquisa possibilitou a reflexão acerca do papel da mídia, compreendida enquanto aparelho privado de hegemonia, na construção de consenso em relação aos insurgentes de Três Passos, categorizando-os como inimigos internos que deveriam ser neutralizados. Do mesmo modo, possibilitou-se a correlação entre consenso e a construção de um *habitus* social específico, a saber, *habitus* de contrainsurgência, relacionando o conceito de Estado de contrainsurgência, postulado por Marini, com a lógica de produção e reprodução própria do conceito de *habitus*. Ou seja, a partir das análises dos documentos, evidencia-se como a mídia, por meio da construção de consenso, colaborou na formação de um ambiente político propício ao estabelecimento da repressão e da tortura como política de Estado e, ao mesmo tempo, como prática social.

Palavras-Chave: Estado, Consenso, Habitus, contrainsurgência.

AVER, GABRIEL. **El Estado más allá de la coerción: El enemigo interno y el *habitus* de contrainsurgencia.** 2019.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia- Sociedade, Estado e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019..

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo analizar la influencia del Estado en la construcción de *habitus* y consenso en relación al primer movimiento armado contrario al régimen militar brasileño, a saber, el Movimiento de Tres Passos. La investigación opta por una metodología cualitativa y, de esta manera, define el análisis de documentos como técnica de coleta de datos y el análisis del discurso como técnica de análisis de los datos colectados. Utilizando indicadores teóricos e hipotéticos previamente elaborados por medio de la construcción de paralelos teóricos entre Bourdieu y Gramsci, se hace el análisis de los documentos con el objetivo de confrontar los referidos indicadores y las categorías y elementos discursivos oriundos de los análisis documentales. De este modo, este trabajo nos permite reflexionar acerca del papel de la prensa, comprendida como aparato privado de hegemonía, en la construcción de consenso sobre los insurgentes de Tres Passos, categorizándolos como enemigos internos que deberían ser neutralizados. Del mismo modo, fue posible correlacionar el consenso y la construcción de un *habitus* específico, a saber, el *habitus* de contrainsurgencia, relacionando el concepto de Estado de contrainsurgencia, postulado por Marini, con la lógica de producción y reproducción propia del concepto de *habitus*. Es decir, a partir de los análisis de los documentos, se hace evidente como la prensa, por medio de la construcción de consenso, contribuyó en la formación de un ambiente político propicio al establecimiento de la represión y de la tortura como política de Estado y, al mismo tiempo, como práctica social.

Palavras-Clave: Estado, Consenso, *Habitus*, contrainsurgencia.

*Emite acordes dissonantes
Pelos cinco mil alto-falantes
Senhoras e Senhores
Ele põe os olhos grandes sobre mim
Tropicália- Caetano Veloso*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1.DAS SOLIDÕES DA AMÉRICA LATINA: O ESTADO, AS DITADURAS MILITARES E AS DISPUTAS POLÍTICAS DA METADE DO SÉCULO XX	4
1.1 A GUERRA FRIA E POLÍTICAS ESTADUNIDENSES NA AMÉRICA LATINA.....	5
1.1.1 A Operação Condor e os Golpes Militares na América Latina	7
1.2 A QUESTÃO DO ESTADO E O PAPEL DO EXÉRCITO: APORTES DE RUY MAURO MARINI	9
1.3 OS ANOS QUE ANTECEDERAM O GOLPE MILITAR DE 1964	12
1.3.1 O Governo de João Goulart	12
1.3.2 A Operação Brother Sam e o Golpe Militar de 1964	14
1.4 OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL	15
1.4.1 A Mídia Nacional e a Ascensão dos Militares ao Poder: Os Limites do Apoio e a Institucionalização da Censura	16
1.5 A DISPUTA DISCURSIVA DE 1964: ENTRE A REVOLUÇÃO E O GOLPE	19
1.6 TRÊS PASSOS: A LUTA ARMADA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA	21
1.6.1 O planejamento e as Bases do Movimento de Três Passos	22
1.6.2 A Marcha dos Insurgentes: Do Uruguai a Três Passos	24
1.6.3 A Chegada do Movimento em Três Passos	25
1.6.4 A Rota do Movimento ao Oeste do Paraná	25
1.6.5 O Desfecho do Movimento: A Tortura como Política de Estado.....	27
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MÉTODO E DO DISCURSO.....	30
2.1 SOBRE O CONTEXTO DO DISCURSO.	32
2.2 DA ANÁLISE PROPOSTA.....	35
3. O DISCURSO DA MÍDIA	38
3.1 FOLHA DE SÃO PAULO: REPORTAGEM DO DIA 27 DE MARÇO DE 1965.....	38
3.2 CORREIO DO POVO: REPORTAGEM DO DIA 28 DE MARÇO DE 1965.....	42
3.3 O DISCURSO DA MÍDIA: ANÁLISE E CATEGORIAS DISCURSIVAS.....	46
4. O DISCURSO DO MOVIMENTO.....	51
4.1 O DIÁRIO DE JEFFERSON CARDIM DE ALENCÁRIO OSÓRIO.	51
4.2 O DISCURSO DO MOVIMENTO: ANÁLISE E CATEGORIAS DISCURSIVAS.....	52
5. O DISCURSO DA POPULAÇÃO.	58
5.1 RELATO DO RADIALISTA: A NOITE EM TRÊS PASSOS	59
5.2 “FALTOU APOIO POPULAR”: REGISTRO DE CAMPONESES.....	62
6. A DOMINAÇÃO DO ESTADO PARA ALÉM DA VIOLÊNCIA E DA COERÇÃO.	66
6.1 O ESTADO EM BOURDIEU: METACAPITAL E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA.	66
6.2 ENTRE CONSENSO E COERÇÃO: O ESTADO INTEGRAL EM GRAMSCI.....	68
6.3 A EXPANSÃO DA CONCEPÇÃO DE ESTADO: PARALELOS TEÓRICOS ENTRE BOURDIEU E GRAMSCI	71
6.4 ENTRE <i>HABITUS</i> E CONSENSO: O ESTADO E A OPINIÃO PÚBLICA.....	76
7. CATEGORIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE <i>HABITUS</i> E CONSENSO	79

7.1 ESTADO E MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E A DISPUTA DISCURSIVA	79
7.2 <i>HABITUS</i> E CONSENSO: O PAPEL DA MÍDIA E A CENTRALIDADE DO EXÉRCITO	80
7.3 O <i>HABITUS</i> DE CONTRAINSURGÊNCIA E AS DITADURAS LATINO-AMERICANAS.....	84
7.4 TRÊS PASSOS E A HISTORIOGRAFIA DA TORTURA	86
7.5 ALCANCES E LIMITES DA CONSTRUÇÃO DE CONSENSO E <i>HABITUS</i>	87
7.6 A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESTADO	88
CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

Com a consolidação do golpe militar de 1964 diversos atores políticos nacionais acabaram se exilando devido às políticas autoritárias do regime militar brasileiro. No contexto dos exílios, as diversas correntes progressistas se encontravam e o debate acerca do reestabelecimento de um regime democrático no Brasil tinha proeminência. Pautava-se a necessidade ou não de um movimento organizado e armado que visasse o reordenamento político nacional.

Em Montevideú, no Uruguai, um grupo de exilados, dentre os quais se destacavam Jefferson Cardim de Alencar Osório e Alberi Vieira dos Santos, ligados a Leonel Brizola, organizaram e planejaram o primeiro movimento armado contrário ao regime militar brasileiro. Esse movimento, conhecido como Movimento de Três Passos, é o objeto de análise desta pesquisa.

Como descrito de forma pormenorizada no segundo capítulo deste trabalho, o Movimento de Três Passos teve como palco a região oeste dos três estados que conformam o sul do Brasil. Entretanto, a referida região configura-se como um espaço onde predominam ideias conservadoras e de apoio ao antigo regime militar. Nascer e crescer nessa região significa ouvir e aprender que ali não se questionava o regime militar instaurado em 1964 e que “quem andava na linha” nada tinha a temer. Portanto, o interesse em estudar o Movimento de Três Passos é motivado pela necessidade de resgatar a memória da nossa própria história. Memória da luta pela democracia e da resistência contra as arbitrariedades da ditadura militar. É opor-se ao esquecimento dos nossos próprios processos de resistência.

Objetivando analisar a influência do Estado na construção de *habitus* e consenso em relação ao Movimento de Três Passos, as análises realizadas por esta pesquisa partem de uma metodologia hipotética dedutiva e, deste modo, a pesquisa como um todo está estruturada partindo de uma perspectiva macro para uma perspectiva micro. A hipótese que orientou a elaboração dos indicadores hipotéticos dedutivos desta pesquisa foi de que o Estado, por meio da produção de consenso, teria influenciado na construção de uma narrativa hegemônica acerca do confronto entre os insurgentes e o Exército e, deste modo, influenciado na construção de *habitus* e hegemonia na população do oeste dos estados que conformam o sul do Brasil. Deste modo, a ação do Estado teria sido fundamental para construir, por meio do capital cultural e dos aparelhos privados de hegemonia, um consenso negativo em relação ao movimento analisado e, sendo assim, teria logrado articular a manutenção da coerção e consenso do Estado na região.

A pesquisa está dividida em sete capítulos. O primeiro foi destinado à reconstituição histórica do contexto do Movimento e parte do cenário internacional de disputa por hegemonia da Guerra Fria, analisando o papel da América Latina neste contexto, passando pela conjuntura histórica e política brasileira e, por fim, chegando ao contexto específico do Movimento de Três Passos, desde sua organização e planejamento no exílio até o seu desfecho, nas proximidades do município de Capitão Leônidas Marques- PR. Nesse sentido, parte-se do contexto histórico macro internacional, ao contexto micro, relacionado à especificidade do Movimento, correlacionando a disputa internacional por hegemonia e o papel da América Latina neste contexto, chegando às disputas políticas e discursivas do Movimento.

O segundo capítulo constitui-se fundamentalmente como a proposta metodológica. Nesse sentido, devido aos objetivos propostos pela pesquisa, optou-se por uma metodologia qualitativa, a saber, pela análise de documentos como técnica de coleta de dados e pela análise do discurso como técnica de análise dos dados coletados. A coleta de dados foi baseada, à luz de Richardson (2014), em uma amostra de casos múltiplos, na qual se optou pela elaboração de três categorias de documentos, a saber, documentos próprios do Movimento, documentos midiáticos e documentos relacionados à população. Por meio dos aportes de Santander (2011), a análise dos dados coletados foi feita por meio de uma análise hipotética dedutiva, ou seja, partiu-se de indicadores construídos por meio do referencial teórico e da hipótese da pesquisa para, posteriormente, correlacionar os referidos indicadores com as categorias e os elementos discursivos elencados a partir da análise dos documentos. Em suma, partiu-se “[...] de categorias prévias que apoiem a verificação da hipótese” (SANTANDER, 2011, p. 210), a fim de confrontar as categorias de análise e as categorias discursivas com a hipótese da pesquisa.

O terceiro, quarto e quinto capítulo foram destinados à análise dos documentos coletados. No capítulo 3 foram analisadas duas reportagens, uma do Jornal Folha de São Paulo e a outra do Jornal Correio do Povo, a fim de correlacionar o discurso emitido em cada uma das reportagens e compreender como se configurou o discurso da mídia em relação ao Movimento. No capítulo 4 foi analisado o diário de Osório, documento escrito em primeira pessoa no qual se relata o planejamento, a organização e as ações do Movimento. Por fim, o quinto capítulo dedicou-se à análise de documentos produzidos pela população, compreendida como fontes primárias produzidas por indivíduos que não estiveram diretamente ligados nem ao Movimento, nem ao Exército ou à mídia. Analisaram-se dois documentos, a saber, o relato

do radialista de Três Passos e um registro fotográfico de camponeses da região oeste do Paraná.

O sexto capítulo foi dedicado à elaboração teórica da pesquisa, na qual se buscou discorrer acerca dos aportes teóricos de Bourdieu e Gramsci a fim de, a despeito de suas diferenças teóricas, colocá-los em diálogo e traçar paralelos entre ambos, objetivando compreender o Estado para além do seu caráter coercitivo, ou seja, compreender a influência do Estado na construção de consenso e *habitus*, correlacionando os conceitos de ambos os autores, isto é, de como a construção de consenso está relacionada à construção de um *habitus* social específico.

No sétimo capítulo buscou-se correlacionar as categorias discursivas elencadas nos capítulos de análise de documentos com os aportes e paralelos teóricos elaborados no capítulo 6. Dentre as problemáticas analisadas ao longo do trabalho destacam-se o papel da mídia na consolidação da repressão do regime militar brasileiro, tanto como política de Estado, quanto como prática social, isto é, *habitus* de contrainsurgência, bem como, à luz de Palmar (2012), a possibilidade de repensar o estabelecimento da tortura como política de Estado, tendo em vista que os insurgentes foram torturados já no primeiro ano do regime militar brasileiro e, portanto, o Movimento de Três Passos vai de encontro à caracterização do regime militar em sua fase inicial como um regime “brando”, em comparação aos “anos de chumbo” da ditadura. Possibilita-se, portanto, problematizar a centralidade da mídia na construção de consenso e, em última instância, correlacionar consenso e *habitus*, apontando o estabelecimento de um *habitus* social específico, a saber, o *habitus* de contrainsurgência.

1. DAS SOLIDÕES DA AMÉRICA LATINA: O ESTADO, AS DITADURAS MILITARES E AS DISPUTAS POLÍTICAS DA METADE DO SÉCULO XX

Esse trabalho surge do encontro entre a curiosidade do autor em compreender melhor a realidade na qual está inserido e a literatura de Gabriel García Márquez. Sendo assim, dentre as diversas solidões da América Latina narradas por Márquez em sua obra “Cem anos de solidão”, publicada em 1967, a narrada greve dos trabalhadores da companhia bananeira merece nossa atenção. Quando já nascidos os filhos da quarta geração Buendía, na cidade de Macondo, uma greve dos trabalhadores da companhia bananeira eclodiu, liderada por José Arcádio Segundo e pelos demais dirigentes sindicais, que exigiam o direito de poder descansar no domingo.

Passados os dias da agenda de luta dos camponeses de Macondo, o governo parecia caminhar para um acordo. Três mil trabalhadores e trabalhadoras, que levavam junto a eles suas filhas e filhos, juntaram-se na praça em frente à estação do trem de Macondo para que o governo lesse o decreto sobre a greve.

Contudo, do alto de um edifício, o Chefe Civil e Militar da província leu o decreto, que considerava os trabalhadores como uma “[...] quadrilha de malfeitores [...]” e “[...] facultava ao exército o direito de matá-los à bala” (MÁRQUEZ, 2011 [1967], p.339). Tendo sido lido o decreto, o exército disparou contra a multidão. Três mil mortos. De sobrevivente apenas José Arcádio Segundo, que escapou da cidade.

Dias depois, quando José Arcadio Segundo findou sua caminhada de regresso a Macondo, buscou entre os outros habitantes da cidade indignação e revolta contra o governo pelos seus atos. Chegando lá, na primeira casa, ouviu de uma mulher: “- Aqui não houve mortes. Desde os tempos do seu tio, o coronel, nada disso acontece em Macondo” (MÁRQUEZ, 1967 [2011] p. 343), entre os outros moradores, buscou as famílias dos seus conhecidos fuzilados na praça e em todas as casas encontrou justificativas para a ausência de cada um dos trabalhadores e das trabalhadoras executadas em praça pública.

Por fim, a versão oficial, “[...] por diversas vezes repetida e reiterada por todos os meios de divulgação que o governo encontrou” (MÁRQUEZ, 2011 [1967], p. 345), acabou se impondo: “[...] não houveram mortos, os trabalhadores tinham voltado satisfeitos para suas famílias, e a companhia bananeira suspendia suas atividades enquanto a chuva não passasse.”

(MÁRQUEZ, 2011 [1967], p. 345). Contudo, narra-se que “[...] de noite, após o toque de recolher, [os militares] derrubavam as portas a coronhadas de fuzil, arrancavam os suspeitos de suas camas e os levavam numa viagem sem volta. Entretanto, seguiu-se acreditando em Macondo que nada havia passado” (MÁRQUEZ, 2011 [1967], p.345).

Anos depois, José Arcadio Segundo ainda lembrava que nada daquilo foi ilusão. Morreram três mil. Entretanto ainda acreditava-se que “[...] em Macondo nada aconteceu, nem está acontecendo, nem acontecerá nada nunca. Este é um povo feliz”. (MÁRQUEZ, 1967 [2011], p. 345).

Ainda que aqui apresentados de forma breve e sucinta, os acontecimentos narrados por Márquez (1967) nos permitem identificar elementos centrais para refletir acerca da ditadura militar (1964-1985) no Brasil e, em especial, a influência do Estado durante esse período. Dentre tais elementos, ao longo desta pesquisa, será abordada a questão da repressão e violência do Estado e da produção e reprodução de uma história oficial, por meio da disputa discursiva atrelada à ideia de “versão oficial”.

Em suma, com a apresentação da narrativa de Márquez (1967) busca-se demonstrar como o autor traz à sua literatura a realidade social e política latino-americana e como, a partir desta narrativa, pode-se pensar e refletir acerca da influência do Estado na construção de *habitus* e hegemonia, tanto com o uso da violência, como pela produção e reprodução de uma versão oficial da história.

Tendo sido apresentada a problemática à qual essa pesquisa se dedica, passaremos aos aspectos históricos e políticos que englobam e compõem o tempo e o espaço histórico do movimento de Três Passos. Tal exercício de recapitulação histórica será feito partindo da história da América Latina chegando à história do movimento de Três Passos, isto é, em uma linha de raciocínio partindo da história macro na qual o movimento está inserido avançando em direção à história e aos aspectos locais e específicos do movimento.

1.1 A GUERRA FRIA E AS POLÍTICAS ESTADUNIDENSES NA AMÉRICA LATINA

Fico (2008) afirma que, após o término da Segunda Guerra Mundial “[...] a relativa importância estratégica que o Brasil havia tido para os Estados Unidos, na época do conflito, começou a diminuir” (FICO, 2008, p. 19). Contudo, segundo o autor, o governo Dutra (1946-1950) “[...] entendia-se merecedor de algum tipo de favorecimento dos Estados Unidos, já que

o Brasil havia se revelado um aliado ativo no esforço bélico” (FICO, 2008, p. 20). Entretanto, as atenções e a economia estadunidense se voltaram à Europa, por intermédio do Plano Marshall¹, “[...] pois a situação de ruína do velho continente era incompatível com o estabelecimento de uma economia internacional fundada no livre-comércio, na abertura de mercados e, não menos importante, na liderança estadunidense” (FICO, 2008, p. 21). Segundo Fico (2008), essa perspectiva econômica e diplomática dos Estados Unidos em relação à América Latina prevaleceu até o ano de 1958, quando o vice-presidente Richard Nixon visitou alguns países latino-americanos.

A ‘desastrosa viagem à América do Sul’ de Nixon, em 1958, foi um episódio desimportante em si, mas levou o governo norte-americano a refletir sobre a sua relação com a América Latina [...] Em algumas capitais, como Lima e Caracas, Nixon foi bastante hostilizado, enfrentando situações constrangedoras em seus deslocamentos e em face de manifestações de estudantes contrários à sua presença [...]. Ficou patente, para o governo norte-americano, que a imagem dos Estados Unidos na América Latina era simplesmente péssima (FICO, 2008, p. 20-21).

Deste modo, o historiador afirma que em função da má reputação dos Estados Unidos na América Latina e também devido ao triunfo de Fidel Castro, em Cuba e à implementação do regime socialista em uma ilha localizada no continente americano, o governo estadunidense “[...] começa a questionar a eficácia de sua política para a América Latina” (FICO, 2008, p. 25).

Nesse sentido, em 13 de março de 1961, Kennedy² lança o Programa Aliança para o Progresso, com o objetivo de atrair a atenção dos governos latino-americanos, por meio da cooperação econômica e do desenvolvimento social dos países latino-americanos. No Brasil, segundo Fico (2008), vinculado à Aliança para o Progresso, destaca-se o programa “comida para a paz” e a cooperação estadunidense na assistência e modernização das polícias civis dos estados do nordeste.

Devido às diversas adversidades³ e problemas encontrados pelo governo estadunidense na efetivação da Aliança para o Progresso, o então presidente Johnson⁴ realizou uma grande reforma nomeando Thomas C. Mann para “por fim à desordem” (FICO, 2008, p.

¹O Programa de Recuperação Europeu, proposto pelo então secretário de Estado estadunidense, George Marshall, no ano de 1947, financiou a reconstrução da Europa por meio da ajuda econômica dos Estados Unidos, entre 1948 e 1951.

²John F. Kennedy foi o 35º presidente dos Estados Unidos, eleito em 1960.

³Fico (2008) traça um detalhado panorama acerca do planejamento e execução da Aliança para o Progresso na América Latina, destacando as adversidades enfrentadas pelo governo estadunidense na implementação do programa de cooperação entre Estados Unidos e os países da América Latina. (FICO, 2008).

⁴Lyndon B. Johnson foi o 26º presidente dos Estados Unidos. Assumiu o cargo em 22 de novembro de 1963, após o assassinato de Kennedy e foi reeleito em 1964.

34) no Programa. A maior mudança na gestão de Mann foi a implementação do que posteriormente ficou conhecido como “Doutrina Mann”, segundo a qual “[...] os Estados Unidos deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas, mesmo que fossem autoritários ou ditatoriais” (FICO, 2008, p. 35).

Contudo, tal afirmação referente à passividade frente à regimes autoritários e ditatoriais, desde que barrassem o avanço do comunismo nos países latino-americanos, segundo Fico (2008), não foi uma grande mudança interna dentro do governo dos Estados Unidos. Segundo o historiador “[...] não apenas Thomas Mann, mas outros de seus membros, inclusive antigos auxiliares de Kennedy, estavam cada vez mais convencidos da necessidade desse tipo de atitude intervencionista por causa da estratégia- aliás, estabelecida por Kennedy- da contrainsurgência [...] para a América Latina” (FICO, 2008, p. 37).

Sendo assim, percebemos uma mudança das relações econômicas e diplomáticas dos Estados Unidos em relação à América Latina entre o final da Segunda Guerra Mundial e 1958, quando o governo estadunidense começa a perceber a necessidade de rever a sua política em relação à América Latina. Do mesmo modo, evidencia-se o duplo sentido da Aliança para o Progresso, é dizer, a cooperação em relação ao desenvolvimento econômico e social com a contrapartida da contenção do avanço das ideias comunistas no continente (FICO, 2008).

1.1.1 A Operação Condor e os Golpes Militares na América Latina

O apoio e a influência dos Estados Unidos aos regimes militares na América Latina, como política de combate à expansão das ideias e políticas comunistas no continente, tem vasta produção dentro da academia e foi tema de estudo de diversos autores e autoras da História e das Ciências Sociais.

Segundo Rapoport e Laufer (2000), “[...] a dimensão continental das políticas norte-americanas para os países do Cone Sul se traduziu em uma generalizada adoção por suas Forças Armadas da doutrina militar [...] centrada no combate ao ‘inimigo interno’” (RAPOPORT e LAUFER, 2000, p. 71). Deste modo, os autores afirmam a existência de paralelos na ascensão dos militares ao poder político nos países latino-americanos na segunda metade do século XX, devido à motivação pela qual os militares chegaram ao poder, a saber, a contenção do “inimigo interno”, isto é, de movimentos ligados às ideias comunistas.

Destaca-se, por exemplo, a ascensão dos militares no Brasil (1964- 1985), no Equador (1972-1979), na Argentina (1966-1973 e 1976-1983), no Chile (1973-1990), na Bolívia (1971-1985), no Uruguai (1973-1984), no Peru (1968-1980), no Paraguai (1954-1989), no Panamá (1968-1989), na Nicarágua (1966-1985) e na Guatemala (1954-1996).

Sendo assim, “[...] uma rápida reconstrução dos processos que desembocaram nos golpes militares de Estado [...] mostra que, além de suas especificidades de lugar e circunstância e de suas motivações e conflitos internos [...] os movimentos se inscrevem no marco de uma estratégia única que se desenvolveu então por toda a América Latina” (RAPOPORT e LAUFER, 2000, p. 91).

A operação Condor é uma expressão das ditaduras militares latino-americanas enquanto estratégia única de contenção do comunismo e repressão a opositores políticos na América Latina. A operação, iniciada em Santiago, durante uma reunião entre os presidentes do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru, entre os dias 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975, tinha como principal objetivo coordenar a repressão contra opositores políticos e contra movimentos insurgentes nos países que compunham a operação.

Segundo Quadrat (2002), durante a referida reunião definiu-se que a sede da operação seria a DINA⁵. Contudo, ainda que com sede definida, “[...] as ações ocorriam independentes de uma ordem vinda de um comando central, ou seja, os agentes agiam de acordo com o seu superior hierárquico imediato ou mais próximo” (QUADRAT, 2002, p. 169). Além disso, criou-se um banco de dados conjunto entre os países membros da operação.

A relação entre a operação Condor e a estratégia e os interesses dos Estados Unidos na América Latina está precisamente no treinamento conjunto que os militares dos países integrantes da operação receberam. Nesse sentido, destaca Quadrat (2002), a Escola das Américas foi fundamental. A referida escola foi fundada em 1946, no Panamá, pelo então presidente Kennedy e teve como principal objetivo o treinamento de militares latino-americanos nas operações contra o avanço do comunismo no continente.

Como parte do treinamento, cerca de 60.000 militares latino-americanos foram enviados para a Escola Militar das Américas. As fontes disponíveis sobre esta escola são as apostilas⁶ de cursos e a relação dos alunos que passaram por ela, muitos dos

⁵ Direção de Inteligência Nacional do Chile. Refere-se à polícia secreta do regime de Pinochet.

⁶ Quadrat (2002) faz uma ampla relação do conteúdo das apostilas de curso utilizadas pela Escola para as Américas elencando as formas e os métodos como o Exército estadunidense treinava os militares latino-americanos. Ver: Quadrat, (2002).

quais estiveram envolvidos em acusações de torturas e violações dos direitos humanos em seus países (QUADRAT, 2002, p. 174).

Sendo assim, a Escola para as Américas foi responsável pela disseminação do anticomunismo na América Latina e pelo treinamento de militares de diversos países do continente na repressão aos movimentos insurgentes que eclodiam em diversos países latino-americanos.

Deste modo, pode-se afirmar a existência de correlações políticas e históricas entre os diversos golpes militares que ocorreram na América Latina durante a segunda metade do século XX. A Escola para as Américas e a Operação Condor são duas evidências de que a ascensão dos militares ao poder político foi parte de uma estratégia única de contenção dos avanços da influência da União Soviética e, conseqüentemente, do fortalecimento da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina.

1.2 A QUESTÃO DO ESTADO E O PAPEL DO EXÉRCITO: APORTES DE RUY MAURO MARINI

Ao discorrermos acerca da Operação Condor e da Escola para as Américas como partes de uma estratégia do governo estadunidense para a contenção dos avanços das ideias comunistas na América Latina, e ao se propor uma análise da caracterização do Estado durante as ditaduras militares latino-americanas, dois elementos se destacam, a saber, a perspectiva de combate a um “inimigo interno” e o papel e a centralidade do Exército.

Nesse sentido, os aportes teóricos⁷ de Marini (1978) são importantes para compreendermos o caráter dos Estados ditatoriais latino-americanos. O autor parte da concepção de que as ditaduras militares na América Latina formaram parte de um período histórico contrarrevolucionário. Considerando os objetivos desse trabalho, busca-se compreender como a ideia de contrarrevolução afeta o caráter dos Estados latino-americanos nesse período.

A contrainsurgência enquanto elemento conformador do caráter dos Estados Latino-Americanos neste período está profundamente ligada às políticas estadunidenses em relação à América Latina, como visto anteriormente. A disputa pela hegemonia internacional, entre União Soviética e Estados Unidos, refletiu-se na conformação dos Estados latino-americanos

⁷Devido às escolhas teóricas próprias dessa pesquisa, não se retoma a totalidade da construção teórica de Marini (1978). Nesse sentido, realiza-se um recorte da concepção do autor em relação ao caráter dos Estados latino-americanos devido à relevância da sua obra para compreendermos o papel do Exército e a centralidade do Estado no combate ao ‘inimigo interno’. Para ter acesso à totalidade do argumento de Marini, ver: Marini, (1978).

tendo em vista a disputa pela consolidação de hegemonia no nosso continente. Segundo Marini (1978), a alteração nas políticas estadunidenses geraram mudanças profundas nos planos militares latino-americanos que, em suma, geraram uma doutrina de contrainsurgência, compreendida como o “[...] estabelecimento de uma linha de enfrentamento aos movimentos revolucionários a ser desenvolvida em três planos: aniquilamento, conquista das bases sociais e institucionalização” (MARINI, 1978, p. 2).

Além disso, a contrainsurgência se fundamenta na concepção de que os movimentos revolucionários não emergiam da sociedade, mas eram a ela imputados, ou seja, a subversão é tida como um movimento de inimigos infiltrados, e não como uma manifestação de uma parcela da população contrária ao regime instituído. Nesse sentido, ocorre um deslocamento do enfrentamento do Exército, ou seja, antes o Exército agia no conflito contra ameaças e inimigos externos que ameaçavam os interesses e os cidadãos do Estado. Na doutrina de contrainsurgência, o inimigo está alocado no interior do próprio Estado e, portanto, passa a ser internamente combatido. A violência interna se legitima na concepção de alienação da sociedade, ou seja, esse inimigo interno não é um cidadão ao qual o Exército deve segurança, mas sim um infiltrado externo que visa ameaçar a segurança e os interesses nacionais.

Portanto, segundo Marini (1978), a contrainsurgência se fundamentou no discurso de reestabelecimento da democracia burguesa, isto é, não se questiona a validade e a centralidade da democracia, contudo, propõe-se sua limitação e suspensão temporária durante a “campanha de aniquilamento”. Nesse sentido, as práticas repressivas, a violência como política de Estado e a perseguição de opositores políticos se justificam enquanto políticas que visam reestabelecer uma democracia que estava ameaçada. Desta maneira, legitima-se o confronto, a repressão e a tortura desses “inimigos internos”, a fim de que o Exército “devolva” para a população uma democracia sólida.

Sendo assim, percebe-se como, segundo Marini (1978), a contrainsurgência se constitui enquanto doutrina e enquanto fator determinante sobre os Estados Latino-Americanos durante o período de ascensão dos militares aos poder. Essa concepção de Estado, segundo o autor, não significa um rompimento expressivo em relação às bases do Estado capitalista moderno. Contudo, a especificidade deste Estado consiste na “[...] aliança entre as Forças Armadas e o capital monopólico” (MARINI, 1978, p. 4), sendo essa aliança o centro da tomada de decisões do poder executivo, isto é, as Forças Armadas e o capital monopólico centralizam em si a deliberação política, excluindo, em grande medida, as demais

instituições que compõem o Estado moderno. Nessa perspectiva, “[...] os tecnocratas civis e militares, que se ocupam da gestão do Estado, não são mais do que a representação política do capital” (MARINI, 1978, p. 5).

Sabe-se que, enquanto instituição de combate e defesa, o Exército é um dos pilares que conforma o Estado moderno desde a sua formação. Maquiavel (1532), por exemplo, discorre acerca da relevância dos Exércitos nacionais⁸, apontando as fragilidades em confiar e depender de soldados mercenários. Do mesmo modo, Anderson (1974), identifica a introdução de Exércitos regulares⁹ como uma das principais alterações entre o sistema feudal e a formação dos Estados nações, tendo em vista a centralidade do Exército na consolidação das monarquias absolutistas.

Em relação à formação dos Estados Latino-Americanos, Centeno¹⁰ (2014) analisa a influência dos Exércitos e da guerra na construção de um sentimento de coletividade, isto é, de povo e a relação entre os conceitos de guerra total e guerra limitada na conformação da estrutura burocrática do Estado, evidenciando, portanto, a correlação entre a guerra e os Exércitos na formação e na caracterização dos Estados na América Latina.

É possível, a partir do contato com a bibliografia, indicar a vasta produção científica em relação à instituição das Forças Armadas enquanto pilar de conformação dos Estados Nacionais. Sendo assim, parte-se da concepção do Exército como uma instituição própria do Estado moderno. Contudo, como evidencia Marini (1978), durante as ditaduras militares latino-americanas, os Exércitos não se limitaram à defesa e combate, objetivo próprio de sua existência enquanto instituição, e passaram a agir ativamente e com preeminência na deliberação política e na gestão dos Estados, atrelados ao capital monopólico.

Nesse sentido, no Estado de contrainsurgência o inimigo deixa de ser unicamente externo e passa a estar presente no interior do Estado Nacional. Desta maneira, o Exército deveria proteger os cidadãos e os próprios interesses do Estado contra os agentes comunistas que agiam internamente no país.

⁸ Os capítulos XII, XIII e XIV de ‘O Príncipe’ são dedicados à análise militar do príncipe e a centralidade do Exército para governar. Ver: Maquiavel, N., 2013 [1532].

⁹ Segundo Anderson (1974), os Exércitos regulares eram compostos por recrutas, vindos dos territórios sobre os quais o monarca tinha domínio e mercenários. Para compreender a totalidade do argumento de Anderson (1974) sobre a centralidade do Exército, ver: Anderson, P., 1974.

¹⁰ Ver: Centeno, 2014.

1.3 OS ANOS QUE ANTECEDERAM O GOLPE MILITAR DE 1964

Retomamos até aqui os aspectos sociais e políticos que conformaram o cenário internacional latino-americano após a segunda Guerra Mundial, compreendendo a relação das estratégias de desenvolvimento social e econômico do governo estadunidense em relação à América Latina. Do mesmo modo, à luz de Marini (1978), compreendemos a relação entre Estado e Exército durante esse período específico dos Estados latino-americanos e, sendo assim, passamos à análise específica do contexto político, social e econômico que acarretou o golpe de 1964 no Brasil.

1.3.10 Governo de João Goulart

A tumultuada posse do 24º presidente do Brasil, João Goulart (Jango) foi, em certa medida, uma expressão prévia dos anos que sucederam a renúncia de Jânio Quadros. Em 25 de agosto de 1961, enquanto Goulart estava na China, o então presidente Jânio Quadros renuncia à Presidência agravando ainda mais a crise política no país. A constituição era clara em relação a quem deveria assumir a Presidência, a saber, o vice-presidente, João Goulart. Contudo, os ministros militares se opuseram à posse por discordâncias políticas cruciais com Goulart, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os militares alegavam que o vice-presidente mantinha contato com partidos ligados às ideias comunistas, como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Leonel Brizola¹¹, então governador do Rio Grande do Sul, liderou a campanha pela legalidade, que apoiava a posse de João Goulart, respeitando a constituição do Brasil. Usando mais de cem emissoras de rádio, o movimento incentivava a população a sair às ruas demandando a posse imediata de Jango.

Contudo, o então vice-presidente também encontrou resistência à sua posse no Congresso Nacional e, em seu retorno da China, aguardou em Montevideu a solução da crise política agravada com a renúncia de Quadros. Como saída da crise, o Congresso propôs a adoção do parlamentarismo, João Goulart assumiria a Presidência, respeitando a constituição,

¹¹ Leonel de Moura Brizola foi governador do estado do Rio Grande do Sul (1959-1963) e do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994). Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Brizola liderou o movimento de apoio à posse de Goulart e, após o golpe de 1964, exilou-se no Uruguai onde continuou ligado aos movimentos contra a ditadura militar. Ainda antes do golpe, destaca-se o movimento 'grupo dos onze', que consistia fundamentalmente em pequenos grupos favoráveis às reformas de João Goulart. Durante o regime militar, destaca-se, por exemplo, a influência de Brizola no planejamento e organização do movimento de Três Passos, objeto de análise desta pesquisa. Após o fim da ditadura militar, voltou ao Brasil e fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

porém, parte do seu poder seria deslocado à figura do primeiro-ministro, que chefiaria o governo.

Sendo assim, Jango assume a Presidência do Brasil no dia 8 de setembro de 1961 e continua no cargo até o dia 31 de março de 1964, data do golpe militar. Entretanto, desde o dia da sua posse, Goulart “[...] passou a lutar pelo retorno do presidencialismo, o que aconteceu no início de 1963” (FICO, 2008, p. 69). No que se refere ao governo de Jango “[...] podemos afirmar que, entre os analistas em geral, prevalece uma leitura negativa sobre a atuação de Goulart, pois os pronunciamentos condenatórios são abundantes, encontráveis em memórias, biografias de contemporâneos, entrevistas, etc” (FICO, 2008, p. 69).

Fico (2008) afirma que, na historiografia política do Brasil, predomina a imagem de Jango como administrativamente inconsistente e politicamente demagogo¹², principalmente porque “[...] ele tardou muito a apresentar com clareza aquilo que demandava- as “reformas de base” que vinha anunciando como indispensáveis para o Brasil” (FICO, 2008, p. 69). Afirma ainda que, “[...] somente na sua mensagem ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1964, duas semanas antes do golpe, Goulart descreveu com algum detalhe aspectos das reformas pretendidas.” (FICO, 2008, p. 69).

A imagem de Jango foi prejudicada tendo em vista que há aqueles e aquelas que especulam acerca da possibilidade de haver freado os soldados de Mourão Filho¹³ com violência. “De fato, contestando a inevitabilidade do golpe, há quem considere que um bombardeio teria parado a coluna de Mourão” (FICO, 2008, p. 70). Contudo, sabe-se que as guarnições que visavam ocupar o Rio de Janeiro não encontraram nenhuma resistência. Jango já havia decidido não resistir ao golpe. Deste modo, a imagem de Jango foi prejudicada tendo em vista que ele optou por não enfrentar as tropas de Mourão e o estabelecimento do golpe, enquanto julga-se que uma ação repressiva, como um bombardeio, poderia ter freado a ascensão dos militares ao poder.

Fico (2008), em relação à perspectiva da inevitabilidade do golpe por parte de Goulart, destaca que:

Também existem relatos de que Goulart foi avisado, quando ainda estava no Rio de Janeiro, do apoio norte-americano aos golpistas e da disposição dos Estados Unidos

¹²Ainda que seja necessário levar em consideração que Jango assumiu plenos poderes como presidente apenas em janeiro de 1963.

¹³O general Olimpio Mourão Filho teve um papel determinante no golpe de 1964. No dia 31 de março de 1964 colocou suas tropas “na rua” a fim de ocupar o estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro.

de reconhecerem um governo alternativo ao dele, o que certamente teria pesado em sua decisão de não resistir. As evidências existentes sobre os avisos são algo truncadas (FICO, 2008, p. 72).

É fundamental destacar como a lógica do “inimigo interno” está presente na relação entre Jango e o Exército. Desde a resistência à sua posse, a desconfiança do Exército era baseada na proximidade de Goulart com partidos ligados às ideias comunistas e socialistas, pela sua atuação no Ministério do Trabalho durante o governo Vargas e pelas suas propostas de reformas de base, dentre as quais se destaca a reforma agrária, o programa de habitação e a reforma universitária. Do mesmo modo que despertava a desconfiança e insegurança dos militares, Jango não era bem visto pelo governo estadunidense, como veremos a seguir, quando abordarmos a operação Brother Sam.

O autor destaca ainda que “[...] Goulart foi bem pouco habilidoso no que se refere à sua política para a área militar” (FICO, 2008, p. 73). Vale ressaltar, entretanto, que Jango enfrentou a maior campanha externa de desestabilização política do Brasil, sabendo das políticas de Kennedy para a América Latina, anteriormente abordadas e que o presidente enfrentou, ademais, a campanha de desestabilização interna, protagonizada por grupos nacionais como, o Ipes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

1.3.2 A Operação Brother Sam e o Golpe Militar de 1964

Dentre os diversos fatores acima descritos que levaram à insustentabilidade do governo de Jango e ao golpe de 1964, cabe destacar a operação de desestabilização externa enfrentada por Goulart e, nesse sentido, destaca-se a Operação Brother Sam.

A campanha de desestabilização evoluiria para o planejamento de um possível golpe: como deveria comportar-se o governo norte-americano na hipótese de grupos brasileiros tentarem remover Goulart do poder? A possibilidade de afastar Goulart da Presidência da República do Brasil parece ter se constituído em alternativa efetiva de trabalho para o governo norte-americano, no final de 1963, ou, se pudermos ser mais claros, a hipótese com certeza foi considerada seriamente, inclusive em termos de ajuda norte-americana concreta aos golpistas (FICO, 2008, p. 86).

Fico (2008), ao longo do seu trabalho, evidencia as diversas formas de apoio por parte do governo estadunidense à campanha de desestabilização de Goulart no Brasil. A título de exemplificação, destacam-se o repasse para despesas como “[...] rádio (US\$ 45 mil), TV (US\$ 69 mil), imprensa (US\$ 100 mil), unidades móveis de exibição de filmes (US\$ 154 mil) [...] programa de publicação de livros (US\$ 490 mil) e concessões financeiras para o programa de centros culturais e ensino de línguas (US\$ 400 mil).” (FICO, 2008, p. 80).

Contudo, como destacado anteriormente, a ajuda concreta dos Estados Unidos não se limitou ao financiamento de propaganda e atividades culturais. A Operação Brother Sam, inscrita no plano de contingência estadunidense estabelecia que “no caso de algum confronto [entre Goulart e os militares a favor do golpe], nenhum apoio seria dado a Goulart” (FICO, 2008, p. 93). O governo estadunidense, em vez disso, providenciaria “[...] apoio secreto ou mesmo aberto [aos golpistas], particularmente suporte logístico (derivados de petróleo, comida, armas e munição)” (FICO, 2008, p. 93) e afirma ainda que havia a possibilidade de “[...] intervir com forças somente se houvesse clara evidência de intervenção soviética ou cubana, [...] diretriz que estabeleceu a força-tarefa naval que futuramente se chamaria Brother Sam” (FICO, 2008, p. 93).

Sendo assim, o historiador evidencia o apoio incondicional dos Estados Unidos aos militares que se opunham à Goulart, prestando suporte logístico, financiamentos culturais e de propaganda e, em última instância, se necessários, apoios militares diretos com uma “intervenção com força”.

Deste modo, percebe-se que a ideia de combate a um “inimigo interno” estava profundamente ligada à tensão internacional da Guerra Fria e que o governo estadunidense estava disposto a disputar sua hegemonia no continente americano, evitando movimentos como os que haviam acontecido em Cuba, com diversas formas de financiamento e apoio.

1.4 OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Em meio aos fatores sociais, econômicos e históricos supracitados, no dia 31 de março de 1964 ocorre no Brasil o golpe militar. João Goulart foge do Rio de Janeiro para Brasília e, posteriormente, segue-se seu exílio no Uruguai. O Congresso Nacional, ratificando a indicação feita pelo Comando Militar, elegeu¹⁴ em 11 de abril de 1964 Castello Branco¹⁵ ao cargo da Presidência do Brasil. Pretende-se aqui resgatar as primeiras mudanças realizadas pelo governo militar no Brasil, abarcando os governos de Castello Branco e de seu sucessor, Costa e Silva, tendo em vista a periodização desta pesquisa, ou seja, o Movimento de Três Passos foi organizado e executado durante os primeiros governos da ditadura militar brasileira.

O Ato Institucional 1 (AI-1), foi assinado ainda no ano de 1964 e teve como principal objetivo legitimar o regime militar. No ano de 1966, o país adotou o sistema bipartidarista, onde havia o partido do governo militar, a saber, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e

¹⁴ As eleições de 11 de abril de 1964 foram indiretas.

¹⁵ Na data de sua eleição, marechal Castello Branco era Chefe de Estado-Maior do Exército.

a “oposição”, denominada, Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O AI-2¹⁶, assinado no ano de 1965, permitia a existência de mais partidos políticos, mas estipulava pré-requisitos (exigência da aprovação de 20 senadores e de 120 deputados) para a criação dos mesmos, o que na prática inviabilizava a fundação de mais partidos políticos no país.

O Ato Institucional 3 (AI-3), assinado em 1966, dispôs sobre alterações profundas no sistema político brasileiro. Dentre elas, destacam-se as eleições indiretas para cargos nacionais, estaduais e municipais. Os prefeitos das capitais estaduais não seriam mais eleitos, mas sim indicados por nomeação dos governadores, mediante aprovação prévia da assembleia legislativa.

O Ato Institucional 4 (AI-4), assinado por Castello Branco em 1966, teve como intenção organizar e discutir uma nova constituição federal. Deste modo, o presidente foi designado a reunir uma Comissão Mista, composta por senadores e deputados, todos de sua escolha, para debater a nova constituição. No ano de 1967, a nova constituição do Brasil foi promulgada pelo Congresso Nacional.

O Ato Institucional 5 (AI-5), assinado em 1968, é considerado o AI mais duro de todos os atos institucionais. Por meio dele, o presidente da república ganha autonomia para fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas e passava a assumir, junto aos governadores estaduais, as funções do Poder Legislativo. Do mesmo modo, com argumentos ligados à “segurança nacional”, o governo federal poderia intervir nas gestões municipais, suspendendo autoridades locais e nomeando interventores federais, estabeleceu-se o toque de recolher, a censura prévia de músicas, filmes, teatros e televisão, a suspensão de habeas corpus em casos de prisão política, etc.

Deste modo, ainda que apresentados apenas 5 dos 17 atos constitucionais assinados durante o regime militar, percebe-se as principais alterações na política nacional após o golpe de 1964, bem como é perceptível a forma como o governo militar foi construindo a sua forma autoritária de governar, legislando por meio de atos institucionais, com o objetivo de “compatibilizar” a constituição com a nova ordem da “revolução”.

1.4.1 A Mídia Nacional e a Ascensão dos Militares ao Poder: Os limites do Apoio e a Institucionalização da Censura

¹⁶ Assinado no dia 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional 2, com 33 artigos, vinha para compatibilizar certos dispositivos da constituição de 1946 que não eram compatíveis com a nova ordem “revolucionária”.

Dentre as supressões de direitos instaurados pelo AI-5, como mencionado anteriormente, a censura prévia de músicas, teatros, livros, filmes e de programas de televisão e rádio, é de especial interesse desta pesquisa, tendo em vista que, na análise metodológica proposta, serão trabalhadas reportagens de jornais impressos que foram veiculados durante a vigência das políticas de censura. Sendo assim, retomaremos alguns aspectos centrais sobre como ocorreu a institucionalização da censura no Brasil, bem como sobre o comportamento da mídia impressa frente à ascensão do regime militar.

Em relação ao comportamento da mídia frente ao regime militar, Machado (2017) afirma que setores¹⁷ dos meios de imprensa atuaram como mecanismos fundamentais da veiculação da propaganda do governo ditatorial. Neste sentido, afirma que “[...] a imprensa foi um dos principais instrumentos ideológicos na preparação e instalação do golpe de Estado, uma vez que a imprensa declarou abertamente¹⁸ o seu apoio à intervenção militar” (MACHADO, 2017, p. 57).

Segundo Machado (2017), ainda que a Lei nº 1.077¹⁹ tenha sido promulgada apenas no dia 26 de Janeiro de 1970, as suas atribuições já estavam presentes na grande mídia nacional. A citada lei foi promulgada pelo governo federal com o objetivo de controlar a divulgação e a circulação de informações que fossem contra a ordem e contra os costumes nacionais. Como pode ser observada ao longo de todos os seus oito artigos, a Lei nº 1.077 reforçou a institucionalização da censura no Brasil, já presente desde a publicação do AI-5. Por meio dela o Departamento de Justiça passou a ter autonomia para averiguar a pertinência do conteúdo veiculado em qualquer meio de comunicação em todo território nacional e de impor sanções (estipuladas pela mesma lei) aos que divulgassem conteúdos contrários à ordem e aos costumes nacionais.

¹⁷ Não é possível generalizar o apoio midiático ao regime militar, tendo em vista que existiram meios de comunicação que atuaram na resistência contra o regime. Neste sentido, destaca-se, por exemplo, dentro da mídia do Oeste do Paraná, o jornal Nosso Tempo. Para mais informações sobre as mídias “alternativas” e sobre o jornal Nosso Tempo ver: OLIVEIRA, A., 2017.

¹⁸ Nesse sentido, cabe ressaltar, por exemplo, o apoio da Rede Globo à Ditadura Militar brasileira. No dia 02 de abril de 1964 o editorial do jornal o Globo trazia, em sua primeira página, a manchete “Ressurge a democracia”, referindo-se ao golpe de 1964. No dia 31 de agosto de 2013 a emissora publicou uma nota, via o jornal O Globo, na qual afirma que “a consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram que, à luz da História, o apoio [ao golpe de 1964] se constitui um equívoco.” (O GLOBO, 2013). A nota completa da editora de retratação à sociedade pelo apoio ao golpe está disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604> <Acessado em 19 de abril de 2019>.

¹⁹ Ver: BRASIL, Decreto-Lei Nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970. Casa Civil, Brasília, DF.

Como destaca Motta (2013), desde o golpe de 1964 a grande mídia nacional apoiou a ascensão dos militares ao poder, passando a conferir uma forte base para a “[...] ala liberal dos apoiadores de 1964”, ou seja, “[...] os jornais flertavam com a ala “liberal” dos apoiadores de 1964, que temperavam seu amor pela liberdade com notável transigência às intervenções autoritárias para defesa do status quo” (MOTTA, 2013, p. 63). Nesta perspectiva, o autor destaca a relação dos primeiros anos do golpe (1964-1970) entre mídia e Estado como uma relação ambígua e complexa, isto é, que variava entre apoiadora e crítica ao regime militar.

Entretanto, Motta (2013) destaca que a complexidade e ambiguidade estavam ligadas principalmente às medidas autoritárias do governo militar, mas convergiam quase que de forma homogênea com as políticas anticomunistas e antissubversivas. Aponta ainda que, em relação às medidas autoritárias, a lei supracitada foi determinante na “adequação” da grande mídia às políticas autoritárias do regime. Nesse sentido, percebe-se que a mídia acabou aderindo e dando um suporte fundamental ao discurso antissubversivo e anticomunista no Brasil, reforçando a intervenção do Exército no governo Goulart como a única saída para a manutenção da democracia no Brasil, ainda que tenha se mantido contrária²⁰ às políticas repressivas do Estado.

Na mídia brasileira, a Rede Globo teve uma grande atuação durante os anos que antecederam e, de mesmo modo, nos anos que seguiram o golpe de 1964. A Rede, tanto pelos jornais impressos, quanto pelos telejornais, alcançava uma audiência expressiva e, portanto, sua análise em específico corrobora na compreensão do comportamento da mídia hegemônica como um todo. A nota oficial²¹ publicada pelo jornal O Globo, em 2013, na qual as Organizações Globo pedem desculpas à sociedade e afirmam que o apoio ao golpe foi um equívoco, evidencia a complexidade e ambiguidade na relação entre a mídia e a ditadura. Na referida nota, as Organizações Globo afirmam que “[...] naquele contexto, o golpe, chamado de ‘revolução’, termo adotado pelo Globo por muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter o Brasil uma democracia” (O GLOBO, 2013) e, sendo assim, por esta razão teria apoiado a ascensão dos militares. Contudo, reforça que “[...] sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição de jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO” (O GLOBO, 2013).

²⁰ Quando pensamos na contraposição da mídia às políticas autoritárias dos militares, há que se levar em consideração a repressão à própria veiculação de reportagens que contrariassem as decisões e ações do Exército.

²¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604> <Acessado em 19 de abril de 2019>.

Desta maneira, percebe-se que a complexidade e a ambiguidade da relação entre a mídia e a ditadura estão profundamente ligadas à disputa discursiva acerca do caráter da ascensão dos militares ao poder. Isto é, a despeito da evidente repressão aos jornalistas e da censura prévia da publicação dos editoriais e dos programas de rádio e TV, a mídia aderiu ao discurso de que o regime militar era a única saída para a manutenção da democracia no Brasil.

1.5 A DISPUTA DISCURSIVA ACERCA DE 1964: ENTRE A REVOLUÇÃO E O GOLPE

Retomar a disputa discursiva acerca do caráter da ascensão dos militares ao poder em 1964 é fundamental aos interesses dessa pesquisa, tendo em vista que a disputa discursiva acerca da constituição do que foi o dia 31 de março de 1964 na história política brasileira é reflexo de uma forte disputa política entre a tentativa do Exército de legitimar suas ações, afirmando a necessidade da continuidade das Forças Armadas no poder, e as acusações aos militares em relação ao caráter golpista do regime militar, bem como as denúncias de violações aos direitos humanos praticados pelo Exército. Nesse sentido, a disputa política e discursiva transpassa a ideia de Revolução de 1964, por parte do Exército, e de Golpe de 1964, por parte daqueles e daquelas que se opuseram à ascensão militar no Brasil.

Cinquenta e cinco anos após a ascensão dos militares ao poder e trinta e quatro anos após a redemocratização do país, percebemos que a disputa entre o caráter revolucionário e golpista do regime militar continua presente na sociedade brasileira. Destaca-se, por exemplo, a decisão²² do atual presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro, anunciada por meio do porta-voz da presidência, Otávio Barros, no dia 25 de março de 2019, de incentivar o Ministério da Defesa e as guarnições militares do país a comemorar o 55º aniversário da Revolução (nas palavras do porta-voz da presidência) de 1964. Do mesmo modo, tal disputa é evidenciada nas declarações do ministro da educação, Ricardo Vélez Rodriguez²³. Para o ministro, o regime militar não se caracterizou como uma ditadura e a ascensão dos militares não foi um golpe contra a democracia brasileira. Nessa perspectiva, o ministro propôs uma revisão nos livros didáticos utilizados nas escolas públicas do país, visando alterar os conteúdos que caracterizam o regime militar como ditatorial e o dia 31 de março de 1964 como a data do **golpe** militar no Brasil.

²² Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml> <Acessado em 19 de abril de 2019>.

²³ Assumiu o ministério da educação em janeiro de 2019 e foi exonerado do cargo no dia 8 de abril do mesmo ano.

Nesse sentido, percebe-se que a disputa entre Revolução e Golpe segue latente e presente na política e na história brasileira. Interessa-nos agora, de forma breve, resgatar os fundamentos do discurso acerca do “golpe de 1964”, bem como do discurso acerca da “revolução de 1964”.

A ideia de revolução de 1964 foi utilizada pelos militares como mecanismo de legitimação do regime militar. Sabe-se que as Forças Armadas se preocuparam em legitimar a ascensão do Exército ao poder, tendo em vista que rompia com a ordem política determinada pela Constituição. Os Atos Institucionais evidenciam o esforço e a preocupação do Exército em legitimar juridicamente o regime militar. O discurso acerca da Revolução estava fundamentado na ideia de “inimigo interno”, isto é, afirmava que a única maneira do Brasil continuar sendo uma democracia era através da chegada dos militares ao poder executivo. Como já evidenciado, por meio da citação da nota divulgada pela Rede Globo, o discurso da Revolução foi amplamente utilizado pela mídia nacional e cooperou com a manutenção do Exército no poder durante os 21 anos do regime militar.

Contudo, à luz da história, sabe-se que a ascensão dos militares ao poder não resultou na manutenção da democracia no Brasil. Pelo contrário, os esforços do Exército em legitimar juridicamente o regime militar feriram diversos direitos políticos e cercearam as liberdades dos cidadãos brasileiros. Além disso, as conhecidas violações dos direitos humanos com a prática de tortura e de prisões arbitrárias de opositores do regime militar evidenciam o caráter não democrático do regime. Baseado nisso, fundamenta-se o discurso acerca do Golpe de 1964, negando a ideia de salvação da democracia e, conseqüentemente, negando a base do discurso acerca da Revolução.

Tendo em vista o uso da análise do discurso como abordagem metodológica desta pesquisa, é interessante ressaltar a profunda correlação entre disputa discursiva e disputa política em relação ao golpe de 1964. Sabendo disso, a análise metodológica aqui proposta parte de um panorama de disputa política e discursiva que estava presente tanto no cenário político nacional, como acima evidenciado, quanto no nível regional, com a disputa política e discursiva acerca do Movimento de Três Passos, como veremos ao longo do corpo da pesquisa.

Tendo sido feitas tais esclarecimentos, resta-nos agora resgatar os elementos políticos e históricos que constituem o Movimento de Três Passos dentro do cenário internacional (latino-americano) e nacional (brasileiro) supradescritos.

1.6 TRÊS PASSOS: A LUTA ARMADA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Com a consolidação do golpe de 1964 e com o endurecimento do cenário político nacional de repressão aos opositores do regime, o exílio foi a alternativa encontrada por muitas e muitos opositores que tiveram sua integridade física ameaçada. Como destaca Cademartori (1993), na maioria dos casos, pela facilidade geográfica, países limítrofes eram escolhidos como rota de fuga. Contudo, com a ascensão de ditaduras militares em diversos países vizinhos, durante esse período, o México foi um dos maiores centros de acolhimento de refugiados da América Latina.

O Movimento de Três Passos é surge no contexto da fuga dos opositores ao regime militar aos exílios e, neste caso em específico, na fuga ao Uruguai. Ao não apresentar resistência ao movimento das tropas de Mourão, Goulart foge do país em direção ao seu exílio em Montevideú.

Jango foi dos primeiros exilados a chegar à cidade de Montevideú, após uma consultiva prévia ao governo uruguaio, da qual recebeu aprovação. Viajou em seu avião particular acompanhado do general Assis Brasil, que após instalá-lo em uma residência preparada para ele em um bairro afastado da capital uruguaia, retorna ao Rio de Janeiro, onde é preso. (CADEMARTORI, 1993, p. 120).

Segundo a autora, em poucos dias, somaram-se à Goulart centenas de brasileiros e brasileiras, “[...] civis e militares, refugiados da repressão que grassava no Brasil” (CADEMARTORI, 1993, p. 120). Brizola chega a Montevideú como exilado apenas no dia 10 de maio de 1964, contudo, Cademartori (1993) afirma que, mesmo antes de sua chegada, já era possível identificar no grupo de opositores e opositoras ao regime militar que havia se exilado no Uruguai “[...] um embrião que os dividiria em dois grupos antagônicos em alguns momentos, mas unidos no desejo de retorno à situação pré-golpe: a divisão entre pró e contra a luta armada” (CADEMARTORI, 1993, p. 121).

A autora destaca ainda que em razão da inexistência de canais de diálogo e negociação entre os opositores e as opositoras e o regime militar que havia tomado o poder no país e do sucesso dos movimentos armados em Cuba, “[...] preponderava incontestavelmente os partidários da luta armada” (CADEMARTORI, 1993, p. 121).

A chegada de Brizola ao Uruguai foi um fator fundamental na organização efetiva do movimento favorável à luta armada. “O centro nevrálgico de todas as confabulações, onde eram recebidos os prováveis aliados da luta armada contra o golpe militar, era a residência de Leonel Brizola” (CADEMARTORI, 1993, p. 127).

Dentre os aliados de Brizola, no que diz respeito ao Movimento de Três Passos, destaca-se a figura do Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. O então coronel foi exonerado do seu cargo militar e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional 1, por ter sido denominado pelo Ministério da Guerra como “um comunista reconhecido” (CADEMARTORI, 1993, p. 123).

Jefferson Osório, filho de um oficial da marinha, nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1912. Teve, segundo Cademartori (1993), sua carreira militar muito influenciada por ideias nacionalistas. Em 1935 ingressou na Aliança Libertadora Nacional e desempenhou um papel importante²⁴ no combate à influência integralista no Exército. Após o golpe de 1964 o então coronel viaja ao Rio Grande do Sul determinado a formar parte no movimento de resistência. “Durante oito dias permaneceu escondido no Rio Grande do Sul, à espera de uma mobilização. Convencido de que esta não iria acontecer, Jefferson vai para Montevidéu” (CADEMARTORI, 1993, p. 120).

Sendo assim, percebe-se que nos primeiros meses que sucederam a ascensão militar ao governo no Brasil, os movimentos de resistência que se juntaram nos exílios e, especificamente no Uruguai, foram determinantes no planejamento da resistência armada contra o regime militar.

1.6.1 O Planejamento e as Bases do Movimento de Três Passos

Entre os exilados e exiladas no Uruguai “[...] a ideia que prevalecia era a de que qualquer insurgência no sentido de retomar o poder perdido com o golpe de 31 de março seria facilmente vitoriosa” (CADEMARTORI, 1993, p. 132). As intenções do movimento de exilados e exiladas era aproveitar as bases que o governo Goulart ainda mantinha no Brasil para, no prazo máximo de um ano, retomar o poder político, a fim de que o regime militar não conseguisse se consolidar.

Nesse contexto, a “[...] Operação Três Passos, plano elaborado por Alberi, consistia basicamente no lançamento de uma senha. Um grupo pioneiro deveria tomar a cidade [de Três Passos] e ler um manifesto conclamando a população à rebelião. A ação teria apoio imediato

²⁴ Cademartori (1993), em sua dissertação, faz uma reconstrução da carreira militar de Jefferson Osório. Para ver a atuação de Osório no Exército e analisar de forma pormenorizada sua atuação militar e política, ver: CADEMARTORI, L. M. D. A operação três passos: A história, o Direito e o Político. Dissertação (Pós-graduação em Direito)- Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993, P. 120-126.

de Brizola e de vários comandantes de guarnições militares.” (CADEMARTORI, 1993, p. 152).

Alberi Vieira dos Santos, junto com Jefferson Osório, protagonizou o planejamento e a organização do Movimento de Três Passos que deveria contar com o apoio imediato de Brizola. Alberi nasceu no município de Três Passos, no ano de 1937 e “[...] entrou para a política em 1954, em ocasião das manifestações pela morte de Getúlio Vargas” (CADEMARTORI, 1993, p. 135). Enquanto fazia parte do movimento estudantil secundarista, alvejou um militar com uma pedra, o que o levou à prisão aos dezesseis anos de idade. Deve-se ressaltar que, em relação ao Movimento de Três Passos, após a prisão dos integrantes do Movimento, Alberi foi acusado pelos próprios companheiros do Movimento de “[...] haver auxiliado os oficiais do Exército, apontando os demais envolvidos no episódio.” (CADEMARTORI, 1993, p. 71). De todos os modos, como será evidenciado ao longo desta pesquisa, Alberi teve um papel central no planejamento e organização do Movimento de Três Passos.

Sendo os favoráveis e as favoráveis ao movimento armada maioria, Brizola, Jefferson e Alberi iniciam o planejamento do Movimento de Três Passos. A primeira fase consistiu no contato “[...] com diversos companheiros do Sul do país” (CADEMARTORI, 1993, p. 133). Por meio desses contatos, estruturou-se uma possibilidade de início da ação do Movimento, tendo em vista a adesão de diversos militares da reserva e de militares cassados, como era o caso de Osório, a organização e planejamento dos meios de locomoção do grupo, partindo do Uruguai a Três Passos, que incluiu cruzar uma fronteira internacional com documentos falsos.

Dentro desse planejamento foram organizados núcleos no Rio Grande do Sul, prontos para entrar em ação na ocasião adequada. O principal centro de resistência localizava-se na capital gaúcha, onde contavam, entre outros, com um grupo de clandestinos de 21 sargentos cassados, deslocados do Rio de Janeiro para Porto Alegre (CADEMARTORI, 1993, p. 134).

A escolha da região de Três Passos como ideal para a realização do Movimento deve-se à familiaridade de Alberi com a região, a proximidade da fronteira com a Argentina, caso houvesse necessidade de fuga e, como destaca Cademartori (1993), pela recente colonização da região em comparação a outras localidades do estado do Rio Grande do Sul.

Cademartori (1993) afirma que, em entrevista concedida por Alberi e Osório a um jornal, a expectativa era de que no momento da tomada da cidade de Três Passos o Movimento contasse com a presença e auxílio de aproximadamente sessenta homens. “A

nível imediato o grupo aguardava a eclosão de no mínimo três focos de insurreição: em Bagé/RS, em Santa Maria/RS e em Pelotas/RS” (CADEMARTORI, 1993, p. 154).

Cademartori (1993) destaca que Brizola, avisado da eminente movimentação de Osório e Alberi, emitiu uma contraordem pedindo que o grupo não fosse ao Brasil, porém, “[...] já era tarde, o grupo havia saído para o Brasil no dia anterior” (CADEMARTORI, 1993, p. 157). Emitindo a contraordem, Brizola retira seu apoio direto à Operação Três Passos. Cademartori (1993) afirma que “[...] não se pode saber com certeza se o grupo de Jefferson e Alberi sabia desta contraordem” (CADEMARTORI, 1993, p. 158).

Deste modo, a despeito da contraordem de Brizola, o grupo de Osório e Alberi parte da estação de trem de Montevideu para o Brasil a fim de concretizar os planejamentos da primeira insurgência armada contra o regime militar no Brasil.

1.6.2 A Marcha dos Insurgentes: Do Uruguai a Três Passos

Palmar (2012) afirma que no dia 15 de março Osório saiu de Montevideu em busca de recursos para consolidar a operação Três Passos. No total, conseguiu levar mil dólares, que foram utilizados para a compra de “[...] três armas tchecas semiautomáticas, de 15 tiros, calibre 22, e mil tiros (munições) para cada uma” (PALMAR, 2012, p.289). No dia 18 de março Osório, Alberi e o companheiro Alcinor Ayres seguiram à Riveira, já em território brasileiro. Passaram pelos municípios de Livramento, Sepé e Catuípe, todos no interior do Rio Grande do Sul. Ao chegarem em Catuípe, “[...] dormiram na casa do subprefeito, que lhes emprestou um carro no qual seguiram até Campo Novo, passando a noite na casa de Silvano, irmão do ex-sargento” (MACHADO, 2017, p. 20).

Em Campo Novo, segundo Palmar (2012), Osório e Alberi contaram com o apoio de Valdetar Antônio Dorneles, “[...] que preparou um croqui de Três Passos [...] a região contava com um destacamento [militar] composto por 12 ou 13 homens, mais o presídio com uma guarnição de 08 homens” (PALMAR, 2012, p. 290).

Em Campo Novo, reuniram-se no sítio do pai de Dorneles, praticaram tiros e montagem de acampamento e, por fim, distribuíram as missões para todos os insurgentes que conformaram o Movimento.

Para o deslocamento de Campo Novo a Três Passos o grupo arranhou “[...] com o chefe do PTB local, um velho Ford Bigode, modelo 1939 [...]. Após empurrar o caminhão

para fazê-lo andar, partiram de Campo Novo na noite de 25 de março rumo a Três Passos, onde chegaram às dez e meia da noite” (PALMAR, 2012, p. 290).

O diário de Osório, utilizado como fonte histórica de análise por esta pesquisa, traz uma riqueza de detalhes em relação ao dia a dia do grupo, desde a saída de Montevidéu, passando pelas municipalidades do interior do estado do Rio Grande do Sul, destacando a espera e o treinamento do grupo no sítio do pai de Dorneles até, por fim, a chegada do Movimento em Três Passos.

1.6.3 A Chegada do Movimento a Três Passos

Como destacado anteriormente, o grupo de insurgentes chegou ao município de Três Passos na noite do dia 25 de março de 1965. Nessa noite, “[...] o grupo deixou a cidade sem comunicação telefônica, pois cortaram os fios da rede, e posteriormente tomaram o presídio e o destacamento da brigada militar, de onde levaram armas, munições e fardas” (PALMAR, 2012, p. 289). Narra-se que:

Entraram no alojamento e mandaram os homens se levantarem e quando viram o coronel fardado se levantaram assustados, todos de cuecas. Jefferson e seus comandos apanharam todo o armamento existente no destacamento e mais fardamento e munições, atravessaram a rua e entraram no presídio. O guarda que guardava a portaria se assustou e correu para o fundo, que não tinha saída. O outro guarda viu e também fugiu (PALMAR, 2012, p. 290).

Partiram do presídio em direção à delegacia, contudo, como destaca Palmar (2012), encontram o delegado no caminho e este declarou apoio ao Movimento e, sendo assim, os insurgentes seguiram em direção à rádio municipal de Três Passos.

Chegando à rádio, obrigaram “[...] sob a mira de uma metralhadora, os proprietários a colocar a emissora no ar para ler um manifesto contra a ditadura militar que defendia as reformas de base e conclamavam o povo para a revolução” (PALMAR, 2012, p. 290).

Tendo sido lido o manifesto, os insurgentes partiram de Três Passos em direção ao município de Tenente Portela (RS) a fim de tomar a guarnição militar do município. Em Portela, “[...] o sargento que estava sozinho [no destacamento] fugiu, pulando uma janela e saindo disparado pela rua [...] Osório ocupou a mesa do sargento, enquanto o grupo quebrava a estação de rádio e cortava o telefone” (PALMAR, 2012, p. 291). Em Portela, usaram a rádio para ouvir as notícias referentes às suas ações, isto é, para acompanhar a transmissão do desenrolar dos acontecimentos via rádio.

1.6.4 A Rota do Movimento ao Oeste do Paraná

Saindo de Portela, o movimento seguiu, por meio de uma balsa, à cidade de Iporã do Oeste (SC), armados com “[...] 60 fuzis, uma metralhadora tcheca de tripé, uns 30 revólveres e muita munição” (MACHADO, 2017, p. 31). Sendo assim, o Movimento havia adentrado o estado de Santa Catarina.

Em 26 de março, um dia após a tomada de Três Passos, o Movimento chegou ao Paraná, no município de Barracão, divisa com a Argentina. “O grupo seguiu até Santo Antônio do Sudoeste (PR), onde apanhou Virgílio Soares de Lima, que era tio de Alberi. Dali o grupo seguiu por Realeza (PR) para Capitão Leônidas Marques (PR)” (PALMAR, 2012, p. 292). Palmar (2012) destaca ainda que o grupo chegou ao município de Capitão Leônidas Marques próximo à meia-noite e, cansados da longa viagem, “[...] decidiram pernoitar no mato após camuflar o caminhão num lugar entre São José (PR) e Santa Lúcia (PR)” (PALMAR, 2012, p. 292).

Durante o deslocamento do grupo de insurgentes do Rio Grande do Sul ao Paraná, o Exército brasileiro já estava tentando localizar o grupo, a fim de suprimir o Movimento. Cabe ressaltar o especial receio do Exército de que o Movimento chegasse à Foz do Iguaçu (PR), tendo em vista que o então presidente Castelo Branco estava no município em razão da inauguração da Ponte Internacional da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai.

Segundo o relatório²⁵ da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o Exército deslocou uma grande quantidade de militares do sul e sudeste do país à região a fim de localizar o grupo, bem como helicópteros e aviões de reconhecimento. Ainda segundo o relatório da comissão, o grupo foi localizado por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) nas proximidades rurais de Capitão Leônidas Marques no dia 27 de março de 1965.

Após cercados, segundo Palmar (2012), o grupo se reuniu e Jefferson afirmou: “A nossa única chance de escapar com vida é prender a patrulha, se não fizermos isso seremos presos após o cerco” (PALMAR, 2012, p. 292). Deste modo, dividiram-se em ambos os lados da estrada e, com a chegada da patrulha, o Exército e o grupo entraram em confronto direto, tendo em vista que o tenente da patrulha ordenou que os militares abrissem fogo contra o grupo.

²⁵ As ações do Exército a fim de localizar os insurgentes de Três Passos podem ser encontradas na página 598 do relatório da CNV, disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_593_a_958.pdf. Acessado em 25 de abril de 2019.

No confronto, o sargento militar Carlos Argemiro de Camargo foi atingido por um dos disparos e faleceu. Deste modo, segundo Palmar (2012), foi acertada uma trégua para que o Exército pudesse recolher o corpo do Sargento atingido. Sendo assim, o grupo escondeu suas armas na mata e se dispersou com o objetivo de conseguirem fugir da região. Nesse sentido, a proximidade da fronteira com a Argentina era uma fator geográfico importante para os insurgentes, tendo em vista que, se conseguissem cruzar a fronteira, os militares não poderiam capturá-los.

Contudo, aos poucos, os insurgentes foram sendo capturados. Jefferson Cardim foi preso no mesmo dia, enquanto Alberi foi preso dois dias depois, tentando cruzar a fronteira com a Argentina. Os insurgentes capturados foram levados ao batalhão do Exército em Foz do Iguaçu.

1.6.5 O Desfecho do Movimento: A tortura como Política de Estado

Segundo relato publicado no Coojornal em 1978 e disponível em Gaspari²⁶ (2002), a chegada dos insurgentes de Três Passos em Foz do Iguaçu foi repleta de atos de violência psicológica e física.

Cardim pagou sua conta na moeda dos vencedores. Antes de qualquer interrogatório, um capitão jogou-o no chão e, depois de chutá-lo, ordenou que a tropa “cuspiisse na cara desse filha da puta, comunista, assassino”. Foi espancado e crucificado nas grades de sua cela. Torturaram-no em três quartéis diferentes. Em um deles teve demência e foi submetido a tratamento médico (COOJORNAL, 1978 Apud: GASPARI, 2002, p. 443).

Além disso, o mesmo relato afirma que Alberi, preso alguns dias depois, passou pelo “[...] mesmo tratamento, inclusive pela ‘operação escarro’ diante de uma comitiva de cuspidores à qual se juntavam civis” (COOJORNAL, 1978 Apud: GASPARI, 2002, p. 443).

Cademartori (1993) destaca que Cardim, ao chegar em Foz do Iguaçu, “[...] foi recolhido e amarrado junto às grades, com braços e pés suspensos, e lá permaneceu até a manhã do dia seguinte, quando iniciaram os interrogatórios feitos sob tortura” (CADEMARTORI, 1993, p. 203). A autora reforça ainda o uso da violência com os demais insurgentes presos ao afirmar que “[...] conforme iam sendo presos os rebeldes, passavam a receber o mesmo tratamento dispensado ao ex-coronel: eram amarrados às grades das celas, permanecendo deste modo durante os primeiros dias” (CADEMARTORI, 1993, p. 204).

²⁶ Ver: Gaspari, E. A ditadura envergonhada: Edição com fotos, 2002. P. 443.

Considerando os relatos analisados, é possível afirmar que mesmo antes dos chamados “anos de chumbo da ditadura”, isto é, o período considerado pela historiografia como os anos mais repressivos e violentos do regime militar, o Exército usou a violência como forma de repressão e “castigo” desde o primeiro movimento insurgente contra o golpe de 1964.

Em um de seus relatos, disponibilizados como anexo da dissertação de Cademartori, Valdetar Dornelles, que fez parte do Movimento de Três Passos, relata que foi submetido a várias técnicas de tortura, como, por exemplo, “[...] enforcamento, telefone, torniquete e palito nas unhas” (CADEMARTORI, 1993, p. 206) e completa afirmando que “[...] uma das sessões de violência física e psicológica começou às dez horas da noite e só terminou por volta das quatro horas da manhã. Eles queriam saber tudo. Mostravam fotos de pessoas e queriam informações sobre elas.” (CADEMARTORI, 1993, p. 206).

Relata-se ainda que, devido a uma das sessões de tortura, Cardim teve que ser atendido por médicos do Exército, tendo em vista uma infecção nos pulsos. Cademartori (1993) destaca ainda que as sessões de torturas eram coletivas, ou seja, diversas vezes os insurgentes assistiam os seus companheiros serem torturados e interrogados. Segundo relato de Alberi disponibilizado por Cademartori (1993), as sessões de tortura e interrogatório duraram aproximadamente duas semanas.

Os relatos de que Alberi teria delatado seus companheiros ocorre nesse contexto de prisão e tortura. Como já mencionado anteriormente, Alberi foi acusado pelos próprios companheiros de ter delatado as atividades de cada um dos insurgentes ao Exército. Nesse sentido, segundo relato de Dornelles, “[...] tivemos a infelicidade de ver Alberi, em companhia de comandantes do Exército, nos acusando. Este é culpado, este é inocente, acusava Alberi. Ele foi o nosso promotor” (CADEMARTORI, 1993, p. 208).

Os relatos de Dornelles afirmam que um dos integrantes do Movimento, chamado Bonilha, havia assumido o engajamento político do Movimento e reiterado diversas vezes durante os interrogatórios do Exército “[...] de que não havia se engajado [no Movimento] por engano, e que só não havia participado de outra ação porque não havia aparecido antes, e se saísse dessa entraria na próxima que aparecesse.” (CADEMARTORI, 1993, p. 209). Contudo, Cademartori (1993) afirma que, devido às torturas às quais Bonilha foi submetido, o insurgente acabou “físicamente inutilizado” (CADEMARTORI, 1993, p. 209).

Em maio de 1965 os insurgentes presos foram transferidos para Porto Alegre (RS) a fim de que o general Taurino Rezende continuasse trabalhando com os inquéritos acerca do Movimento de Três Passos. Contudo, “[...] os interrogatórios feitos com base em tortura não cessaram em Porto Alegre” (CADEMARTORI, 1993, p. 210). Segundo relato de Dornelles, a pior forma de tortura enfrentada por Bonilha foi em Porto Alegre, tendo em vista que lá “[...] ficou cinco dias num cubículo escuro, incomunicável. Perdeu a noção do tempo e não via o que lhe davam para comer. Foi horrível, a gente tinha que ser muito forte para não enlouquecer.” (CADEMARTORI, 1993, p. 211).

Os inquéritos abertos em Porto Alegre concluíram que mais de 300 pessoas colaboraram na elaboração e na execução da operação de Três Passos, das quais, segundo Cademartori (1993), aproximadamente cem foram presas.

Desse modo, evidencia-se a tortura como política de Estado a fim de reprimir os insurgentes e punir aquelas e aqueles que cooperaram com o planejamento e a execução da primeira operação armada contra a ditadura militar no Brasil. O Movimento de Três Passos acabou sendo duramente reprimido dentro dos quartéis militares do sul do país e seus membros foram acusados de serem agentes comunistas e assassinos.

Sendo assim, sabendo do contexto internacional no qual o Movimento está inserido, bem como do panorama nacional que permeia o planejamento e a execução do Movimento, passa-se à análise metodológica proposta por essa pesquisa para, posteriormente, mediante a análise dos documentos propostos, trabalhar questões teóricas relacionadas ao problema de pesquisa do qual este trabalho parte, a saber, qual a influência do Estado na construção de *habitus* e hegemonia nos habitantes dos estados do sul do país em relação ao Movimento de Três Passos?

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MÉTODO E DO DISCURSO

Este trabalho se propõe a analisar a construção de *habitus* e hegemonia nos habitantes do oeste dos três estados que compõem o sul do Brasil em relação ao movimento de Três Passos (1965). O recorte de espaço, a saber, o oeste dos três estados que compõem o sul do Brasil é dado por se tratar da região onde o movimento surgiu, por onde ele se deslocou e onde ele foi desarticulado. O movimento iniciou-se no município de Três Passos, no oeste do estado do Rio Grande do Sul, deslocou-se pelo interior do oeste catarinense e foi interceptado e dissipado pelo Exército no oeste do estado do Paraná, próximo do município de Capitão Leônidas Marques. Sendo assim, este trabalho busca refletir sobre o papel do Estado na construção de *habitus* e de hegemonia na população que vivenciou diretamente o desenvolvimento do movimento.

Para contemplar tais objetivos, esse trabalho adota uma metodologia de análise qualitativa²⁷, com uma amostra de contraste de casos múltiplos, tendo em vista que, como afirma Richardson (2014), a amostra por contraste de casos múltiplos possibilita a análise da construção de relações sociais e, no que se refere especificamente ao interesse desse trabalho, possibilita a análise da exemplaridade das características e qualidades intrínsecas do caso estudado. Partindo disto, propõe-se analisar documentos produzidos durante o desenvolvimento do movimento de Três Passos para, por meio da análise do discurso, refletir acerca da construção de *habitus* e hegemonia. Ou seja, por meio da análise de documentos, busca-se analisar o discurso que o Exército buscou transmitir à população sobre o movimento, o discurso que o próprio movimento buscou propagar sobre si à população e os discursos emitidos e documentados pela população sobre o movimento insurgente, a fim de buscar compreender a influência do Estado, por meio do capital cultural e, especificamente, dos meios de comunicação escritos, na construção de uma hegemonia e de *habitus* em relação ao movimento em análise.

Para analisar o discurso do Exército foram escolhidas reportagens veiculadas entre os dias 27 e 29 de março de 1965 nos jornais Folha de São Paulo e Correio do Povo. O recorte temporal foi feito devido ao próprio início e fim do movimento. As reportagens da Folha de São Paulo e o Correio do Povo foram selecionadas tendo em vista que, por meio delas, os

²⁷ Tendo em vista que “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida” (FLICK, 2009, p. 20)

jornais emitiram os comunicados oficiais do Exército à população, descrevendo o movimento e os insurgentes, bem como descrevendo e narrando as atividades do Exército na região.

Para identificar elementos do discurso do movimento e dos insurgentes sobre si mesmos, será analisado o diário do comandante Jefferson Cardim de Alencar Osório, publicado pelo acervo documental: “documentos revelados”²⁸, ligado e gerenciado por Aluizio Palmar²⁹.

No que diz respeito à produção documental da população em relação ao movimento insurgente, foi analisado um relato apresentado por Cademartori (1993, p. 171), no qual o dono da rádio ocupada pelo movimento narra o clima da cidade de Três Passos na noite em que o movimento “tomou a cidade”. Além disso, será analisada uma foto, disponibilizada pelo Acervo ‘Documentos Revelados’ na qual é possível identificar a ação e o trabalho conjunto da população com o Exército para a captura dos insurgentes no oeste do Paraná.

Tabela 1: Síntese Ilustrativa dos Documentos Coletados

Documentos da Mídia	Documentos do Movimento	Documentos da população
Folha de São Paulo: Reportagem do dia 27 de Março de 1965 ³⁰	Diário de Jefferson Cardim de Alencar Osório ³¹	Relato da noite em Três Passos ³²
Correio do Povo: Reportagem do dia 28 de Março de 1965 ³³		Foto e descrição: Acervo Documentos Revelado

Fonte: Autoria Própria, 2019.

Tendo sido apresentados introdutoriamente os documentos que serão analisados ao longo da pesquisa, nos cabe agora fazer algumas considerações acerca do método de análise

²⁸Como apresentado na própria descrição online da página “Documentos Revelados”, configura-se como um espaço online de referência histórica com disponibilidade de acervos documentais, com livre acesso. Os documentos históricos podem ser acessados em: < <https://www.documentosrevelados.com.br/>>.

²⁹Aluizio Palmar foi integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). É autor de um dos livros utilizados como referência nesta pesquisa, a saber, “Aonde foi que vocês enterraram os nossos mortos?”, publicado em 2010.

³⁰FOLHA DE SÃO PAULO. Ex-coronel chefiou guerrilheiros e invade cidades do Sul. São Paulo, 1965, p. 3.

³¹O diário de Osório não está publicado integralmente. As páginas publicadas são de acesso livre e estão disponíveis em: < <https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/finalmente-revelado-o-diario-do-coronel-jefferson-cardin-lider-da-guerrilha-dos-dentes-de-ouro/>> Acessado: 21 de Novembro de 2018.

³²CADERMATORI, L. M. D. A operação Três Passos: A história, O direito e o Político. 1993, p. 171.

³³CORREIO DO POVO. Guerrilheiros acoados por patrulhas do Exército tentam escapar para a Argentina. Folha Matutina, Porto Alegre, 1965.

dos dados, a saber, a análise do discurso. Parte-se da concepção de análise crítica do discurso na qual, como afirma Santander (2011), compreende-se e define-se o discurso como uma prática social, isto é, como uma forma da ação social e, portanto, analisar o discurso é um mecanismo³⁴ que nos possibilita ler a realidade social.

Dentro desta perspectiva não se toma o discurso como um espelho refletivo da realidade social, nem como o pensamento e/ou a intenção das e dos agentes, mas sim como um sintoma social. Portanto, é fundamental para analisar os processos discursivos, compreender o contexto histórico e político nos quais o discurso é conformado. Deste modo, tendo o discurso como um sintoma e não necessariamente um reflexo “fiel” da realidade, entende-se como fundamental para analisar o discurso compreender as relações sociais e a especificidade do momento histórico no qual o discurso é produzido e a isto nos dedicaremos a seguir.

Além disto, cabe ressaltar ainda a perspectiva de que ainda que os discursos sejam sintomas da sociedade, no que diz respeito ao jornalismo, adota-se a perspectiva abordada por Machado (2017), a saber, a questão de que “[...] os discursos jornalísticos, são responsáveis por mobilizar a sociedade, influenciando o modo de ela ver, sentir ou se posicionar sobre o acontecimento” (MACHADO, 2017, p. 57). Essa consideração acerca do discurso jornalístico é fundamental para esta pesquisa, tendo em vista o contexto no qual o jornalismo brasileiro estava inserido nos primeiros anos da ditadura militar brasileira, como veremos a seguir.

2.1 SOBRE O CONTEXTO DO DISCURSO

A escolha de uma amostragem de casos múltiplos contrastados se dá especialmente pela multiplicidade de representações sociais sobre o movimento de Três Passos, tendo em vista a disputa histórica, política e ideológica na qual o movimento está inserido. Portanto, se há uma disputa política e ideológica acerca do contexto histórico na qual o movimento de Três Passos se desenvolve, há também uma disputa no campo discursivo. Buscaremos, primeiramente, evidenciar estas disputas de forma mais abrangente, resgatando movimentos políticos em relação à mídia, à censura e aos movimentos insurgentes para, posteriormente, nos dedicarmos a analisar essa disputa especificamente nos documentos coletados.

³⁴ Para além de poder “ler a realidade social”, Santander (2011) afirma que: “dada a opacidade que acompanha naturalmente os processos discursivos, a análise do discurso não é apenas útil, mas também necessária” (SANTANDER, 2011, p. 210).

Começaremos pelos aspectos referentes às políticas adotadas pelo governo militar referentes ao controle midiático. Sabe-se que a institucionalização da censura ocorreu apenas no ano de 1970 com a promulgação da lei Nº 1.077³⁵ que dispunha sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil, na qual E. Médici³⁶ decretou que “não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (BRASIL, 1970, Art 1) e “verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e apreensão de todos os seus exemplares”. (BRASIL, 1970, p. 1970).

Cabe destacar, contudo, que já em 1967, por meio da Lei Nº 5.250³⁷ de 09 de Fevereiro de 1967 que dispunha sobre a regulação da liberdade de manifestação do pensamento e da informação, já se iniciava o processo de censura pelo governo central brasileiro. Na referida lei, Castello Branco³⁸ decretou que havia liberdade de expressão, sem dependência de censura e que os abusos de difusão de informação e ideias seriam julgados de acordo com a lei. Neste sentido, no Art 2º fica regulamentado a possibilidade de censura a espetáculos e diversões públicas, no Art 3º estipula-se a proibição de circulação de jornais ou periódicos clandestinos, etc. Fica evidente a regulamentação da difusão de ideias e de informação no Capítulo III, onde promulga-se que “Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e da informação ficarão sujeitos às penas desta lei” (BRASIL, 1967, Cap III). No mesmo capítulo, no Art. 14, estipula-se como abuso de divulgação de ideias e informações a propaganda de ideias de subversão ao governo central e que ofendam a moral e os bons costumes.

Entretanto, como destaca Motta (2013), desde o golpe de 1964 a grande mídia nacional apoiou a ascensão dos militares ao poder, passando a conferir uma forte base para a “ala liberal dos apoiadores de 1964”, ou seja, “os jornais perlavam com a ala “liberal” dos apoiadores de 1964, que temperavam seu amor pela liberdade com notável transigência a

³⁵ A lei Nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970 pode ser integralmente consultada nos arquivos da Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm

³⁶ Emílio Garrastazu Médicio foi o 28º Presidente do Brasil, o terceiro da ditadura militar, entre 30 de Outubro de 1969 e 15 de Março de 1974.

³⁷ A Lei Nº 5.250, de 09 de Fevereiro de 1967 pode ser integralmente consultada nos arquivos da Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm#art62

³⁸ Humberto de Alencar Castello Branco foi o primeiro presidente da ditadura militar brasileira e o 26º presidente do Brasil, tendo sido destaque na articulação do golpe militar de 1964.

intervenções autoritárias para defesa do status quo”. (MOTTA, 2013, p. 63). Nesta perspectiva, o autor destaca a relação dos primeiros anos do golpe (1964-1970) entre mídia e Estado como uma relação ambígua e complexa, isto é, que variava entre apoiadora e crítica ao regime militar.

Motta (2013) destaca que a complexidade e ambiguidade estavam ligadas principalmente às medidas autoritárias do governo militar, das quais, ocasionalmente divergiam, mas convergiam quase que de forma homogênea com as políticas anticomunistas e antissubversivas. Aponta ainda que em relação às medidas autoritárias, as leis supracitadas e, em especial a lei Nº 1.077 de 1970, foram determinantes na “adequação” da grande mídia às políticas autoritárias do regime.

Tendo abordado o contexto midiático-jornalístico brasileiro dos primeiros anos do golpe, a saber, a relação ambígua de apoio e críticas da mídia hegemônica com o governo militar, bem como a institucionalização da censura e a influência do governo central na divulgação de ideias e informação, nos dedicaremos a analisar o ponto de partida do discurso dos insurgentes.

No que diz respeito ao contexto discursivo dos insurgentes é imprescindível destacar o contexto de disputa ideológica entre o governo central brasileiro e o movimento insurgente, estando esta disputa atrelada a um contexto de disputa hegemônica internacional a qual foi trabalhada na introdução deste trabalho. Contudo, buscaremos evidenciar algumas especificidades do movimento de Três Passos que corroboram na compreensão deste contexto mais amplo.

Primeiramente, como destaca Cademartori (1993), antes mesmo da chegada de Brizola a Montevideu já era perceptível uma ruptura interna do movimento contrário ao golpe, a saber, os que se posicionavam a favor da luta armada e os que se opunham a ela. Exilados no Uruguai, Jango e Brizola, ainda no ano de 1964, receberam remessas financeiras vindas de Cuba e, com parte do dinheiro, começou-se a articular uma tentativa de retomada do governo brasileiro pela via armada. Segundo Cademartori (1993), o valor recebido pelos exilados somava aproximadamente três milhões de dólares e a autora destaca ainda que, na perspectiva dos exilados “[...] qualquer insurgência no sentido de retomar o poder perdido com o golpe militar de 31 de março seria facilmente vitoriosa” (CADEMARTORI, 1993, p. 132).

Nesse contexto, Palmar (2012) afirma que Brizola, o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e o ex-sargento Alberti Vieira dos Santos, deram início, no dia 12 de março de

1965, ao planejamento da primeira insurgência armada contra a ditadura militar. A parte IV do volume um da Comissão Nacional da Verdade (CNV) destaca que a primeira insurgência armada foi planejada para concretizar-se do noroeste do Rio Grande do Sul até o Mato Grosso, tendo em vista o conhecimento que o coronel Cardim tinha da região e também por ser uma área fronteiriça, facilitando possíveis fugas à Argentina e ao Paraguai.

Sendo assim, ao analisarmos os diários de Osório e as narrativas do movimento sobre si mesmo, é necessário localizar esse discurso dentro de uma parcela específica da luta contra o regime militar e, em um espectro mais amplo, dentro de uma parcela da luta anti-hegemônica, isto é, a luta armada. As relações do movimento com o espectro do conflito internacional é evidenciado no financiamento do movimento e na articulação e planejamento da tomada do governo central brasileiro.

Em relação aos relatos coletados de habitantes da região que não participavam efetivamente do governo militar, nem do movimento de Três Passos, cabe fazer algumas ressalvas. Ainda que não participassem efetivamente de nenhum dos grupos que lutavam ativamente pelo poder, os discursos produzidos pela população e coletados para serem analisados neste trabalho não estão despidos de sentido. Isto é, parte-se de uma perspectiva que todo discurso é político e, sendo assim, anula-se qualquer debate acerca da neutralidade³⁹ discursiva. Deste modo, ainda que os sujeitos que produziram as narrativas aqui analisadas como “desprendidas” da luta direta pelo poder político brasileiro, parte-se da ideia de que suas narrativas não estão desprendidas de sentido político e não tendem, de maneira alguma, à neutralidade discursiva. Os sujeitos são sujeitos políticos e, portanto, suas ações são tomadas por sentidos politicamente orientados e, tendo em vista que este trabalho parte de uma perspectiva que “[...] analisar o discurso que circula na sociedade é analisar uma forma de ação social” (SANTANDER, 2011, p. 210), os discursos dos e das agentes⁴⁰ é, do mesmo modo, politicamente orientado e conformado.

2.2 SOBRE A ANÁLISE PROPOSTA

Tendo reconstruído o contexto discursivo do movimento de Três Passos, da mídia e do jornalismo brasileiro e feitas as ressalvas acerca da neutralidade discursiva, passa-se à análise efetiva dos documentos coletados por esta pesquisa. Este trabalho é orientado por uma

³⁹ “Sabemos que a linguagem não é transparente, os signos não são inocentes, que a conotação vai com a denotação, que a linguagem mostra, mas também distorce” (SANTANDER, 2011, p. 208)

⁴⁰ Nesse sentido, antes de ratificá-lo há que aceitar a relatividade discursiva” (SANTANDER, 2011, p. 210).

perspectiva hipotética- dedutiva, isto é, partiremos “[...] de categorias prévias que apoiem a verificação da hipótese” (SANTANDER, 2011, p. 210), a fim de contrapor as categorias de análise e as categorias discursivas com a hipótese desta pesquisa.

Parte-se da hipótese de que o Estado, por meio da coerção e da produção de consenso, teria influenciado na construção de uma narrativa hegemônica acerca do confronto e, deste modo, influenciado na construção de *habitus* e hegemonia na população do oeste dos estados que conformam o sul do Brasil. Deste modo, a ação do Estado teria sido fundamental para construir, por meio do capital cultural e dos aparelhos privados de hegemonia, um consenso negativo em relação ao movimento analisado e, sendo assim, teria logrado articular a manutenção da coerção e consenso do Estado na região.

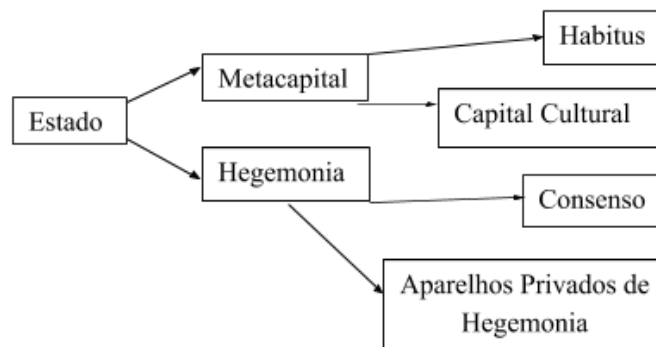
Sendo assim, como afirma Santander (2011), uma análise hipotética-dedutiva “[...] antes de enfrentar empiricamente os discursos selecionam-se, de acordo com a nossa hipótese, ao nosso conhecimento prévio e à nossa teoria, às categorias conceituais e de análise que acreditamos pertinentes para confrontar como o nosso corpus de pesquisa” (SANTANDER, 2011, p.214). Essa elaboração prévia da análise dos documentos selecionados é o que buscaremos elucidar a seguir.

Centra-se na busca pela compreensão do papel do Estado na construção de *habitus* e de hegemonia. Portanto, o principal conceito do qual se parte para a construção das categorias analíticas prévias é o conceito de Estado. Contudo, nessa concepção desmembra-se a análise entre uma perspectiva ligada à ideia de hegemonia em Gramsci, atrelando consenso e coerção e, por outro lado, à perspectiva de Bourdieu acerca da gênese do Estado, ligada à ideia de campo, *habitus*, capital e metacapital.

Os indicadores que nos permitem identificar o papel do Estado foram construídos a partir da reflexão acerca da forma como o Estado gera consenso e, portanto, dos conceitos de aparelhos privados de hegemonia e do conceito de capital cultural, e a forma como são reproduzidos os discurso emitidos pelo Estado, isto é, a forma como a sociedade reproduz consenso, ligada à ideia de *habitus* e de hegemonia.

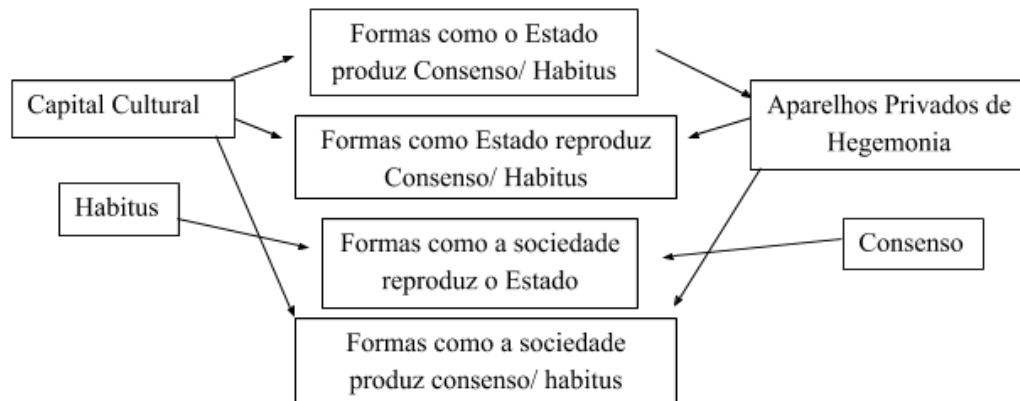
Os esquemas a seguir buscam evidenciar a construção metodológica deste trabalho por meio de uma visualização esquemática:

ESQUEMA 1: CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE HIPOTÉTICA-DEDUTIVA: CONCEITOS E DIMENSÕES CONCEITUAIS



Fonte: Autoria Própria, 2019.

ESQUEMA 2: CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE HIPOTÉTICA-DEDUTIVA: INDICADORES



Fonte: Autoria Própria, 2019.

Dadas as categorias conceituais e os indicadores da análise proposta, parte-se à análise empírica do discurso dos documentos coletados a fim de identificar categorias discursivas que possam evidenciar os indicadores aqui elencados, a saber, as formas como o Estado produz consenso e *habitus*, as formas como o Estado reproduz consenso/*habitus*, as formas como a sociedade reproduz o Estado e as formas como a sociedade produz o consenso e *habitus*, dentro das concepções teóricas abordadas por esta pesquisa.

3. O DISCURSO DA MÍDIA

Busca-se aqui reconstruir o discurso da mídia em relação ao movimento de Três Passos, categorizando de acordo com os conceitos e indicadores acima elencados, o discurso dos jornais Correio do Povo e Folha de São Paulo, bem como o discurso das notas oficiais do Exército veiculados por meio desses dois periódicos.

No que diz respeito à mídia em si, dentro do contexto no qual o discurso midiático foi produzido, essa pesquisa, como demonstrado nas dimensões conceituais no esquema 1 e como amplamente debatido no capítulo teórico deste trabalho, divide-se em duas concepções distintas para, posteriormente, colocá-las em diálogo. A primeira perspectiva acerca do papel da mídia refere-se à concepção de capital cultural de Bourdieu e, a segunda, está ligada à ideia de aparelhos privados de hegemonia, de Gramsci.

A análise dos discursos midiáticos será constituída por uma introdução descritiva sobre a estrutura das reportagens, seguida do exercício de categorização do discurso, orientado pelos indicadores supradescritos, a saber, a forma como o Estado produz e reproduz consenso e *habitus* e, por fim, por uma listagem quantitativa das palavras (e de suas respectivas frequências) que conformam cada categoria levantada por meio da análise do discurso das reportagens analisadas nesta pesquisa. Serão apresentadas as categorias discursivas que surgiram por meio da análise do discurso em cada uma das reportagens e, posteriormente, relacionaremos as diversas categorias, com o objetivo de construir correlações evidentes entre as categorias de análise e os indicadores supracitados.

A análise dos documentos foi realizada por meio do software de métodos qualitativos ATLAS TI, no qual o discurso veiculado nos documentos foi categorizado e, posteriormente, por meio da ferramenta de análise de rede e de família de categorias, correlacionaram-se as diversas categorias provenientes da análise do discurso.

3.1 FOLHA DE SÃO PAULO: REPORTAGEM DO DIA 27 DE MARÇO DE 1965

A reportagem veiculada pela Folha de São Paulo no dia 27 de Março de 1965 não divulgou nenhuma nota oficial do Exército em sua íntegra, entretanto, selecionou trechos específicos de uma nota emitida pelo Ministro da Guerra e pelo quartel general da quinta região militar que davam base e estrutura para a reconstrução narrativa dos fatos e das ações do movimento que o jornal Folha de São Paulo se propôs a realizar. Deste modo, a reportagem se constitui fundamentalmente como uma narrativa panorâmica e linear do

movimento ou, como descrito pelo jornal, do “grupo de guerrilheiros armados chefiados pelo ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório”.

Antes de passarmos à análise do discurso da reportagem e à construção das categorias analíticas, é importante ressaltar que o documento em questão, retirado do acervo online da Folha de São Paulo, está em más condições de visualização, ou seja, partes do texto não podem ser lidas ou compreendidas em sua totalidade. Deste modo, para esta análise, utilizaram-se os trechos que podem ser lidos e compreendidos integralmente, excluindo as partes que podiam ser visualizadas parcialmente.

Os objetivos da reportagem do dia 27 de março de 1965 são similares aos da reportagem do jornal Correio do Povo, isto é, narrar os acontecimentos relacionados ao movimento de Três Passos. Deste modo, a categoria analítica referente à caracterização do movimento está também presente na análise deste segundo documento e persiste intrinsecamente relacionada com a categoria referente à inconsistência do movimento. Em suma, a correlação da descrição do movimento atrelada à ideia de caracterizá-lo como um grupo isolado e insignificante está presente em ambos os documentos, contudo, no que diz respeito à reportagem da Folha de São Paulo, a questão da inconsistência do movimento ganha um espaço central na narrativa dos fatos.

A categoria referente à caracterização do movimento está fundamentalmente baseada na descrição dos insurgentes como um grupo armado que assaltou as brigadas militares de Três Passos e Portela, tomando posse dos armamentos e munições ali presentes. Contudo, o jornal Folha de São Paulo traz aspectos políticos para caracterizar o movimento, os quais não estavam claramente presentes no jornal Correio do Povo. A reportagem aqui analisada traz os seguintes trechos descritivos: “são elementos subversivos, chefiados por oficiais comunistas atingidos pelo Ato Institucional” e complementam, “são reconhecidos como elementos de esquerda integrados a campanha subversiva no país”. Deste modo, percebe-se que na reportagem em questão a pauta anticomunista e a disputa global histórica, em alta durante os anos da guerra fria, estavam explicitamente presentes durante a reconstrução narrativa do movimento de Três Passos. Deste modo, percebe-se que o Jornal Folha de São Paulo, para além da disputa política interna, que também está presente na narrativa da reportagem, aborda paralelamente a disputa política internacional, característica da guerra fria, compreendendo-as como questões e disputas paralelas e relacionadas.

A categoria relativa à caracterização do movimento está, como mencionada anteriormente, ligada à categoria referente à inconsistência do movimento. Novamente, a lógica narrativa acerca da reconstrução do movimento repete-se na reportagem do jornal Correio do Povo e na reportagem do jornal Folha de São Paulo. Contudo, a inconsistência do movimento ganha uma expressividade maior na reportagem do jornal Folha de São Paulo com trechos como, por exemplo, “apoderando-se de uma pequena quantidade de armamentos ali existentes”, e “grupo cuja atuação é inexpressiva e de âmbito restrito”, o jornal traz como subtítulo de sua manchete a seguinte frase: “Golpe insignificante”. Sendo assim, percebe-se a centralidade da categoria analítica referente à inconsistência do movimento para a reconstrução geral da narrativa sobre os insurgentes Três Passos.

Ainda que presente na reportagem, a personalização do movimento possui pouca relevância na narrativa da Folha de São Paulo. A reportagem aqui analisada parece utilizar-se com maior frequência do “isolamento” do movimento, isto é, de sua pequena expressividade e de sua “atuação em âmbito restrito” para dar suporte à narrativa da inconsistência, utilizando-se com menor intensidade e frequência da questão da personalização do movimento na figura de Jefferson Cardim.

Há um elemento fundamental a ser destacado na narrativa do jornal Folha de São Paulo que se aproxima da lógica da categoria referente à reconstrução histórica e política do movimento⁴¹. A reportagem do jornal Folha de São Paulo do dia 27 de março não apresenta nem narra a tentativa do Exército em reconstruir e elucidar os fatos e os movimentos dos insurgentes, contudo, por meio do trecho abaixo destacado podemos identificar a tentativa do movimento em comunicar-se com a população a fim de transmitir a mensagem e os objetivos do movimento insurgente à sociedade civil que ouvia a rádio local.

Antes de sair da cidade, um dos componentes do grupo que o Ministério da Guerra afirma ser chefiado pelo ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, expurgado pelo Ato Institucional I e o ex-sargento Alberi (...) dirigiu-se à rádio local e leu uma proclamação de libertação nacional em que incitou aos operários, as forças armadas e aos homens do campo a compor fileiras em torno do movimento. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1965).

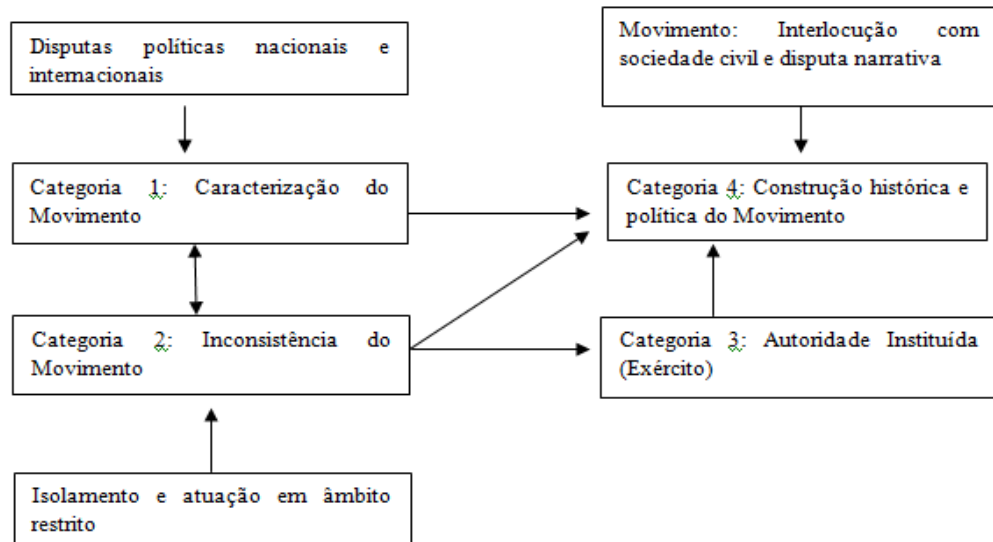
⁴¹Compreende-se aqui como construção histórica e política do movimento a relação utilizada na categoria discursiva analítica “construção histórica e política”, a saber, como o Exército, a mídia e o movimento buscaram construir as ideias acerca das ações, intenções e objetivos do movimento frente à sociedade civil, isto é, construir a ideia do porquê e como o movimento aconteceu.

Neste sentido, percebe-se que havia por parte do grupo insurgente o interesse e a necessidade de emitir para a sociedade os interesses e os objetivos do movimento, de modo a contrapor-se à narrativa midiática e à narrativa oficial do Exército brasileiro. Ou seja, assim como houve por parte do Exército e por meio da mídia impressa uma disputa em torno da reconstrução narrativa do movimento de Três Passos, o próprio movimento também se preocupou em transmitir a sua versão acerca do movimento à sociedade civil, pleiteando paralelamente ao Estado, a construção histórica e política do movimento. Deste modo, evidencia-se aqui a disputa, tanto por parte da mídia e do Exército e, em última instância, do Estado, quanto do movimento, em produzir *habitus*/consenso em torno da narrativa do movimento.

A categoria referente à autoridade instituída aparece em menor intensidade no Jornal Folha de São Paulo. De maneira distinta ao jornal Correio do Povo, a reportagem não reafirma com elevada frequência questões referentes à ordem burocrática e hierárquica do Exército como, por exemplo, as brigadas militares, coronéis, etc. Contudo, a ideia de uma autoridade instituída aparece principalmente ligada à ideia de ordem social. No trecho “Pede-se calma à população, não dando créditos a boatos alarmistas, pois as medidas repressivas cabíveis já foram tomadas pelos comandantes do III Exército da região militar, em ligação com os governos dos estados do Paraná e Santa Catarina”, percebe-se a transmissão de um pedido de manutenção da ordem social, evitando alarmismos e desordem/caos. Nesse sentido, reforça-se a questão da ordem e da autoridade instituída, tendo em vista que, por meio do trecho, difunde-se a ideia de que as autoridades já estão trabalhando na dissipação do movimento por meio das autoridades estaduais e militares competentes. Além disso, o trecho é terminado com a seguinte frase: “qualquer outro informe será dado por intermédio da imprensa tão logo obtido pelas autoridades” e, portanto, evidencia-se novamente a relação da posse da informação oficial nas mãos da mídia e das autoridades, rogando à população que centrem sua busca por informação nos órgãos competentes, por meio da mídia.

Sendo assim, percebe-se que a lógica da reconstrução narrativa acerca do movimento de Três Passos é similar na reportagem da Folha de São Paulo e na reportagem do jornal Correio do Povo. As diferenças entre ambas foram evidenciadas ao longo do texto e, deste modo, analisá-las de forma complementar e interligada nos permite traçar um panorama mais amplo do esforço midiático (e, em última instância, do Exército, por meio da mídia) em reconstruir e elucidar os fatos e os movimentos dos insurgentes de Três Passos.

ESQUEMA 3: CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DISCURSIVOS DA
REPORTAGEM DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 27 DE MARÇO DE
1965



Fonte: Autoria Própria, 2019.

3.2 CORREIO DO POVO: REPORTAGEM DO DIA 28 DE MARÇO DE 1965

A reportagem veiculada pelo jornal Correio do Povo, no dia 28 de Março de 1965, intercala discursos narrativos próprios do meio de comunicação, nos quais se narram as atividades da guerrilha e do Exército, e duas notas oficiais do Exército, publicadas em sua íntegra. Fundamentalmente, os trechos de autoria própria do jornal introduzem e/ou reforçam aquilo que está redigido na nota oficial do Exército, subsequente ao texto de autoria do jornal.

Os insurgentes são descritos pelo jornal Correio do Povo como guerrilheiros (o termo aparece quatro vezes ao longo do corpo do texto), rebeldes (o termo aparece quatro vezes ao longo do corpo do texto), grupo de subversivos, insurretos, grupo antirrevolucionário sem capacidade de resistir e mercenários. Na nota oficial do Exército incluída no corpo do texto, os insurgentes são denominados de guerrilheiros, subversivos e desordeiros.

No que diz respeito ao movimento, quatro categorias discursivas podem ser abordadas, a saber, a caracterização do movimento, a inconsistência do mesmo, a construção da ideia de uma autoridade instituída e construção histórica e política. As duas primeiras categorias estão profundamente relacionadas, tendo em vista que juntas constituem a forma como o Correio do Povo e as notas oficiais do Exército por meio dele veiculadas constroem a imagem do

movimento na reportagem. A primeira categoria a ser abordada é a caracterização do movimento e, a segunda é a inconsistência do mesmo. Ainda que ambas as categorias sejam similares em uma primeira análise, trabalhá-las de forma separada nos permite identificar como o jornal vai construindo a sua ideia sobre o movimento ao longo do texto. A primeira faz referência aos trechos nos quais o jornal identifica o movimento como a ação de homens, desordeiros, que buscam confrontar o governo central. A segunda, trazendo como uma forma de “resposta” ou complemento à primeira retrata a inconsistência do movimento.

Deste modo, a primeira categoria discursiva com a qual trabalharemos faz referência à categorização do movimento, isto é, o modo como o jornal reconhece, identifica e classifica o movimento e os seus agentes. O primeiro trecho relacionado a esta categoria é a frase que dá início à reportagem, a saber, “grupo de guerrilheiros ataca a cidade de Três Passos e Tenente Portela, no Alto Uruguai”. Percebe-se que a narrativa, desde seu início, apresenta o movimento como agentes que atacam duas cidades do oeste rio-grandense. Nesse sentido, ao longo da reportagem, os integrantes do movimento são denominados como antirrevolucionários⁴², rebeldes, desordeiros e insurretos. Resgatar o sentido antônimo⁴³ das palavras utilizadas pelo jornal para categorizar o movimento é um exercício interessante para compreendermos a construção narrativa do Correio do Povo. Os antônimos da palavra rebeldia são: submissão, obediência e subordinação. Da palavra desordem são: hierarquia, comando, ordem, organização, estruturação, etc. E, por fim, os antônimos da palavra insurreição são: submissão, sujeição e dependência. Portanto, pode-se afirmar que se o jornal parte da ideia de que há rebeldia, desordem e insurreição nas ações do movimento, há de outro lado, uma ordem, hierarquia, organização à qual os sujeitos devem ser submissos, subordinados, dependentes e à qual devem prestar obediência. Partindo desta perspectiva, compreende-se o porquê o jornal denomina as ações do movimento em Três Passos e Portela como “assalto” e “ataque”, tendo em vista que as ações desafiavam a ordem, a hierarquia e a organização vigente.

⁴² Optou-se por não usar o termo “antirrevolucionário” no resgate dos antônimos das categorizações do jornal, tendo em vista que esse termo está inserido dentro de um contexto no qual os militares buscavam construir uma ideia de revolução de 64, na qual, o Exército teria interferido diretamente no poder federal executivo e legislativo, como forma de resgate da nação das forças externas e internas comunistas. O termo “revolução de 1964” foi amplamente difundido, estando presente em diversos materiais didáticos até hoje. Deste modo, ainda que o termo antirrevolucionário tenha relação direta com a concepção de ordem e de hierarquia, chama-se atenção para a ideia de que estava também em disputa a legitimidade do uso de seu antônimo, a saber, o conceito de revolução.

⁴³ O resgate dos antônimos foi feito a partir do dicionário Michaelis online, disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/> < Acessado em 19 de junho de 2019>.

Partindo da ideia dos sinônimos e antônimos, descrita no parágrafo anterior, podemos identificar que o jornal relatava o movimento como antagônico a uma ordem, organização e hierarquia definida e vigente. Nesta perspectiva, a segunda categoria discursiva com a qual trabalharemos, a saber, a inconsistência do movimento, traz elementos interessantes para compreendermos a forma como o jornal constrói a imagem do movimento. Essa categoria refere-se à incapacidade do movimento de se organizar e de enfrentar (de fato) o governo central.

Tanto a reportagem, quanto as notas oficiais do Exército, logo após descreverem o movimento e suas ações, trazem em contrapartida a incapacidade do mesmo de se organizar e de enfrentar a organização do Exército nacional. Nesse sentido, destacam-se trechos como “limitam-se a 40 homens já em fuga, em face das ações de nossas tropas, que os mantém encurralados na área de Realeza- Marmelandia” e “o grupo antirrevolucionário já está cercado pelo efetivo do Batalhão de Fronteiras dessa região ao norte do rio Iguaçu e que não tem condições para resistir ao fogo”. Deste modo, a reportagem, no momento em que categoriza o movimento, identifica-o como inconsistente e incapaz de se organizar frente ao governo central. Sendo assim, percebe-se a importância de trabalhar ambas as categorias discursivas apresentadas até aqui de forma paralela e conjunta.

Um elemento discursivo importante que corrobora a concepção de incapacidade de organização é a personalização do movimento, tendo em vista que ao longo da reportagem o jornal retrata o grupo de homens de Três Passos sob o comando direto de Osório, descrevendo-os até mesmo como mercenários. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que os homens que acompanharam Osório e Alberti eram apenas sujeitos comandados e obedientes aos dois líderes do movimento, que eram descritos como expurgados do Exército. Deste modo, há uma busca pela personalização do movimento e pela construção de uma ideia de que os homens que acompanhavam Alberti e Osório o faziam dentro de uma lógica mercenária, isto é, que trabalha ou serve por um preço, e, portanto, que não eram necessariamente adeptos da insurreição, da não sujeição e da rebeldia do ex-coronel. Nesse sentido, destacam-se trechos como “Três contingentes do Exército estão avançando sobre os rebeldes que obedecem ao comando do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório”, “os guerrilheiros do ex-coronel Jefferson Cardim Osório” e “o grupo de insurretos comandados pelo ex-coronel Jefferson Osório”.

Ao construir uma imagem de desordem e incapacidade de organização e enfrentamento real ao governo central, a mídia constrói uma ideia de autoridade instituída, à qual o movimento se opunha. A terceira categoria discursiva à qual pretendemos destacar faz referência exatamente a esta questão, ou seja, a construção de uma ideia de autoridade instituída e ordenada (do Exército) que prepondera sobre as ações do movimento. Essa característica acerca da existência de uma ordem central instituída pode ser percebida até mesmo na forma como o jornal *Correio do Povo* denomina as notas do Exército, a saber, “notas oficiais”. Além disso, trechos como: “Fontes militares revelaram que o grupo de insurretos comandados pelo ex-coronel Jefferson Osório dividira-se em dois, tentando escapar à perseguição que lhe move o Exército” e “um grupo de 40 homens já em fuga, em face da ação de nossas tropas, que os mantém encurralados na área de Realeza-Marmelandia”, destacam a preponderância do Exército sobre o movimento e, em última instância, corroboram a construção de um imaginário ligado às ideias de autoridade e ordem.

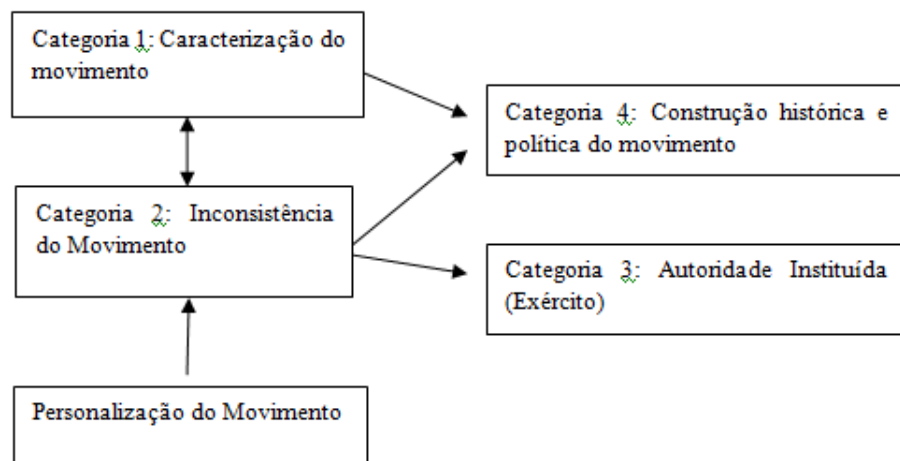
A construção de uma ideia de autoridade hierarquizada e ordenada está também ligada a uma quarta categoria analítica discursiva que faz referência ao porquê e como aconteceu o movimento, a saber, a categoria construção histórica e política. A reportagem reitera diversas vezes a ação do Exército em reconstruir o passo a passo do movimento, bem como identificar suas intenções. Por meio disto, constrói toda a argumentação acerca da caracterização e inconsistência do movimento.

A construção histórica e política do movimento constitui-se fundamentalmente como o esforço da reportagem e do Exército em “elucidar os fatos” e “reconhecer os objetivos do movimento”. Sendo assim, trechos como “Círculos militares e políticos reconhecem que a agitação tentada pelo ex-militar brasileiro teve o objetivo de empanar o brilho da visita do presidente Castello Branco à fronteira Brasil-Paraguai” e “Na prefeitura municipal desta cidade, estão sendo colhidos os depoimentos de pessoas que, de alguma forma, presenciaram os acontecimentos da madrugada de ontem”, nos permitem identificar os esforços do Exército e da reportagem em construir uma narrativa acerca de quem eram os agentes do movimento, por que estavam “assaltando” e “atacando” Três Passos e Portela. Deste modo, evidencia-se o interesse do jornal em reconstituir uma narrativa contada pelo próprio Exército acerca do movimento e dos integrantes do movimento de Três Passos. Essa quarta categoria, portanto, está relacionada com a forma como as duas primeiras categorias foram abordadas pelo jornal e, do mesmo modo, tem interferência direta na terceira categoria, tendo em vista que esta é determinada a partir de uma narrativa específica, isto é, de uma construção histórica e política

específica, de uma autoridade hierarquizada e ordenada, a qual emite este discurso narrativo por meio da reportagem em questão.

Deste modo, elencam-se quatro categorias discursivas a partir da análise do discurso da reportagem do jornal Correio do Povo, do dia 28 de março de 1965. Antes de traçarmos correlações mais específicas e profundas sobre essas categorias e relacioná-las, do mesmo modo, com os indicadores supracitados, analisaremos os demais documentos coletados por meio desta pesquisa.

ESQUEMA 4: CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DISCURSIVOS DA REPORTAGEM DO JORNAL CORREIO DO POVO DE 28 DE MARÇO DE 1965



Fonte: Autoria Própria, 2019.

3.3 O DISCURSO DA MÍDIA: ANÁLISES E CATEGORIAS DISCURSIVAS

Traçar paralelos entre os dois documentos acima analisados e comparar a forma como a narrativa acerca do movimento é construída em ambos nos permite identificar pontos comuns de interesse da mídia e do Exército, por meio da divulgação das notas oficiais, na construção de uma narrativa específica acerca do movimento de Três Passos.

Primeiramente cabe destacar a diferença existente entre a reportagem do Jornal Correio do Povo e do Jornal Folha de São Paulo no que diz respeito à construção da reportagem. O primeiro jornal utiliza mais de uma vez as notas oficiais do Exército para construir sua narrativa acerca do passo a passo do movimento, enquanto o segundo recorta trechos específicos de notas do Ministério da Guerra e do Exército para a devida “elucidação” dos fatos. Essa diferença no formato de construção da reportagem, ainda que sutil, é

importante quando se busca identificar similaridades discursivas entre as duas reportagens, ou seja, quando se busca identificar pontos comuns de interesse entre ambos os jornais na construção de uma narrativa específica sobre o movimento de Três Passos.

Ainda que com formatos diferenciados, por seu caráter jornalístico, as reportagens possuem objetivos similares, a saber, narrar os acontecimentos relacionados ao movimento de Três Passos. Contudo, como já descrito nesse trabalho, sabemos que “os discursos jornalísticos, são responsáveis por mobilizar a sociedade, influenciando o modo de ela ver, sentir ou se posicionar sobre o acontecimento” (MACHADO, 2017, p. 57). Portanto, o que buscamos identificar traçando paralelos analíticos discursivos entre as duas reportagens é como a mídia e o Exército, por meio da divulgação das notas oficiais, buscaram mobilizar a sociedade, influenciando o modo com que ela viu, sentiu e se posicionou frente ao movimento insurgente.

Partindo desse pressuposto, a presença da categoria referente à caracterização do movimento em ambas as reportagens é notória, tendo em vista que, em última instância, as demais categorias analíticas reforçam e sustentam a caracterização que os jornais fizeram do movimento. Contudo, para analisarmos a forma como a caracterização do movimento é feita em cada reportagem e, posteriormente, compará-las, devemos retomar brevemente a construção da segunda categoria analítica em cada reportagem, a saber, a categoria referente à inconsistência do movimento.

No jornal Correio do Povo a narrativa sugere uma inconsistência do movimento, no sentido da incapacidade do movimento se organizar, por meio da personalização do movimento na figura de Jeffersom Cardim, ou seja, o movimento é descrito como um grupo de homens que, em última instância, obedecem às ordens de Cardim sem muito questionar ou refletir acerca de seus atos. O uso de expressões como “rebeldes que obedecem comandos do ex-coronel Jeffersom Cardim”, “guerrilheiros do ex-coronel Jeffersom Cardim” e “homens comandados por Cardim”, além do uso de adjetivos como, por exemplo, “mercenários”, sustentam a argumentação acerca do uso da personalização do movimento como mecanismo narrativo acerca de sua inconsistência e insustentabilidade.

De outro modo, ainda que no jornal Folha de São Paulo a categoria referente à inconsistência do movimento esteja presente, a mesma é sustentada por outro viés argumentativo, isto é, a personalização do movimento, ainda que presente na reportagem, não é a base argumentativa da narrativa do jornal acerca da inconsistência do movimento

insurgente. A fundamentação argumentativa encontra-se nas limitações geográficas e numéricas (número de integrantes) do movimento. Expressões como “golpe insignificante”, presente no subtítulo da reportagem, e “pequeno grupo que reuniu uma pequena quantidade de armamento” e “atuação inexpressiva e de âmbito restrito” sustentam a argumentação acerca do isolamento, da limitação numérica e da atuação em âmbito restrito do grupo como fundamento argumentativo da reportagem em relação à inconsistência do movimento.

A categoria referente à autoridade instituída do Exército, à qual o movimento se opunha, também aparece em ambas as reportagens, ainda que de modo e com intensidade distintas. O jornal *Correio do Povo*, como acima evidenciado por meio da análise dos antônimos dos adjetivos utilizados pelo jornal, frisa de forma contundente a ideia de autoridade instituída e ordenada que prepondera sobre as ações do movimento, isto é, ao construir uma imagem de desordem e incapacidade de organização e enfrentamento real ao governo central, a mídia constrói uma ideia de autoridade instituída, à qual o movimento se opunha.

No jornal *Folha de São Paulo* a ideia de uma autoridade instituída não aparece por meio da afirmação frequente de uma autoridade específica instituída, mas sim na ideia de ordem social e na transmissão de uma mensagem de súplica por calma e ordem vinda do Exército. Como destacamos acima, o jornal *Folha de São Paulo* optou por recortar trechos específicos das notas oficiais do Exército. Um dos trechos utilizados na reportagem faz referência exatamente a esta questão relativa à ordem social:

Pede-se calma à população, não dando crédito a boatos alarmistas, pois as medidas repressivas cabíveis já foram tomadas pelos comandantes do III Exército da região militar, em ligação com os governos dos estados do Paraná e Santa Catarina. Qualquer outro informe será dado por intermédio da imprensa tão logo obtido pelas autoridades. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1965).

Portanto, percebe-se a categoria referente à autoridade instituída sendo sustentada por meio da transmissão de uma ideia de ordem social estabelecida, por meio do Estado, que já havia tomado as medidas repressivas cabíveis.

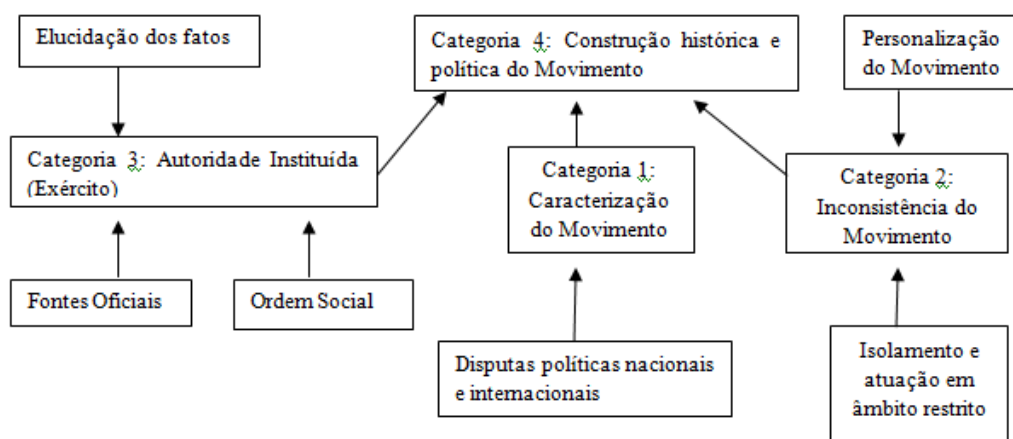
O uso das notas oficiais do Exército e do Ministério da guerra como fontes oficiais de informação, tendo elas sido utilizadas na sua íntegra ou parcialmente, é um elemento relativo à categoria referente à autoridade instituída que está presente em ambas as reportagens. A fonte de informações confiáveis que se opunha em veracidade aos “boatos alarmistas” e, do mesmo modo, à fonte que “elucidará os fatos” está concentrada nas mãos do Exército que,

neste momento, era o poder executivo nacional. Deste modo, percebe-se o controle do Estado na transmissão da informação e a ação dos jornais, por meio da construção das reportagens, na reprodução de uma narrativa específica acerca do movimento de Três Passos.

Sendo assim, a caracterização do movimento é uma categoria formada a partir da categoria referente à inconsistência do movimento e da categoria referente à autoridade instituída, bem como por meio dos elementos discursivos que compõem cada uma dessas categorias. Contudo, vale ainda ressaltar novamente a especificidade do jornal Folha de São Paulo ao relacionar o movimento insurgente de Três Passos com as lutas comunistas internacionais, enquanto o Correio do Povo limita-se a alocar o movimento em uma disputa nacional interna.

Em suma, essas três categorias nos levam à categoria referente à construção histórica e política. Nesse sentido, o jornal Correio do Povo busca transmitir o esforço e os resultados prévios do Exército em elucidar os fatos referentes ao movimento insurgente e, a partir disso, constrói as ideias acerca das ações, intenções e objetivos do movimento frente à sociedade civil. De outro modo, o jornal Folha de São Paulo apresenta elementos referentes à busca do movimento em transmitir sua mensagem à sociedade civil, destacando mais de uma vez a leitura de um manifesto do movimento na rádio, e evidenciando a disputa pela construção histórica e política do movimento, tanto por parte do Exército e da mídia, quanto por parte dos insurgentes.

ESQUEMA 5: CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DISCURSIVOS: CORRELAÇÕES E PARALELOS



4. O DISCURSO DO MOVIMENTO

Como afirmado no item 1.1, esse trabalho parte do pressuposto de que se há uma disputa política e histórica acerca do movimento de Três Passos há também uma disputa no campo discursivo, tendo em vista que toma-se, por meio dos aportes de Santander (2011), o discurso como um sintoma social que nos permite ler a realidade social. Neste sentido, a amostra de contraste por casos múltiplos nos possibilita identificar e comparar a construção discursiva de diferentes agentes sociais e, conseqüentemente, de diferentes interpretações de determinada realidade social. Deste modo, foi analisado até aqui a construção discursiva da mídia, dentro do seu contexto específico e, a fim de contemplar os objetivos aos quais essa pesquisa se propõe, passa-se à análise do discurso produzido pelos próprios insurgentes de Três Passos.

Já foi evidenciado, a partir da análise da reportagem do Jornal Folha de São Paulo do dia 27 de março de 1965, a preocupação do movimento em dialogar com as diversas camadas da sociedade por meio de um manifesto lido na rádio de Três Passos. O manifesto, pela forma como foi veiculado, a saber, oralmente, não possui um registro histórico que permita uma análise minuciosa do comunicado emitido pelo movimento à população. Existem apenas registros indiretos que nos comprovam que foi feita a leitura de um manifesto, tanto por parte da mídia hegemônica, como por parte de relatos de habitantes de Três Passos (como será apresentado posteriormente), contudo, não há como ter acesso ao conteúdo do manifesto.

Deste modo, para a análise do discurso produzido pelo movimento e tendo em perspectiva a impossibilidade de acesso ao conteúdo do manifesto lido na rádio de Três Passos, escolheu-se o diário de Jefferson Cardim de Alecar Osório. O documento também não está publicado integralmente, sendo assim, os trechos aqui analisados foram selecionados a partir do arquivo do acervo Documentos Revelados⁴⁴.

4.1 O DIÁRIO DE JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO

Andreia Lago, Jose de Souza e Ricardo Gozzi, ao descreverem de forma introdutória o conteúdo do diário de Osório, no prólogo da publicação do documento pelo acervo Documentos Revelados, escreveram:

O documento, que integra um conjunto de relatos pessoais de Jefferson sobre sua participação no combate à ditadura no Brasil, relata em 41 páginas toda a Guerrilha de Três Passos, da partida do pequeno grupo desde Rivera (Uruguai) na manhã de 19

⁴⁴ Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/finalmente-revelado-o-diario-do-coronel-jefferson-cardim-lider-da-guerrilha-dos-dentes-de-ouro/>

de março de 1965 até a capitulação, nove dias depois, na cidade paranaense de Leônidas Marques. (DOCUMENTOS REVELADOS, 18 de Agosto de 2017).

A estrutura literária do texto, a saber, a forma escrita de um diário, descreve por si só a forma como o documento é textualmente construído. O documento é formado por uma descrição linear do tempo, desde o momento em que o grupo cruza a fronteira do Brasil com o Uruguai, até o momento em que o Exército captura os insurgentes em Capitão Leônidas Marques. Possui um caráter descritivo dos movimentos do grupo, da sua preparação, treinamento, da rotina dos integrantes e dos objetivos almejados pelo grupo.

Ainda que não configure um documento de interlocução do movimento com a população, como eram os documentos analisados em relação à mídia, o diário de Osório é uma fonte histórica primária importante para a compreensão da construção política, histórica e discursiva acerca do movimento, tendo em vista que é um relato em primeira pessoa de um dos principais integrantes do grupo, narrando e descrevendo as suas ações, bem como a razão pela qual os integrantes agiram de determinado modo, além da narrativa direta e clara dos objetivos e das motivações do movimento. Deste modo, o documento é uma rica fonte histórica a ser analisada e corrobora com os objetivos deste trabalho ao possuir uma narrativa construída dentro do movimento, por um dos idealizadores do mesmo. Foram selecionadas e transcritas as quatro primeiras páginas do diário disponíveis no acervo Documentos Revelados, a fim de possibilitar o uso do ATLAS TI como ferramenta de análise,

Tendo sido feita uma breve descrição do formato do documento e da sua importância para a construção metodológica desta pesquisa, passa-se à análise do discurso do documento.

4.2 O DISCURSO DO MOVIMENTO: ANÁLISES E CATEGORIAS DISCURSIVAS

O trecho do diário aqui analisado inicia sua narrativa a partir do momento em que Osório cruza a fronteira do Uruguai com o Brasil e termina descrevendo os preparativos do movimento e os desafios e adversidades enfrentados pelo grupo.

Dentre os diversos elementos discursivos presentes no documento, quatro categorias foram elencadas a fim de possibilitar uma análise mais clara e ordenada do discurso presente no diário de Osório. A primeira categoria elencada refere-se à forma como Osório descreve os demais insurgentes, a segunda faz referência à organização do movimento, a terceira agrupa descrições de Osório acerca dos objetivos, das ações e das intenções do movimento e, por fim, a quarta categoria elencada refere-se à forma como Osório percebe a presença das autoridades, a saber, das brigadas militares pelas quais o grupo passou.

A primeira categoria discursiva elencada, a saber, a forma como Osório descreve os demais insurgentes, é importante para que se possa compreender a forma como o grupo se organizou. Primeiramente, cabe novamente ressaltar que o documento está redigido em primeira pessoa e portanto faz referência à forma como Osório identificava os demais insurgentes e, sendo assim, não cabem afirmações generalizantes que expressem a forma como os integrantes do grupo percebiam uns aos outros, ou seja, ressalta-se que é a percepção específica de um dos integrantes do grupo sobre os demais. Ainda assim, a percepção de Osório sobre o grupo de Três Passos nos fornece informações importantes sobre a organização do movimento, sendo estas passíveis de contraposição às informações veiculadas pelo Correio do Povo e pela Folha de São Paulo.

A partir da narrativa de Osório percebe-se uma série de distinções na forma como ele descrevia os demais insurgentes. Essas distinções são fundamentalmente decorrentes da posição social ocupada pelo indivíduo antes da sua integração ao movimento. Percebem-se quatro distinções fundamentais entre os integrantes do grupo. Aqueles que possuíam alguma posição no Exército e foram atingidos por atos institucionais e/ou desertaram da corporação militar, são chamados por Osório de “companheiros” ou “companheiros aliciados”. Aqueles que possuíam algum vínculo pessoal ou político com a figura de Leonel Brizola, eram chamados de brizolistas. Os que integravam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) eram descritos a partir da posição que os mesmos ocupavam dentro do partido ou da posição política ocupada pelo indivíduo, como, por exemplo, “líder local do PTB” e “Prefeito e Vice-Prefeito, ambos do PTB”. Por fim, aqueles que não haviam ocupado nenhuma posição no Exército, nem eram vinculados de alguma maneira ao movimento brizolista e não faziam parte do Partido Trabalhista Brasileiro, eram chamados de civis.

Contudo, ainda que ao longo da narrativa Osório faça tais distinções ao denominar e/ou descrever os demais insurgentes, após a chegada de todos, Osório passa a referir-se ao grupo como uma totalidade, utilizando a expressão “grupo de combatentes”.

Entretanto, ressaltar a forma como Osório divergia ao referir-se aos demais combatentes, como ele os denomina, é importante para ressaltarmos a importância da segunda categoria analítica, a saber, a organização do movimento. Nesse sentido, na narrativa de Osório, percebemos o vínculo de diversas esferas sociais na elaboração e na integração dos insurgentes de Três Passos, isto é, há a presença e o apoio de uma parcela do Exército que desertou do serviço militar e/ou foram expulsos devido aos atos institucionais, há o apoio do PTB em relação à alimentação, ao fornecimento de meios de locomoção para que o grupo pudesse se locomover dentro do estado do Rio Grande do Sul, além do apoio do partido em

relação aos locais onde o movimento pôde treinar e dormir. Além disso, há a presença de civis que, ainda que não vinculados diretamente à nenhum partido, decidiram apoiar o movimento de Três Passos, como, por exemplo, Alcyndor Ayres e o sindicalista portuário Bonilha. Há ainda a presença de integrantes do movimento brizolista, que apoiavam as ideias do Brizola enquanto ele se encontrava exilado. Deste modo, percebe-se que o movimento estava organizado e abrangia diversas esferas da sociedade. Evidenciar essa organização social do movimento, o apoio e a presença de diversas esferas sociais na elaboração e na construção do movimento de Três Passos é fundamental, tendo em vista que, o argumento da inconsistência do movimento, por parte da mídia, tinha como pilares argumentativos a falta de planejamento, a incapacidade de atuação e a personalização do movimento. Analisemos, à luz da narrativa do diário, separadamente cada um desses três pilares argumentativos para, por fim, contrapormos a narrativa da mídia com à narrativa de Osório.

No que diz respeito à personalização do movimento, a presença de diversas camadas sociais integrando e apoiando o movimento contrapõe diretamente a ideia de personalização do movimento na figura de Osório, ainda que ele possuísse um papel central dentro do grupo. Sendo assim, percebe-se que, ainda que Osório tenha assumido uma posição central no movimento de Três Passos, não é possível personificar o movimento, tendo em vista que diversas camadas sociais apoiaram e integraram o grupo de Três Passos e, portanto, as ideias que fundamentaram o movimento não estavam circunscritas a Osório, estando, em vez disso, presentes em diversas camadas sociais.

Antes de passarmos à análise dos outros dois pilares argumentativos da mídia, por meio da narrativa de Osório, introduziremos a terceira categoria analítica, a saber, o agrupamento de descrições das ações, objetivos e intenções do movimento, a fim de utilizá-la na continuidade da análise aqui proposta.

A terceira categoria, como acima descrita, constitui-se como uma categoria ampla, na qual pretendeu-se agrupar trechos e passagens nas quais pode-se identificar as intenções, os objetivos e os fundamentos das ações do movimento. Primeiramente, é fundamental destacar que, na perspectiva de Osório, o momento político brasileiro era ideal para a realização do movimento insurgente de Três Passos. Tal percepção fica evidente na conversa narrada entre Osório e o comissário brizolista do município de São Sapé, descrita do seguinte modo: “conversamos com euforia sobre a situação da política que estava favorável ao ‘Comandante Brizola’ e que estava pronto para nos ajudar com pelo menos 30 homens e que o Ayres levaria quando enviássemos transporte.”. Deste modo, percebe-se a influência de Brizola na

construção do movimento e, do mesmo modo, a perspectiva otimista de Osório em relação ao momento político no qual o movimento aconteceu.

Em seguida, Osório começa a descrever o treinamento dos insurgentes no sítio do irmão de Alberi, chamado Silvano:

Chegamos às 13 horas aproximadamente no sítio do irmão de Alberi, o companheiro Silvano, tendo nos hospedado em sua casa nas proximidades do rio Turvo, afluente do rio Uruguai. Aí estacionamos durante seis dias, fazendo treinamento de marcha em um terreno acidentado com aclives e declives por entre mato fechado até as margens do rio Turvo onde fazíamos treinamento de tiro ao alvo. À medida em que chegavam os companheiros aliciados se reuniam na casa do Silvano onde faziam as refeições, durante o dia treinamento de marcha e tiro e durante a noite pernoitavam no milharal no sítio em grupos de dois espaçadamente, sobre ponchos, cada um com sua arma de caça ou revólver. (DOCUMENTOS REVELADOS, 2017).

Deste modo, percebe-se que o movimento foi planejado e possuía um treinamento de tiro ao alvo e resistência, nas marchas e nos pernoites ao ar livre, expostos à geografia da região. Sendo assim, após a leitura do trecho supracitado, pode-se retomar a análise comparativa entre a narrativa midiática acerca da falta de planejamento do movimento, com a descrição de Osório. Ou seja, o movimento, antes de iniciar oficialmente suas atividades, no município de Três Passos, passou por um período de treinamento e planejamento. Nesse sentido, há uma divergência entre a narrativa histórica do movimento pelo discurso da mídia e o discurso presente no diário de Osório.

Contudo, apesar da divergência acima citada, por meio da leitura e da análise do diário, percebe-se que há uma convergência em relação ao argumento midiático da incapacidade de atuação, tendo em vista que fundamentava-se na ideia de que o movimento tinha uma atuação limitada. Nesse sentido, os trechos do diário analisados dentro da terceira categoria discursiva nos permitem identificar um momento de dificuldade interna do movimento que reduziu expressivamente a capacidade de atuação do mesmo. O trecho a seguir evidencia tal adversidade:

Nesse meio tempo esperávamos a chegada de dois companheiros: Ayres, que deveria trazer pelo menos 20 homens conforme prometeu e o Sargento Firmo Chaves vir com 10 sargentos de Porto Alegre no mínimo. Esse pessoal deu uma desculpa que não convenceu a Alberi nem a mim. Então o Ayres veio com 3, um deles seu irmão, e o Sargento Firmo não trouxe nenhum sargento e por acaso se encontrou com o líder sindical portuário Bonilha, este fez questão de tomar parte no nosso movimento. Nós que deveríamos estar com 60 homens, incluindo 12 sargentos (...) Ficamos reduzidos a 23, contando comigo e Alberi, para a tomada de Três Passos, sendo assim prejudicada a segunda fase do planejamento ou das operações que seria de maior relevância e suscetível de êxito, pois já tínhamos na conta dois sargentos naquela unidade do Exército. (DOCUMENTOS REVELADOS, 2017).

Deste modo, percebe-se que Osório reconheceu a dificuldade do movimento, tendo em vista a falta de cooperação de parte dos integrantes que deveriam compor o grupo, em dar

continuidade à segunda fase do planejamento do movimento e, sendo assim, há uma redução significativa na capacidade de atuação do grupo, tendo em vista que tinham a perspectiva de serem 60 homens e, ao final, eram 23. Nesse sentido, a mídia utilizou-se de tal adversidade do movimento para fundamentar um dos seus pilares argumentativos acerca da inconsistência do movimento.

Além dos trechos até aqui relatados em relação aos objetivos, às ações e às intenções do movimento, cabe ainda ressaltar, no que diz respeito à terceira categoria analítica, alguns trechos iniciais, referentes ao momento em que Osório cruzou a fronteira do Brasil com o Uruguai, que demonstram a forma como Osório via o movimento. Narra-se: “Cerca das 09:00 horas cruzamos corajosamente a fronteira decididos a cumprir nossa missão, iniciamos a nossa marcha pelo Rio Grande adentro”.

Logo após, narra o primeiro encontro do grupo com uma brigada militar, na balsa sobre o rio Rosário. Descreve tal encontro como “o primeiro obstáculo a ser vencido”. Este primeiro obstáculo nos permite introduzir a quarta categoria analítica, anteriormente apresentada como uma categoria referente à forma como Osório percebe a presença das autoridades. Ressalta-se que o encontro entre o grupo de Três Passos e as autoridades se deu em momentos nos quais o grupo estava se deslocando de uma cidade à outra, em abordagens de tráfego e migração. Sendo assim, optou-se por não denominar a categoria como “descrição das autoridades”, tendo em vista que o caráter descritivo é de pouca relevância. O que se busca evidenciar por meio desta categoria é a sensação de vigilância e tensão dos insurgentes ao longo de toda a marcha, como eles eram denominados os seus deslocamentos ao longo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A sensação de vigilância, confronto e de tensão pode ser percebida desde o primeiro momento em que um encontro do grupo com uma brigada militar é descrito. Ao narrar a abordagem militar na balsa sobre o rio Rosário usa a expressão “exigiu nossos documentos” para referir-se a uma abordagem típica de qualquer agente da guarda de tráfego, a saber, conferir os documentos do motorista do veículo. Ainda assim, narra o comportamento do agente com certa rispidez, ao escolher verbos como ‘exigir’ e destaca ainda que o agente dispensou os documentos dos demais passageiros do veículo, ainda que eles estivessem portando identidades falsas, antecipando e destacando, portanto, o planejamento e as ações do grupo em relação às possíveis ações e abordagens das brigadas militares e dos agentes de tráfego. Além deste primeiro momento, nas proximidades da cidade de São Gabriel- RS, Osório usa a expressão “fomos detidos para mostrar documentos” ao referir-se novamente a uma abordagem de guarda de tráfego.

Contudo, a escolha de verbos que demonstram certa rispidez na narrativa não são elementos suficientes para argumentarmos uma sensação de constante vigilância, confronto e tensão entre os integrantes do movimento. Para embasar tal afirmação, destacamos outros dois momentos, quase que simultâneos, onde Osório descreve que o grupo dormia armado, tendo em vista que percebiam que pessoas da cidade vinham até a casa do sítio do irmão de Alberti fazendo perguntas em relação à presença de Osório no sítio e, além disso, descreve que em uma das noites que estavam pernoitando no milharal “um jipe com policiais passou pela estrada e um deles atirou para causar alarme, nós estávamos com boa distância, escondidos, e não lograram êxito” (DOCUMENTOS REVELADOS, 2017). E, por fim, as pessoas que faziam perguntas sobre Osório eram apenas habitantes do pequeno município de Catuípa, com 3 mil habitantes, que estavam curiosos com a presença de um grupo armado nas redondezas da cidade e o jipe de policiais, ao contrário do que pensaram, não buscava somente causar alarme no grupo, mas estavam perseguindo um ladrão de gado da região.

Deste modo, percebe-se ao longo da narrativa uma certa tensão constante por parte de Osório em todos os momentos em que ele e/ou o grupo entraram em contato com alguma brigada militar, patrulha de tráfego ou patrulhas rodoviárias. Nesse sentido, o emprego de verbos específicos para descrever as abordagens das patrulhas, atrelados à constante desconfiança, tensão e confronto nos momentos de treinamento em Catuípa, nos permitem afirmar uma sensação de constante vigilância e confronto por parte de Osório.

Em suma, por meio da análise do diário de Osório, pode-se perceber uma contraposição enfática em relação aos pilares argumentativos da mídia sobre a inconsistência do movimento, além do documento apresentar elementos discursivos importantes em relação à percepção de Osório em relação aos demais integrantes do movimento, bem como a percepção de Osório em relação às patrulhas rodoviárias e às brigadas militares.

5. O DISCURSO DA POPULAÇÃO

Quando se propõe a análise de documentos produzidos por uma “população” em determinado momento histórico nos deparamos com dois problemas iniciais. Primeiramente, encontramos certa dificuldade em definir quem está incluso no recorte “população” e, em segundo lugar, enfrentamos a dificuldade em encontrar fontes históricas primárias. Tendo em vista esses dois problemas iniciais, define-se aqui como “população” aqueles e aquelas que não estiveram diretamente ligados ao movimento insurgente, nem com a mídia hegemônica e/ou com o Exército. Tendo sido definido o que aqui denominamos população, passamos à problemática da dificuldade em encontrar fontes históricas primárias.

Para contemplar os objetivos aos quais essa pesquisa se propõe, foram realizadas visitas a três bibliotecas municipais do Oeste e Sudoeste do Paraná. Primeiramente visitou-se a biblioteca municipal de Foz do Iguaçu, tendo em vista que o município abriga o 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado do Exército Brasileiro, para onde os insurgentes foram levados após serem capturados pelo Exército em Capitão Leônidas Marques, além de no município residirem sujeitos importantes na resistência contra a ditadura militar, como, por exemplo, Aluizio Palmar, editor do acervo Documentos Revelados e membro do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu. Posteriormente, visitou-se a biblioteca pública municipal de Capitão Leônidas Marques (PR), tendo em vista que o município foi palco do confronto entre os insurgentes e o Exército. E, por fim, visitou-se a biblioteca pública do município de Pato Branco (PR), tendo em vista que ali há um acervo de tamanho significativo com registros históricos locais, como, por exemplo, atas públicas, colunas jornalísticas, etc. Devido à falta de recursos, não foi possível visitar a biblioteca municipal de Três Passos (RS). Contudo, não foram encontrados registros históricos relevantes a esta pesquisa em nenhuma das três bibliotecas visitadas. Sendo assim, optou-se pelo uso de documentos disponibilizados em teses, dissertações e acervos que se dedicam ao estudo do movimento de Três Passos.

Deste modo, dois documentos foram selecionados. O primeiro foi retirado da dissertação⁴⁵ de mestrado em Direito (UFSC) de Daniela M. L. Cademartori e faz referência ao relato do radialista da rádio de Três Passos acerca da noite em que o movimento chegou à cidade. O segundo documento, retirado do acervo⁴⁶ Documentos Revelados, é um

⁴⁵CADEMARTORI, L. M. D. A operação três passos: A história, o Direito e o Político. Dissertação (Pós-graduação em Direito)- Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993, p. 171.

⁴⁶ Documentos Revelados. Fotos e Documentos Inéditos da Guerrilha de Três Passos, primeiro movimento armado contra a ditadura, 2015. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/geral/fotos-e->

registro visual adjunto a uma pequena descrição, referente ao apoio de camponeses ao Exército na “captura” dos insurgentes. Antes de passar à análise dos documentos acima citados, cabe reforçar algumas considerações acerca do discurso em relação à categoria “população”. Anteriormente afirmou-se, à luz de Santander (2011), que o discurso é uma prática social e, para a análise do mesmo, é necessária a compreensão das relações sociais e do período histórico no qual o discurso é produzido. Ao buscarmos construir uma análise traçando paralelos entre o discurso da mídia, o discurso dos insurgentes e o discurso da população, não parte-se da ideia de que o discurso da população está politicamente esvaziado, ou que se caracteriza como um discurso neutro frente à conjuntura política nacional e frente às ações do Exército e do movimento de Três Passos. Isto é, o discurso da população não pode ser analisado ignorando as relações sociais nas quais os sujeitos emissores dos discursos estavam inseridos, reafirmando-se assim a não neutralidade discursiva.

Deste modo, frisa-se que o discurso é aqui compreendido como um sintoma social, emitido a partir de relações sociais e de disputas políticas específicas e, de modo algum, essas relações e disputas podem ser ignoradas ao longo da análise metodológica proposta. Tendo sido feitas tais considerações, passa-se à análise dos três documentos selecionados para a categoria “população”.

5.1 RELATO DO RADIALISTA: A NOITE EM TRÊS PASSOS

Como acima mencionado, o relato do radialista de Três Passos (RS) foi retirado da tese de mestrado de Cademartori (1993) e consiste em um sucinto trecho no qual é narrada a situação da cidade após a ação do movimento. Cabe ressaltar que, no município, os insurgentes tomaram a brigada militar, levando consigo armamentos e munições e adentraram a rádio para ler um manifesto à população incentivando que mais pessoas se unissem ao movimento. Deste modo, o relato do radialista foi emitido pouco após a ação do movimento e, sem perder de vista o contexto no qual foi emitido, nos permite identificar alguns aspectos interessantes acerca da movimentação na cidade.

No discurso do radialista há dois elementos centrais. O primeiro faz referência à condição da população, isto é, a sensação que, segundo ele, tomou conta da cidade após as ações do movimento, bem como as medidas tomadas por parte da população. O segundo elemento faz referência à própria ação do movimento. Ainda que seja mais sucinto que o primeiro elemento, tendo em vista que o relato é basicamente uma descrição da condição da

população após a chegada do movimento em Três Passos, o relato nos permite identificar a forma como o radialista descreve e identifica as ações do movimento.

Segundo o radialista, naquela noite estavam todos apavorados. Alguns, como, por exemplo, o prefeito de Três Passos, Alcides Braun, fugiram da cidade, outros foram ao banco e recolheram suas economias, levando-as para casa. Em suma, o radialista descreve uma sensação de medo, atrelado à incerteza em relação à real magnitude das consequências da ação do movimento. O medo atrelado à incerteza fica evidente quando se relata que alguns, ainda que quisessem fugir, preferiram ficar em casa, tendo em vista que dizia-se que o movimento já havia tomado as cidades vizinhas, bem como no trecho em que afirma-se que a cidade passou a madrugada em claro, atenta a possíveis novas movimentações.

Narra-se ainda que o prefeito da cidade conseguiu ir até Tiradentes (RS) e lá permaneceu durante toda a noite, retornando a Três Passos apenas na seguinte manhã. Durante esse período, o radialista descreve:

“(...) outros fugindo, como foi o prefeito Alcides Braun, que fugiu até Tiradentes e só apareceu no outro dia às 11 horas da manhã, quando o Dr. Goelzer e eu já tínhamos ido na prefeitura, o Goelzer meio que assumiu, já que não tinha ninguém”. (DOCUMENTOS REVELADOS, 2015).

Desse modo, percebe-se que, segundo a narrativa do radialista, as ações do movimento causaram relativa desordem na ordem social e política na cidade, tendo em vista a fuga do prefeito, causando certa “vacuidade” do maior cargo do poder executivo no município por diversas horas. Antes de passarmos ao segundo elemento, deve-se destacar quem são as/os agentes que aparecem na narrativa do radialista, ainda que ele use as expressões “todo mundo estava apavorado” e “ninguém tinha coragem de sair da cidade”, dando a impressão de que o seu relato engloba a totalidade da população de Três Passos. O primeiro agente do discurso é o próprio radialista, tendo em vista que, partindo da concepção do discurso aqui utilizada, as representações do próprio radialista estão impressas no seu discurso, condicionadas pelo contexto no qual o discurso foi emitido. Esse é um elemento fundamental para analisarmos o discurso do radialista, tendo em vista que os donos das rádios eram pessoas com relevância social, pela própria centralidade da rádio como fonte de emissão de informação. Além disso, deve-se levar em consideração que o referido radialista teve seu negócio invadido e foi forçado a ler um manifesto escrito pelo movimento.

As/os segundos agentes que aparecem no discurso são aqueles que foram aos bancos recolher dinheiro a fim de esconder suas economias em casa. Ora, ainda que seja uma passagem sutil e relativamente vaga, há que se considerar a realidade social de uma pequena municipalidade do interior do Rio Grande do Sul, no ano de 1965. Aquelas e aqueles que têm

condições de ter economias guardadas em um banco, nesse período e nesse contexto social e geográfico, não podem ser enquadrados como “todo mundo”. Ainda que a informação no discurso do radialista seja vaga e generalizada, sabe-se que as/os segundos agentes que aparecem no discurso eram sujeitos financeiramente abonados.

Os terceiros agentes que aparecem no discurso são o Dr. Goelzer e o prefeito. O Dr. Egon Julio Goelzer era advogado na cidade de Três Passos e estava ligado à política municipal, tendo em vista que, anos depois, chegou a ser eleito prefeito do município, como é possível evidenciar a partir de documentos⁴⁷ da câmara municipal de Três Passos. Portanto, podemos caracterizar os terceiros agentes mencionados no discurso do radialista como sujeitos diretamente envolvidos com a política municipal.

Identificar quem são os sujeitos impressos no discurso analisado é importante para não cairmos na generalização discursiva do emissor do discurso. Nesse sentido, não temos um “todo mundo” apavorado e com medo de fugir de Três Passos, mas sim a classe política, aquelas e aqueles abonados que tinham condições de manter economias aplicadas no banco e o radialista.

Tendo sido feitas tais considerações acerca da sensação em Três Passos e dos sujeitos do discurso, passa-se agora ao segundo elemento discursivo, a saber, como o radialista identificou a ação do movimento. Como já mencionado, trata-se de um elemento que pode ser identificado em um pequeno trecho do relato. Narra-se: “O coronel Jefferson disse que tinha cercado a cidade, tinha tomado Ijuí, tinha tomado Santa Rosa e aí a cidade ficou em claro a noite toda” (DOCUMENTOS REVELADOS, 2015). Ainda que sucinto, o trecho nos permite identificar alguns aspectos interessantes em relação à maneira como o radialista descreve o movimento. Destacam-se dois elementos. O primeiro refere-se à descrição de que o movimento havia cercado a cidade. O segundo, o emprego do verbo “tomado” para referir-se à ação do movimento em Ijuí e Santa Rosa. Sabendo das condições e da quantidade numérica do movimento, descritos pelo próprio Osório em seu diário, há a possibilidade de questionar a real existência de um cerco à cidade. Tendo em vista que pouco mais de 20 homens não conseguiriam manter o controle de entrada e saída de um município rural, sem conhecer, da forma como conheciam os moradores, os caminhos rurais e alternativos às rotas principais de acesso ao município. Contudo, tendo em vista que o movimento cortou o fornecimento de

⁴⁷ A partir de projetos de leis municipais aprovados e sancionados na câmara municipal de Três Passos, é possível evidenciar que o referido Dr. Goelzer foi prefeito de Três Passos. Cita-se, como exemplo, a lei Nº 2283/1973, disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/t/tres-passos/lei-ordinaria/1973/223/2238/lei-ordinaria-n-2238-1973-autoriza-o-executivo-a-adquirir-tres-3-caminhoes-sendo-um-1-a-gasolina-e-dois-2-a-oleo-cru>

energia da cidade, é compreensível o uso do substantivo “cercado” para a descrição das ações do movimento em Três Passos. Além disso, chama atenção o uso da palavra “tomado”, tendo em vista que, como já vimos anteriormente neste trabalho, é a mesma palavra utilizada pelo Jornal Correio do Povo e pelo Jornal Folha de São Paulo para descreverem as ações do movimento.

5.2 “FALTOU APOIO POPULAR”: REGISTRO DE CAMPONESES

O segundo documento selecionado ‘população’ foi retirado do acervo Documentos Revelados e constitui-se fundamentalmente como um registro visual (foto), acompanhado de uma pequena descrição do mesmo. Ainda que na descrição da publicação feita pelo acervo não conste a autoria da foto e do texto, abaixo da mesma, na sua versão original, é possível ler o nome de Adão Martins da Silva. Sendo assim, para analisar paralelamente a foto e a descrição, primeiramente é necessário saber quem foi Adão Martins da Silva e realizar uma breve descrição da imagem.

O documento em si não traz consigo nenhum registro acerca da identidade de Adão Martins da Silva. Sendo assim, a dissertação⁴⁸ de mestrado de Taiara Souto Alves e o relatório⁴⁹ da 85ª Caravana da Anistia do Ministério da Justiça, realizado em 2014 são fontes fundamentais para identificarmos Adão Martins da Silva. Segundo o relatório do Ministério da Justiça, Adão M. S. relatou à comissão da anistia que foi preso político em 1964, respondendo processo no município de Santa Maria (RS), onde foi absolvido em 1968. Contudo, o relatório não detalha as razões pelas quais o sujeito teria sido preso no ano de 1964 e, posteriormente, em 1968, inocentado. Para identificar tais causalidades, a dissertação de Taiara Alves (2009) é fundamental. Em sua pesquisa, a autora traz uma lista nominal de todos/as os cidadãos/cidadãs que foram denunciados/as na Auditoria Militar de Santa Maria e Porto Alegre. O nome de Adão M. Silva aparece nas denúncias do ano de 1965, tendo sido denunciado no dia 18 de março de 1965 pelo promotor do Ministério Público Militar Octávio Duval Meyer e Barros, por ser “um dos ‘cabeças’ dos Grupo dos Onze⁵⁰” (ALVES, 2009, p. 127).

⁴⁸ A referida dissertação pode ser encontrada no repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e está disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17669/000721215.pdf?sequence=1>.

⁴⁹ BRASIL. Comissão da Anistia organiza caravanas no Rio Grande do Sul. Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/comissao-de-anistia-organiza-caravanas-no-rio-grande-do-sul>

⁵⁰ Segundo o verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o grupo dos onze foi um movimento criado em fins de outubro de 1963 pelo então Deputado Federal Leonel Brizola, com o objetivo de lutar pelas reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária, etc.) preconizadas pelo presidente João Goulart. O movimento foi desarticulado após o

Além disso, a dissertação evidencia que Adão Silva era agricultor e residia na zona rural do município de Pinheirinho (RS), onde cooperou na formação de um dos ‘Grupos do Onze’. Na pesquisa, Dalmiro da Rosa, também agricultor residente da zona rural de Pinheirinho (RS), aparece como parceiro de Adão Silva na formação do grupo. É relevante aos interesses desta pesquisa destacar o nome de Dalmiro da Rosa pelo seguinte relato oral, acerca do porquê ele decidiu formar um dos grupos de Brizola, disponibilizado na dissertação de Alves (2009):

“Resolvi assinar no Grupo dos Onze por iniciativa própria, por ter ouvido as palestras do Sr. Brizola, através da rádio Mayrink Veiga. (...) Essa lista foi feita depois de ouvir, juntamente com o Sr. Adão Martins e outros agricultores, as referidas palestras. Fizemos para pleitear as reformas no Congresso Nacional, porém sem ideias de pegar em armas.” (ALVES, 2009, p. 128, grifos meus).

Alves (2009), ainda afirma que não foram encontrados depósitos de armas com o grupo de Adão e Dalmiro e que o processo instaurado contra eles “não apurou nenhuma ação concreta contra a ditadura civil-militar instaurada em 1º de Abril de 1964” (ALVES, 2009, p.128). Constatou-se que a formação do grupo foi meramente formal, pela assinatura da lista, mas não houve indícios de ações práticas como, por exemplo, reuniões e aquisição de armas, para enfrentar diretamente a ditadura militar. Por fim, destaca-se o seguinte trecho na descrição de Adão e Dalmiro:

“O depoimento de Adão Martins chama atenção à declaração a favor da legalidade constitucional [do regime militar]. Em muitos depoimentos, tanto as testemunhas quanto os denunciados declaravam-se satisfeitos com o novo governo e dispostos a colaborar.” (ALVES, 2009, p.129).

Deste modo, a partir do trabalho de Alves (2009) e do relato do Ministério da Justiça (2014), pode-se traçar um panorama acerca de quem foi Adão Martins, o redator da descrição da foto a ser analisada. Tendo sido resgatados alguns elementos centrais para a compreensão da identidade do redator do registro histórico, passa-se à descrição da imagem.

O primeiro elemento a ser destacado na imagem é a presença de quatro pessoas. Contudo, podemos agrupá-las em dois pequenos grupos. De um lado, com o braço esquerdo erguido, de frente para a câmara, vestindo uma camisa xadrez e chapéu, há um agricultor. A profissão, para além das suas vestimentas, pode ser identificada tendo em vista que a foto foi tirada em uma zona rural, ou seja, o agricultor está no meio de um milharal. Ao seu lado, encontram-se os outros três sujeitos presentes na imagem, sendo os três militares, vestidos

golpe militar de 1º de abril de 1964. “A ideia dos grupos dos Onze, que constituiriam um grupo de pressão mais amplo visando à reestruturação do quadro socioeconômico do país, foi lançada por Brizola através de uma rede nacional de emissoras de rádio. A Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, que era frequentemente utilizada por Brizola em seus apelos à população, centralizou a organização do movimento, recebendo milhares de formulários preenchidos por grupos dos Onze já constituídos” (CPDOC, verbete ‘grupo dos onze’).

com uniforme oficial e boina com o brasão do Exército. Os quatro parecem estar no meio de um diálogo e o retrato dá indícios de que o agricultor estaria guiando os militares dentro de sua propriedade. A imagem pode ser observada a seguir:

IMAGEM 1: MILITARES E AGRICULTOR.



Fonte: Documentos Revelados, 10 de Março de 1965.

Adjunto à foto está a seguinte descrição: “Faltou apoio popular aos guerrilheiros, princípio básico para conseguir realizar uma guerrilha. Vários camponeses, como o que é visto na foto, ajudaram muito as tropas do Exército” (DOCUMENTOS REVELADOS, 1965).

Esse documento, ainda que extremamente sucinto, é uma fonte primária fundamental, tendo em vista que traz a perspectiva de uma parcela social que não aparece no relato do radialista, a saber, os agricultores. Ainda que, de modo algum, possamos traçar generalizações⁵¹ a partir de um documento tão sucinto, agregar à perspectiva de uma parcela dos trabalhadores rurais a categoria ‘população’ é fundamental, tendo em vista o contexto social da época e as questões geográficas da região por onde o grupo passou, isto é, tendo em vista a predominância da zona rural no contexto do movimento de Três Passos.

De todos os modos, percebe-se que uma parcela dos trabalhadores rurais não só deixaram de apoiar os guerrilheiros, como Adão Silva chama o grupo de Três Passos, mas cooperou com os militares na busca pelos mesmos em suas propriedades, como mostra a imagem e como se pode constatar na descrição da mesma. Há uma diferença grande entre o que Adão chama de “falta de apoio popular” e a ação dos agricultores contra o movimento, cooperando com o Exército. A ação de cooperar não se limita ao “não apoiar”, mas sim se

⁵¹ O documento refere-se à opinião e descrição de uma parcela da população rural de Pinheirinho (RS). Destaca-se a impossibilidade de traçar generalizações a partir do documento tendo em vista que a falta de apoio de uma parcela dos trabalhadores rurais pode ser contraposta aos relatos presentes no diário de Osório, segundo o qual o grupo contou com o apoio e suporte de diversos sujeitos ao longo da sua ‘marcha pelo interior do Rio Grande’, nas palavras de Osório.

expande ao que evidenciou Alves (2009): “Em muitos depoimentos, tanto as testemunhas quanto os denunciados declaravam-se satisfeitos com o novo governo e dispostos a colaborar.” (ALVES, 2009, p. 128, grifos meus).

Deste modo, tendo o discurso como um sintoma social, não esvaziado politicamente e, portanto, intrinsecamente arraigado ao contexto social e político no qual é produzido, os documentos acima descritos evidenciam a complexidade de se realizar tal análise, tendo em vista a necessidade de compreender a origem do discurso em seu tempo e espaço histórico. As fontes primárias aqui analisadas, a saber, o relato do radialista e o registro dos camponeses, bem como o esforço realizado em alocar tais documentos em seu tempo histórico e resgatar a minimamente a biografia e a condição dos sujeitos que os produziram, são elementos fundamentais para os objetivos desta pesquisa.

6. A DOMINAÇÃO DO ESTADO PARA ALÉM DA VIOLÊNCIA E DA COERÇÃO

Nos debates que permeiam a temática do Estado, a concepção de que o Estado moderno se funda como uma relação de dominação é recorrente. Esta perspectiva pode ser vista, por exemplo, em Max Weber quando o autor afirma que “[...] o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima” (WEBER, 1918, p. 57). Outros autores, como Karl Marx, analisando a transição do feudalismo para o capitalismo, postulam que “[...] a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das que existiam no passado” (MARX, 1848, p. 40) e, nesta concepção, o Estado moderno seria dado como o espaço onde a classe dominante se unifica em prol da produção e reprodução do sistema capitalista.

Sendo assim, percebe-se que há uma recorrente concordância sobre o Estado moderno ser caracterizado como uma instituição de dominação, ainda que essa concordância se dissipe quando se debatem as formas como ocorre esta dominação. Este trabalho parte exatamente da premissa da característica de dominação do Estado e pretende debater as formas de dominação do mesmo. Para isso, busca-se retomar a perspectiva de Estado em dois autores, a saber, Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu. No que diz respeito à concepção destes dois autores sobre o Estado, ainda que partam de correntes de pensamento e de premissas básicas da organização da sociedade distintas, este trabalho busca sustentar a ideia de que o diálogo entre ambos pode corroborar para debater o objeto de análise desta pesquisa, a saber, a relação entre subjetividade, a construção de uma hegemonia e o Estado no episódio da guerrilha de Três Passos (1965).

6.1 O ESTADO EM BOURDIEU: METACAPITAL E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA

Começemos por Bourdieu. A organização da sociedade na concepção do sociólogo francês está fundamentada em dois conceitos centrais, a saber, *habitus* e campo. Como se sabe, o autor traz por meio destes conceitos a tentativa de contribuir para o debate entre o estruturalismo e o funcionalismo que rodeava as ciências sociais e, de certo modo, segue permeando-as. Sendo assim, com estes dois conceitos Bourdieu introduz uma dinâmica à sua concepção de sociedade compreendendo-a como uma relação altamente dinâmica entre estrutura e agência, na qual os indivíduos, ao mesmo tempo em que constituem a estrutura são

por ela constituídos, ou seja, propõe uma resolução desse dilema a partir de uma perspectiva dinâmica da sociedade, apontando os sujeitos e as estruturas em relação de interação e reciprocidade.

Para compreendermos melhor esta concepção de sociedade retomemos os conceitos de *habitus* e campo. O *habitus* tem como principal objetivo teórico pôr fim ao ceticismo da perspectiva estruturalista a respeito do agente em relação à sociedade, ou seja, constitui-se como uma crítica à visão estruturalista sobre os agentes e, deste modo, relaciona-se com a capacidade de uma estrutura ser incorporada pelos agentes interferindo na sua forma de agir, pensar e sentir. Deste modo, em *O poder simbólico*⁵², Bourdieu define *habitus* como:

Sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (BOURDIEU, 1989, p.40-41, grifos meus).

Deste modo, *habitus* pode ser entendido como a síntese entre a objetividade e subjetividade, tendo em vista que o *habitus* seria a interiorização da exterioridade e, ao mesmo tempo, a exteriorização da interioridade. Ou seja, é o produto da história e produz práticas individuais e coletivas e, portanto, produz a história de forma dinâmica.

Bourdieu define o conceito de campo⁵³ como sendo o espaço social onde se definem posições sociais entre os agentes, ou seja, um espaço de conflito⁵⁴ entre os agentes pelo alcance de determinadas posições sociais. Dentro do conceito de campo é fundamental destacar o conceito de capital⁵⁵ que, pela contribuição do autor, não se limita ao capital econômico, ou seja, “expande-se” para a compreensão do capital social e cultural como equivalentemente determinantes na tomada de posições entre os agentes e, deste modo, os

⁵² BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006 [1989].

⁵³“Existe um universo intermediário que chamo de campo, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”. (BOURDIEU, 2004, p. 20).

⁵⁴ “Em outras palavras os agentes, caracterizados pelo volume do seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil”. (BOURDIEU, 2004, p. 24).

⁵⁵“Cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

agentes dominantes seriam os detentores do capital simbólico, isto é, detentores dos outros três capitais.

Bourdieu (1996) aponta ainda, ao tratar da gênese do Estado, que “[...] o Estado é resultante de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital⁵⁶” (BOURDIEU, 1996, p. 105). Dentre os diversos capitais analisados pelo sociólogo francês, dois são de nosso principal interesse, a saber, o capital cultural que remete à homogeneização das formas de comunicação e o capital simbólico, caracterizado como a disposição de um ator impor e inculcar sobre outro indivíduo princípios de visão e de reconhecimento sobre outros campos e atores, ou seja, é o capital que legitima a monopolização dos capitais nas mãos do Estado.

Deste modo, dentro do debate que esta pesquisa se propõe a fazer, o Estado detentor deste “metacapital” “[...] contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social” (BOURDIEU, 1996, p.116). E, sendo assim, dentro do campo do poder⁵⁷, os agentes detentores dos capitais lutam particularmente pelo poder do Estado. Deste modo, a força simbólica do Estado se encarna tanto na objetividade quanto na subjetividade e, conseqüentemente, naturaliza esquemas de pensamento e percepções hegemônicas no interior da sociedade.

Sendo assim, ao tratar da gênese do Estado, Bourdieu parte da ideia do Estado moderno como uma instituição de dominação e, ainda que focalize a sua atenção na dominação simbólica, como acima descrito, parte do consenso no campo do pensamento político em relação à violência física do Estado, ou seja, a violência física é tida como certa e o que o autor se esforça em desenvolver é a dominação a partir da construção do *habitus*, isto é, a dominação simbólica. Esta concepção da relação do Estado com a sociedade fica clara, por exemplo, quando o autor afirma que “O Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos da construção da realidade social” (BOURDIEU, 1996, p. 116).

6.2 ENTRE O CONSENSO E A COERÇÃO: O ESTADO INTEGRAL EM GRAMSCI

⁵⁶ Entende-se, portanto, como metacapital a concentração do Estado de diversos capitais, como, por exemplo, capital simbólico, coercitivo, econômico e cultural. *Ver Bourdieu, 1996, p. 116.*

⁵⁷ “campo do poder, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado”. (BOURDIEU, 1996, p. 99-100).

Tendo debatido minimamente os conceitos de Bourdieu, nos dedicaremos agora a fazer o mesmo com as concepções de sociedade e Estado de Gramsci. Para o italiano, para as classes produtivas, “[...] o Estado não é concebível mais que como uma forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção” (GRAMSCI, 2006, p.71). Sendo assim, Estado para Gramsci é a concretização terrena das superestruturas de uma determinada forma de organização social e de produção. Gramsci afirma ainda que “[...] o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo” (GRAMSCI, 2006, p.71). Contudo, como afirma Bianchi (2008), a concepção de expansão do próprio grupo não poderia aparecer como realização exclusiva daquele grupo, isto é, “deve se apresentar como uma expansão universal-expressão de toda a sociedade-, por meio da incorporação à vida estatal das reivindicações e interesses dos grupos subalternos” (BIANCHI, 2008, p. 176).

Para isso, Gramsci introduz o conceito de Estado integral, isto é, “pode-se apresentar como Estado Integral como todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa e perfeita” (Q 6, § 10, p. 691.). Ou seja, “busca-se escapar de uma concepção que reduziria o Estado ao aparelho coercitivo” (BIANCHI, 2008, p. 177). Portanto, Gramsci concebe o Estado como: “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encorajada de coerção” (Q 6, § 88, p. 763-764) e, posteriormente, no mesmo caderno, como: “Estado (no sentido integral: ditadura + hegemonia)” (Q 6, § 155, p. 810-811). Expande-se portanto, no pensamento de Gramsci, a concepção de Estado para além da característica coercitiva dos aparelhos estatais.

Dentro do pensamento Gramsciano o aporte trazido por Mabel T. Rey (2010) é fundamental para compreender a perspectiva ampliada do Estado (Estado integral) nos escritos de Gramsci. Neste sentido, dois aspectos são fundamentais. Primeiramente, o reforço trazido por Rey nos aportes presentes no caderno “Maquiavel, a política e o Estado moderno”⁵⁸, onde Gramsci afirma que a unidade histórica das classes dirigentes se dá no Estado e que, portanto, a história do Estado é a história da classe dirigente. E, em segundo lugar, a ideia de que “a unidade histórica desta classe no Estado é resultado de relações orgânicas entre Estado, sociedade civil e sociedade política⁵⁹” (REY, 2010, p.12).

⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

⁵⁹ Em Gramsci, o Estado é entendido a partir da relação entre sociedade civil e sociedade política.

O conceito de sociedade política, segundo Bianchi (2008), está claro nos escritos de Gramsci e “trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção” (BIANCHI, 2008, p.178). Contudo, ainda que Gramsci não perca a perspectiva da política como coercitiva, não reduz ela a coerção e, para isso, o conceito de sociedade civil é central.

A partir da seguinte citação podemos identificar o conceito de sociedade civil e de sociedade política proposta em Gramsci:

“(…) pode-se por enquanto fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organizações chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política” ou Estado, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, p. 1518 apud ANGELI, 2011, p. 128)

Deste modo, pode-se entender sociedade civil como organizações privadas (não ligadas à esfera pública) e, conseqüentemente, não pertencentes à parte jurídica e burocrática do Estado, as quais estão relacionadas à sociedade política. Segundo Bianchi (2008), o conceito de sociedade civil pode ser percebido de duas maneiras. A primeira, “como forma de exercício e afirmação da supremacia de uma classe sobre o conjunto da sociedade” (BIANCHI, 2008, p. 182) e, a segunda, como “a capacidade de iniciativa econômica que o Estado possui no capitalismo contemporâneo” (BIANCHI, 2008, p. 182). Contudo, para além do debate⁶⁰ gerado a partir dessa dupla interpretação do conceito de sociedade civil, o que interessa aos objetivos desse trabalho é compreender que a sociedade civil “mantém uma relação de unidade-distinção com a sociedade política” (BIANCHI, 2008, p. 183) no que diz respeito à dominação do Estado.

Sendo assim, a ampliação do conceito de Estado (REY, 2010) está relacionada à característica do Estado de articular consenso e coerção como modo de legitimar sua dominação (hegemonia). Entretanto, para além de pensar apenas a questão coerção como manutenção do poder do Estado, Gramsci postula o conceito de aparelhos privados de hegemonia, ou seja, as diversas esferas da sociedade civil (mídia, igreja, educação, etc.) como forma de, para além da coerção, gerar consenso em relação à hegemonia do Estado. Isto é, “o Estado tem consenso e pede consenso, mas também “educa” este consenso através das

⁶⁰ Sobre a dupla interpretação do conceito de sociedade civil, ver: BIANCHI, A. O Laboratório de Gramsci, Alameda Editorial, UNICAMP, 2008, p. 173-185.

associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2016, p. 121).

Neste sentido, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, a classe dirigente impõe sua visão de mundo aos demais, ou seja, “a difusão de certos valores está determinada pelas relações de compromisso da classe dirigente com outras forças sociais, expressas no Estado” (REY, 2010, p. 17). Sendo assim, a hegemonia do Estado é fundamentalmente baseada na unidade entre coerção e consenso.

Sendo assim, como anteriormente percebido em Bourdieu, Gramsci também parte da centralidade da coerção do Estado como algo certo. Contudo, a construção de hegemonia na sociedade é dada a partir de uma relação de unidade-distinção entre a sociedade política e a sociedade civil, isto é, a construção de consenso interligada com a coerção. Desse modo, segundo Bianchi, não há uma distinção ou uma sobreposição da consenso ou da coerção na construção de hegemonia, tendo em vista que “mantendo sociedade política e sociedade civil uma relação de unidade-distinção, formam dois planos superpostos que só podem ser separados com fins meramente analíticos” (BIANCHI, 2008, p. 184). Sendo assim, segundo Bianchi, para Gramsci “a unidade entre sociedade civil e sociedade política era sempre orgânica e a distinção de ambas era apenas metódica” (BIANCHI, 2008, p.184).

6.3 A EXPANSÃO DA CONCEPÇÃO DE ESTADO: PARALELOS TEÓRICOS ENTRE BOURDIEU E GRAMSCI

Deste modo, podemos perceber que Bourdieu e Gramsci possuem paralelos interessantes a serem traçados em relação às suas concepções teóricas sobre sociedade e Estado. Ambos partem da coerção como algo dado, porém, compreendem a dominação do Estado como algo além da violência física e, neste sentido, como afirma Burawoy (2010) os dois autores se aproximam em relação à concepção da expansão do Estado.

Lembremos que Bourdieu afirmou possuir o Estado não apenas o monopólio legítimo da violência física, mas também o monopólio legítimo da violência simbólica. Podemos perceber aqui uma expansão do Estado que é paralela a inclusão feita por Gramsci dos aparatos ideológicos estatais, porque é apenas no universo simbólico que se pode operar tanto no nível da consciência como no nível do inconsciente (BURAWOY, 2010, p. 67).

À vista disso, este trabalho pretende traçar possíveis paralelos entre as formas de dominação do Estado para além do uso legítimo da violência física utilizando-se dos conceitos de dominação simbólica e do conceito de aparelhos privados do Estado.

Tende-se a concordar com a afirmação do sociólogo francês de que “é no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado” (BOURDIEU, 1996, p. 95). Contudo, quando deslocamos esta concepção da relação entre sociedade e Estado de Bourdieu, surge o questionamento: Quem se encarrega da produção simbólica?

Para Bourdieu, cada campo social, como acima descrito, possui, produz e reproduz um tipo específico de capital o qual está em constante disputa interna e externa, isto é, em disputa entre os agentes que integram o campo e, ao mesmo tempo, em disputa com os agentes de outros campos que perpassam aquele determinado campo da sociedade. O Estado é o resultado da concentração de diversos capitais, sejam eles, “[...] capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como o detentor de um metacapital” (BOURDIEU, 1996, p. 99). Sendo assim, a violência simbólica do Estado caracteriza-se como a influência do Estado em orientar os agentes sociais à aceitação, incorporação e legitimação de uma realidade social específica, a saber, a realidade social reproduzida pelo Estado. Deste modo, os agentes tenderiam a reproduzir tais representações sociais sem necessariamente percebê-las.

Essa tendência à reprodução das representações sociais do Estado pelos agentes pode ser interpretada, por exemplo, a partir do Caderno “Temas da Cultura, Ação católica e Americanismo e Fordismo”⁶¹ de Gramsci onde o autor, analisando o modo de produção capitalista norte-americano (fordismo), discorre sobre a importância do controle da vida privada do trabalhador industrial estadunidense como forma de moldar um “novo homem” que reproduza, por si só, valores puritanos e humanistas que são fundamentais para o mundo da produção capitalista da época.

Segundo Gramsci:

Desse ponto de vista, é o caso de estudar as iniciativas puritanas dos industriais americanos como as de Ford. Está claro que estes não se preocupam com a humanidade, com a espiritualidade do trabalhador, que imediatamente é aniquilada. Esta humanidade e espiritualidade não pode realizar-se senão no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva; esta era a máxima do artesão, do demiurgo, quando a personalidade do trabalhador se refletia completamente no objeto criado, quando ainda era forte a relação entre arte e trabalho (GRAMSCI, 2008 [1934], p. 70)

⁶¹ Gramsci, A. Americanismo e Fordismo. Editora Hedra, 2008 [1934].

Sendo assim, o trabalhador passa de uma produção personalizada a uma produção mecanizada e, portanto, começa a mecanização da vida do trabalhador para além da carga horária laboral. Gramsci afirma que “[...] o antigo senso psicofísico do trabalhador profissional qualificado, que demandava uma participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, se reduz às operações produtivas ao aspecto físico maquinal” (GRAMSCI, 2008 [1934], p. 69).

Deste modo, as tentativas de Ford de controlar a vida privada dos trabalhadores, segundo o filósofo italiano, passam a intervir diretamente no modo como a vida dos trabalhadores é organizada, para além do ambiente de trabalho. O autor cita, por exemplo, o controle do alcoolismo e questões ligadas à vida sexual dos trabalhadores. Contudo, o que é central aos objetivos deste trabalho, é destacar como o trabalho, o capital e o Estado se relacionam na construção da realidade social dos trabalhadores e, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

Gramsci desta esta relação ao afirmar que:

As tentativas feitas por Ford de intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada dos seus empregados e controlar como gastavam o seu salário e como vivem é um indício destas tendências ainda privadas ou latentes, que podem se tornar, a um certo ponto, ideologia de Estado, enxertando-se no puritanismo tradicional e apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do verdadeiro americanismo (GRAMSCI, 2008 [1934], p. 72, grifos meus).

Contudo, a partir desta análise da vida dos trabalhadores e trabalhadoras estadunidenses duas leituras podem ser feitas. A primeira é uma determinação do mundo do trabalho e, por consequência, do capital e do Estado na vida do trabalhador, isto é, uma relação puramente externa (estrutural) ou, de outro modo, uma leitura de uma relação de interiorização destes valores nos trabalhadores de uma forma não imposta. Isto é, “[...] esse equilíbrio [psicofísico] não pode ser senão puramente exterior e mecânico, mas poderá se tornar interior se proposto pelo próprio trabalhador e não imposto, numa nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais.” (GRAMSCI, 2008 [1934], p. 71). Ou seja, cria-se uma racionalidade própria do trabalho, do capital e, fundamentalmente, do Estado e esta, por conseguinte, é incorporada pelo trabalhador como sua própria racionalidade e, deste modo, relacionando-a com a subjetividade de cada agente, cria-se uma representação social na mentalidade de cada trabalhador na qual a racionalidade do Estado tem grande influência.

Deste modo, por meio dos aportes de Gramsci, a leitura da incorporação do mundo do trabalho capitalista (neste caso em específico em relação ao fordismo) e, por consequência, do capital e do Estado na vida dos trabalhadores, se relaciona com o esforço epistêmico de Bourdieu de problematizar a perspectiva teórica da determinação das estruturas sociais sobre os agentes. E, portanto, relaciona-se também com a reprodução das representações sociais em Bourdieu, como veremos a seguir.

Esta perspectiva do pensamento Gramsciano pode ser reforçada a partir da leitura de Bianchi (2000) e do desenvolvimento em relação ao conceito de bloco histórico postulado por Gramsci. Segundo Bianchi, o filósofo italiano, parafraseando Marx, afirmou que “[...] os homens tomam consciência de sua posição social e, portanto, de suas tarefas, no terreno da ideologia” (Q 10,§41, P.1319. Este nexos seria precisamente o bloco histórico, definido como “[...] a unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (Q13, §10, p.1569) ou, nas palavras de Bianchi, como uma “[...] ferramenta crítica com vistas à interpretação das relações históricas, portanto, concretas e moventes, existentes entre estrutura e superestrutura, condições objetivas e subjetivas, forças materiais de produção e ideologia” (BIANCHI, 2008, p. 138). Isto é, passasse, segundo Bianchi, a revalorizar a partir das leituras de Marx, o lugar ocupado pela intervenção humana frente às estruturas outrora tidas como determinantes por meio de uma análise economicista.

No caso de sociólogo francês, a tendência à reprodução das representações sociais do Estado pelos e pelas agentes pode ser percebida por meio do conceito de *habitus*, onde a resultante entre a objetividade das estruturas sociais e a subjetividade dos sujeitos originaria a interiorização da exterioridade ao mesmo tempo em que causaria a exterioridade da interiorização. Ou seja, em outras palavras, seria o produto da história e a produção de práticas individuais e coletivas e, portanto, a produção da história de forma dinâmica.

A perspectiva da tendência à incapacidade dos agentes de se desvencilharem das representações sociais orientadas pelo Estado, segundo Burawoy, diferem (e muito) o pensamento de Bourdieu e de Gramsci. Como afirma o autor: “[...] onde Gramsci via o bom senso embutido na classe trabalhadora, Bourdieu via o mau senso” (BURAWOY, 2010, p. 51), ou seja, enquanto Bourdieu, a partir da dominação simbólica, afirmava a tendência dos agentes sociais de não reconhecerem a sua dominação como tal, tendo em vista que “[...] a submissão à dominação não é uma questão de consciência, seria antes uma questão de *habitus*” (BURAWOY, 2010, p. 51), Gramsci, vivenciando e analisando a realidade operária

italiana, postula que o dominado reconhece e, na perspectiva de Burawoy, consente sua submissão. Apesar de este ser um ponto de grande discrepância entre os dois autores analisados, este trabalho não pretende discutir e debater se a dominação é reconhecida pelo dominado ou se esta não está ligada apenas à ideia de consciência da classe dominada e sim à ideia de produção de *habitus*. Parte-se apenas da ideia de que os agentes são dominados e que reproduzem tal dominação na sua vida cotidiana, aderindo a ela uma racionalidade própria transmitida pelos aparelhos ideológicos do Estado, e que, portanto, o Estado influencia na maneira como os sujeitos percebem a sua própria realidade social, isto é, o Estado influencia na produção das práticas individuais e coletivas de forma dinâmica.

Neste sentido, o conceito de aparelhos privados do Estado corrobora com a ideia de metacapital de Bourdieu. Ainda que ambos os autores partam de compreensões distintas da organização societal, a ideia de metacapital e de campo de poder tem como última instância a construção e transmissão de uma realidade social específica do Estado à sociedade. Os aparelhos privados de hegemonia do Estado e a ampliação do conceito de Estado aportado por Gramsci tem, em linhas gerais, a mesma conclusão, isto é, a criação de hegemonia que, grosso modo, pode ser definida como a articulação do consenso e da coerção a fim de legitimar a dominação do Estado, tendo em vista que “[...] o Estado tem consenso e pede consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2016, p. 121).

Neste sentido, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, a classe dirigente impõe sua visão de mundo à classe dominada, ou seja, “[...] a difusão de certos valores está determinada pelas relações de compromisso da classe dirigente com outras forças sociais, expressas no Estado” (REY, 2010, p. 17). Ao desenvolver sua análise sobre o capital cultural, ao qual esta pesquisa tem um interesse especial, Bourdieu traz uma perspectiva similar à de Gramsci em relação aos aparelhos privados de hegemonia. O sociólogo francês afirma: “A cultura é unificadora: o Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos – jurídico, linguístico, métrico- e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação (...)” (BOURDIEU, 1996, p. 105). Sendo assim, tanto Gramsci com os aparelhos privados de hegemonia, quanto Bourdieu com o metacapital e, no caso específico desta pesquisa, com a influência direta do Estado sobre o capital cultural, postulam que o Estado influencia e molda as estruturas mentais da classe dominada (no caso de Gramsci) e

dos agentes (no caso de Bourdieu) e, deste modo, impõem princípios de visão da realidade social.

Deste modo, correlacionando ambos os autores a fim de traçar possíveis paralelos entre ambos e, ao mesmo tempo, conhecendo suas discrepâncias teóricas, para esta pesquisa, fazê-los dialogar permite compreender a atuação do Estado, por meio dos meios de comunicação impressos, em sua complexidade, ou seja, nos permite refletir acerca da sociedade civil como detentora do capital cultural e a influência desta para a manutenção do capital simbólico da sociedade política. Bem como nos permite refletir sobre o papel do capital cultural para a construção do consenso (hegemonia), não limitando a análise do período ditatorial brasileiro apenas ao seu caráter coercitivo.

6.4 ENTRE *HABITUS* E CONSENSO: O ESTADO E A OPINIÃO PÚBLICA

As formulações teóricas de Bourdieu e Gramsci apresentadas ao longo desta pesquisa podem parecer, em um primeiro momento, abstrações complexas de serem observadas na sociedade. Nesse sentido, o conceito de opinião pública colabora na compreensão dos aportes de ambos os autores na medida em que se constitui como uma ferramenta analítica importante para a compreensão da atuação prática do Estado na conformação de *habitus* e consenso.

Bourdieu (1981) aborda a temática da opinião pública em uma sucinta palestra que, posteriormente, foi publicada em forma de texto, intitulada de “A opinião pública não existe”. No referido texto, debatendo a elaboração e aplicação de enquetes de opinião, o sociólogo francês propõe um debate acerca dos fundamentos de tais enquetes para além da crítica metodológica restrita às problemáticas em construir e calcular uma amostragem representativa do corpo de pesquisa. Nessa perspectiva, afirma que, nas pesquisas de opinião, o próprio recorte nas formulações de perguntas e respostas orienta a forma como as respostas são coletadas e, posteriormente, analisadas. Nesse sentido, afirma, por exemplo, a subordinação das pesquisas de opinião a interesses políticos. E, em última instância, afirma que “[...] a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais” (BOURDIEU, 1981, p. 140).

As formas de subordinação das pesquisas de opinião a interesses políticos perpassam diversas esferas sociais e, dentre elas, o autor destaca, por exemplo, a questão econômica do financiamento, devido aos altos custos da coleta e análise de dados que conformariam a

“opinião pública”. Sendo assim, afirma que “O efeito fundamental da pesquisa de opinião é o seguinte: a ideia de que existe uma opinião pública unânime é construída para legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível” (BOURDIEU, 1981, p. 140). Nesse contexto, o título dado à palestra de Bourdieu (1981) adquire sentido. “A opinião pública não existe, pelo menos não na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar a sua existência” (BOURDIEU, 1981, p. 149).

Gramsci, afirma que:

A opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isso, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública- jornais, partidos, parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Portanto, na perspectiva de Gramsci, há uma clara “manipulação” da construção da opinião pública tendo em vista a importância desta no processo de hegemonia. Sabendo que as bases da hegemonia, para Gramsci, são o consenso e a coerção, a opinião pública teria, na perspectiva do autor, um papel central no esforço em “[...] fazer com que a coerção pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2000, p. 95). Deste modo, os órgãos monopolizados de opinião pública influenciam, em certas situações, na construção da opinião pública.

Portanto, a ideia de opinião pública em Gramsci pode ser compreendida, como afirma Silva (2016) como o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, isto é, entre o consenso e a força. “O Estado, portador de interesses de classe, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada” (SILVA, 2016, p. 46).

Gramsci, ao discutir a questão do monopólio dos órgãos de opinião pública, não restringe o conceito às pesquisas de opinião, ou seja, abarca os jornais, partidos políticos e o próprio parlamento como órgãos de produção de opinião pública. Essa perspectiva, ainda que possua elementos que não estão presentes na perspectiva de Bourdieu (1981), reforça a ideia da politização da construção da opinião pública e, deste modo, os aportes de ambos os autores dialogam.

Ao correlacionar a ideia de opinião pública de Bourdieu (1981) e Gramsci (2000), Silva (2016) busca relacionar tal conceituação com a construção da opinião pública durante a

ditadura militar brasileira. Em seu artigo, afirma que, durante o regime militar brasileiro “[...] as falas discordantes eram sistematicamente alinhadas no discurso da imprensa dominante” (SILVA, 2016, p. 47). Nesse sentido, a autora retoma, por exemplo, a manchete publicada pela Revista Veja que indagava “O Terror morre com Marighella?” destacando a construção da ideia de medo dos insurgentes e, portanto, afirma que “[...] a prisão e morte dos militantes sempre eram mostradas como combate à ameaça” (SILVA, 2016, p. 47).

A correlação entre Estado e o uso da propaganda como forma de construção de consenso não é uma afirmação inovadora. Contudo, ao retomarmos a propaganda como processo político de criação de opinião “[...] as fronteiras entre a democracia e a ditadura ganham outro sentido. O inimigo, afônico, é definido e execrado publicamente” (SILVA, 2016, p. 47).

Em relação ao Movimento de Três Passos, é possível perceber as relações entre as reportagens veiculadas pelo Jornal Correio do Povo e pela Folha de São Paulo sobre o Movimento e correlacionar as categorias discursivas elencadas ao longo da pesquisa com o conceito de opinião pública. Ou seja, ao caracterizar o Movimento enquanto um grupo pequeno com atuação restrita e denominá-los de mercenários, por exemplo, a mídia construiu um discurso hegemônico acerca do grupo de insurgente e de suas ações.

Desse modo, o conceito de opinião pública e as correlações traçadas por Silva (2016) entre tal conceito e a propaganda da ditadura, nos permitem identificar de forma mais clara as relações entre o Estado e a construção de consenso e *habitus*. Desta maneira, retomar a ideia da construção de uma opinião pública, correlacionando Bourdieu (1981) e Gramsci (2000), nos permite identificar de forma mais nítida as proposições e correlações teóricas traçadas ao longo dessa pesquisa.

7. CATEGORIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE *HABITUS* E CONSENSO

A fim de contemplar os objetivos aos quais esta pesquisa se propõe, buscam-se correlacionar os dados levantados por meio da análise metodológica e os indicadores sociais construídos a partir das formulações teóricas. Sendo traçadas tais correlações, por fim, a hipótese da pesquisa será retomada a fim de verificar em que medida pode-se afirmar a influência do Estado na construção de *habitus* e hegemonia em relação ao Movimento de Três Passos.

Nesse sentido, a disputa histórica e política em relação à caracterização do Movimento insurgente é um ponto de partida interessante, tendo em vista a importância dada pelos meios de comunicação e pelo Exército, por meio das “notas oficiais”, à elucidação dos fatos em relação ao Movimento.

7.1 ESTADO E MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E A DISPUTA DISCURSIVA

Como destacado no relato do radialista e no diário de Osório, ao chegarem a Três Passos, os insurgentes, após tomarem as armas da guarnição do Exército no município, dirigiram-se à rádio e leram um manifesto convocando a população a formar parte do Movimento. A decisão de ir à rádio demonstra, em primeiro lugar, o desejo de ampliar sua ação, isto é, de ampliar o contingente de insurgentes adeptos ao Movimento e, em segundo lugar, a preocupação e o interesse em legitimar e explicar à população as razões pelas quais as ações do Movimento faziam-se necessárias. Nesse sentido, a leitura do manifesto de convocação demonstra a tentativa do Movimento construir socialmente, por meio da transmissão de rádio, uma determinada ideia da caracterização do Movimento e de difundir a necessidade da insurgência armada para a restauração da democracia nacional.

Em contrapartida, de forma paralela, temos a difusão midiática, tanto regional quanto nacional, da perspectiva do Exército em relação ao Movimento. Nesse sentido, como demonstrado ao longo da análise metodológica realizada nessa pesquisa, a personalização, a atuação em âmbito restrito e a ideia de desorganização e desordem atribuídas ao Movimento, também objetivaram a construção de uma caracterização em relação ao grupo de insurgentes de Três Passos. Deste modo, evidencia-se que a disputa discursiva acerca de Três Passos foi

uma preocupação tanto da mídia e do Exército, quanto do Movimento, tendo em vista os reflexos políticos práticos que o discurso acarreta.

Nessa perspectiva, vemos na disputa discursiva a centralidade dos aparelhos privados de hegemonia na construção de consenso em relação a Três Passos. Como afirma Gramsci, “[...] o Estado tem consenso e pede consenso, mas também “educa” este consenso através [...] de organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2016, p. 121). Deste modo, percebe-se como a mídia busca, enquanto aparelho privado de hegemonia, gerar consenso em relação ao Estado, caracterizando o Movimento enquanto desordenado e insignificante e os insurgentes como mercenários.

Além disso, pode-se observar como o Movimento busca utilizar os próprios meios de construção de consenso para tentar romper com a construção discursiva hegemônica do Estado. Isto é, busca, por meio do rádio, romper com o silêncio político que preponderava desde o golpe de 1964 e com a “elucidação dos fatos” acerca do Movimento, convocando a população à insurgência.

Sendo assim, em relação à disputa discursiva, observa-se a centralidade do conceito de aparelhos privados de hegemonia de Gramsci na construção de consenso e, no contexto de Três Passos, pode-se observar a importância da mídia enquanto aparelho privado de hegemonia na disputa acerca de uma construção discursiva sobre a caracterização política do Movimento insurgente. Nesse sentido, cabe-nos indagar: em que medida o discurso midiático hegemônico logrou construir consenso em relação ao Movimento de Três Passos?

7.2 *HABITUS* E CONSENSO: O PAPEL DA MÍDIA E A CENTRALIDADE DO EXÉRCITO

Ainda que se reconheça a relação da mídia em relação ao golpe militar como dicotômica, isto é, favorável à ascensão dos militares, mas contrária à repressão e à violação de direitos humanos, a mídia possui, enquanto aparelho privado de hegemonia, um papel fundamental na construção de consenso e *habitus* em relação ao Movimento de Três Passos.

Primeiramente, cabe retomar a ideia de inimigo interno postulada por Marini (1978). Em suma, para o autor, o Estado latino-americano nesse período caracteriza-se como um Estado de contrainsurgência devido ao contexto internacional no qual se insere. Nessa perspectiva, há uma centralidade do Exército na conformação do Estado e, em relação ao Exército, há um deslocamento da perspectiva externa de proteção e defesa nacional à

perspectiva da existência de uma ameaça interna a ser neutralizada. Nesse sentido, as ações de contrainsurgência do Exército não se caracterizaram como repressões a inimigos internacionais, mas sim contra uma parcela da população que foi publicamente definida como inimiga. Nessa perspectiva, retoma-se a afirmação de Silva (2016): “O inimigo, afônico, é definido e execrado publicamente” (SILVA, 2016, p. 47, grifos meus).

Deste modo, ainda que declare que tenha se mantido contrária à repressão e à violência do regime militar brasileiro, a mídia brasileira teve um papel fundamental na definição e execração do “inimigo interno” que devia ser combatido pelo Exército. Deste modo, o Movimento de Três Passos é um exemplo histórico micro que nos permite identificar com clareza o papel da mídia na construção de consenso acerca da necessidade e legitimidade da ditadura militar brasileira. E, em última instância, na legitimação da violência e da repressão do regime militar, tendo em vista que colaborou na execração pública daqueles que se opuseram à tão comemorada “revolução de 1964”.

Deste modo, as reportagens da Folha de São Paulo e do Correio do Povo, evidenciam a influência da mídia enquanto aparelho privado de hegemonia na construção de consenso sobre a caracterização do primeiro movimento insurgente armado contra a ditadura militar brasileira. Sendo assim, por meio da afirmação de desordem, personalização e incapacidade de atuação, a mídia construiu publicamente na sociedade a caracterização dos insurgentes como mercenários, baderneiros, insurretos, subversivos e rebeldes⁶², ou seja, como inimigos.

Sendo os insurgentes socialmente legitimados e definidos enquanto inimigos, o Estado de contrainsurgência usufruiu de um terreno fértil para o estabelecimento de políticas repressivas. Deste modo, o conceito de opinião pública, tanto em Bourdieu (1981), quanto em Gramsci (2000), nos permite identificar como o Estado logrou construir um consenso “preventivo” acerca da necessidade de ações repressivas e violentas, possibilitando a legitimação de tais políticas. Deste modo, o contexto de Três Passos, uma vez mais, nos permite identificar em âmbito micro, a ação do Estado na construção de consenso sobre a violência da ditadura militar, tendo em vista que, por meio da veiculação de uma caracterização específica do Movimento, logrou-se prender e, como já demonstrado ao longo desta pesquisa, torturar os insurgentes de Três Passos. Sendo assim, o Estado de

⁶²Como apresentado nas análises das referidas reportagens, todos os adjetivos aqui citados foram retirados dos jornais Correio do Povo e Folha de São Paulo.

contrainsurgência construiu consenso em relação à necessidade da coerção e, em última instância, logrou articular a manutenção da hegemonia.

Sendo assim, cabe-nos ainda indagar: em que medida a construção de consenso relaciona-se com a construção de um *habitus* específico? Para discorrer acerca da construção de *habitus* no contexto de Três Passos devem-se retomar os relatos publicados pelo Coojornal (1978) e a foto e descrição referentes à “falta de apoio popular”. Por *habitus* específico entende-se a reprodução e legitimação do consenso construído pelo Estado por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Deste modo, busca-se correlacionar a construção de consenso em relação à repressão aos inimigos internos e às práticas sociais que reproduziram e legitimaram a referida construção de consenso.

Os relatos publicados no Coojornal (1978) afirmam que, na cidade de Foz do Iguaçu, onde Alberi e Osório chegaram para serem presos, formou-se um corredor de civis que escarravam nos insurgentes enquanto esses eram levados para dentro do Batalhão. A “comitiva do escarro”, como foi denominada pelo Coojornal, formou-se a partir de ordens de um capitão do Exército. Desse modo, percebe-se que o consenso acerca da caracterização dos insurgentes enquanto inimigos geraram práticas sociais violentas que foram produzidas, reproduzidas e legitimadas pela sociedade civil.

Do mesmo modo, em relação à imagem de camponeses auxiliando os militares nas buscas pelos insurgentes, após o conflito direto entre o Movimento e o Exército, nas proximidades de Capitão L. Marques, como apresentado por meio do documento “Faltou apoio popular” (ver: 5.2 “*Faltou apoio popular*”: *Registro de camponeses*), percebe-se a constituição e legitimação de práticas sociais específicas em relação ao Movimento de Três Passos. A cooperação com o Exército reforça não somente a ideia de que o Movimento falhou na tentativa de lograr apoio popular expressivo por meio da leitura do manifesto de convocação na rádio, mas também evidencia a ideia de que a caracterização dos insurgentes enquanto inimigos que deveriam ser neutralizados legitimou-se socialmente, isto é, estabeleceu-se enquanto consenso.

Nessa perspectiva, pode-se perceber como o Estado de contrainsurgência, por meio do consenso em relação à ideia de inimigo interno, logrou construir um ambiente propício ao estabelecimento de políticas repressivas e, ao mesmo tempo, conformou um *habitus* específico, isto é, um *habitus* de contrainsurgência. Esse *habitus* de contrainsurgência se expressa na produção, reprodução e legitimação de práticas sociais violentas com o objetivo

de reprimir e castigar aqueles e aquelas que decidiram se opor ao regime militar brasileiro. A ideia de revolução de 1964, difundida pela mídia e pelo Exército, colaborou na legitimação de tais práticas sociais, tendo em vista que as (os) que se opunham ao regime militar, se opunham, portanto, aos “salvadores da democracia nacional”.

Sabe-se que o conceito de *habitus* em Bourdieu refere-se à produção e legitimação de práticas sociais específicas e, ao mesmo tempo, ao compartilhamento de valores e comportamentos que legitimem tais práticas. Deste modo, em nível macro, movimentos como as “marchas da família com Deus pela liberdade”⁶³, expressam os valores aos quais uma parcela da sociedade civil brasileira se opôs naquele momento e, deste modo, por meio da oposição a determinadas ideias, é possível identificar os valores e comportamentos que eram socialmente legitimados e compartilhados por eles. Nesse sentido, em nível micro, a colaboração nas buscas pelos insurgentes e as comitivas de escarro, assemelham-se à marcha com Deus pela liberdade, no sentido de uma manifestação de valores compartilhados e legitimados socialmente durante aquele período específico.

Desta maneira, percebe-se como a mídia, ainda que tenha se oposto às práticas repressivas, colaborou na construção de uma caracterização específica acerca do Movimento, considerando-os, em última instância, inimigos internos que deveriam ser reprimidos. Dessa maneira, a mídia colaborou na formação de um *habitus* de contrainsurgência e, do mesmo modo, na formação de um ambiente político e social propício ao estabelecimento da tortura e da violação de direitos humanos como políticas de Estado e como práticas corriqueiras.

Nesse sentido, retoma-se o debate acerca do Estado integral em Gramsci. Como destacado anteriormente nesta pesquisa, o conceito de sociedade civil e sociedade política de Gramsci, por vezes, são retomados como se fossem conceitos estáticos e bidimensionais, ou seja, como se a coerção estivesse alocada na sociedade política, enquanto o consenso fosse construído por meio da sociedade civil.

Contudo, como afirma Bianchi (2008), deve-se compreender que a sociedade civil “[...] mantém uma relação de unidade-distinção com a sociedade política” (BIANCHI, 2008, p. 183). Ou seja, não são duas dimensões conceituais isoladas e estáticas, isto é, são interdependentes e associam mutuamente a coerção e o consenso. Nesse sentido, percebe-se

⁶³Uma série de marchas realizadas entre 19 de março e 8 de junho de 1964 ficou conhecida como as “marchas com Deus pela Liberdade” devido ao caráter de oposição dos manifestantes às propostas de reformas de base propostas por Goulart.

que a mídia, enquanto aparelho privado de hegemonia e, portanto, alocado na sociedade civil, opera na dimensão da construção de consenso, produzindo efeitos na dimensão da coerção na medida em que propicia um ambiente político de consolidação de práticas sociais de contrainsurgência e, do mesmo modo, na consolidação de políticas autoritárias.

Desta maneira, a concepção de Bianchi (2008) acerca da relação de unidade-distinção entre sociedade política e civil pode ser visualizada com maior clareza quando se analisa de forma pormenorizada o papel da mídia na construção de consenso em relação ao Movimento de Três Passos.

7.3 O *HABITUS* DE CONTRAINSURGÊNCIA E AS DITADURAS LATINO-AMERICANAS

A participação da sociedade civil nas ditaduras latino-americanas foi tema de estudo de diversas/os autoras/es que se propuseram a debater o caráter dos regimes militares da América Latina, isto é, debater a possibilidade de caracterizar as ditaduras militares enquanto ditaduras civis-militares.

O caráter civil da ditadura militar argentina, por exemplo, é muito questionado. Como afirmar que a sociedade argentina desconhecia as práticas de tortura no ESMA⁶⁴, localizado no centro de Buenos Aires? Ou como explicar os corpos que apareciam ao longo da costa do Rio da Prata? Questionar o caráter civil das ditaduras militares latino-americanas é questionar a passividade de uma parcela expressiva das nossas sociedades frente às violações de direitos humanos que sistematicamente ocorrem no nosso continente nesse período.

Nesse sentido, os debates perpassam a ideia de que “todos fomos vítimas” e, por vezes, a culpa da violência recai de forma exclusiva sobre os militares. Não se questiona ou reduz a responsabilidade e centralidade dos Exércitos latino-americanos nas práticas e nas políticas de tortura e violações de direitos humanos, contudo, busca-se destacar que, por vezes, “Os militares aparecem como uns monstros por fora da sociedade, não como o braço armado dessa sociedade” (ROJAS, 2014, p. 14).

No caso brasileiro, o caráter civil também é colocado em pauta. Como afirmar o desconhecimento da censura, da repressão a opositores políticos e da perseguição a estudantes

⁶⁴A Escola Mecânica Armada (ESMA) foi um dos maiores centros de tortura de Buenos Aires. Está localizado no centro da cidade e atualmente funciona como um museu de memória às vítimas da ditadura militar argentina.

e jornalistas? Como negar o apoio e influência das manifestações de parcela da população brasileira à queda de Goulart em 1964?

O historiador brasileiro Daniel Aarão Reis é um dos protagonistas do debate acerca do uso do termo “civil militar” para a caracterização do regime militar brasileira. O autor afirma que o uso da terminologia “ditadura militar” trata-se “[...] de um exercício de memória que se mantém graças a diferentes interesses e hábitos adquiridos e à preguiça intelectual” (REIS, 2012). Nesse sentido, afirma que não só as elites brasileiras, mas a sociedade como um todo teria apoiado a ascensão dos militares ao poder como um “mal menor” frente às ameaças comunistas no país. Portanto, afirma que “[...] é injusto dizer que o povo não tem memória. Ao contrário, a história atual está saturada de memória. Seletiva e conveniente, como toda memória. No exercício desta absolve-se a sociedade de qualquer tipo de participação neste triste – e sinistro- processo.” (REIS, 2012).

Melo (2012), ao rebater os argumentos teóricos de Reis (2012), parte dos aportes de Dreifuss (1981) para afirmar quem são os civis que apoiaram o golpe e, deste modo, aclarar a quais parcelas da sociedade civil Reis se refere ao denominá-las de “sociedade brasileira”. Para o historiador, o uso do termo civil militar como forma de caracterizar a ditadura militar brasileira está atrelado à própria visão das forças armadas da distinção social entre “militares” e “civis”. Deste modo, a caracterização da sociedade como um todo único e estático, teria origem no imaginário das forças armadas e, a afirmação da participação da “sociedade brasileira” no golpe, teria sua fonte nesta mesma forma de pensar.

Nesse sentido, em oposição ao uso do termo “civil militar”, há uma orientação do debate no sentido de pensar o favorecimento de frações específicas das classes burguesas latino-americanas com a ascensão dos militares ao poder e, nesse sentido, refletir acerca da importância do apoio da burguesia na manutenção das ditaduras militares. De modo distinto, argumenta-se de forma contrária ao uso da terminologia “civil-militar”, tendo em vista que o uso desta expressão gera a impressão de que a sociedade civil como um todo apoiou e sustentou os regimes militares latino-americanos.

Nesse sentido, ainda que aponte a centralidade dos interesses dos grandes empresários, do imperialismo e o apoio de uma parcela da classe média, com a “Marcha da família com Deus pela liberdade” ao golpe de 1964, Boito (2014) discorda do uso da terminologia “civil” para categorizar a ditadura militar brasileira. Afirma que ainda que tal terminologia tenha sido resgatada nos últimos anos por intelectuais progressistas a fim de denunciar o apoio de uma

parcela da população, o uso do referido termo acaba gerando uma compreensão equivocada sobre o período e não atinge os objetivos progressistas esperados.

Para Boito (2014), a burguesia nacional, aliada aos interesses do capital financeiro internacional e, apoiados por uma parcela da classe média, tiveram um papel fundamental na legitimação do regime militar. Contudo, afirma que o uso da terminologia “civil”, baseado nesse apoio, ofusca a questão central, a saber, o golpe e as políticas autoritárias, que foram organizados e executados pelo alto comando das Forças Armadas.

Sendo assim, segundo o autor, quando utilizamos o termo “militar” estamos nos referindo às instituições militares que funcionaram e agiram em prol da repressão e da consolidação do golpe militar. E, ao usarmos o termo “civil”, de forma vaga, genérica e sem valor conceitual, nos referimos à sociedade como um todo, ou seja, como se esse todo social estivesse apoiando o regime militar quando, o que de fato ocorria, era uma divisão social profunda frente aos golpes latino-americanos.

A questão do caráter civil dos regimes militares é um campo teórico espinhoso no qual os reducionismos e as generalizações podem ser elementos que resultam na distorção de elementos históricos fundamentais. Deste modo, sabendo das diversas interpretações oriundas da caracterização das ditaduras latino-americanas como “civis-militares”, não se pretende afirmar ou negar o caráter civil dos regimes militares, no sentido de posicionar-se sobre uma definição estática acerca do caráter dos golpes e das ditaduras militares latino-americanas. A retomada desse debate tem por objetivo destacar que a temática da participação civil nas práticas de repressão durante os regimes militares latino-americanos está presente nos debates historiográficos e, de mesmo modo, objetiva lançar uma perspectiva a mais ao debate, ou seja, de que maneira o Estado de contrainsurgência, estabelecido com a ascensão dos militares ao poder, logrou gerar práticas de contrainsurgência e, em última instância, influenciou nas práticas sociais (civis) que legitimaram e apoiaram as ditaduras militares na América Latina?

No contexto de Três Passos, percebe-se a reprodução e legitimação de práticas sociais violentas que, como afirmado anteriormente, por meio da construção de consenso acerca da necessidade de neutralização de um inimigo interno, constitui-se enquanto *habitus* de contrainsurgência. Sendo assim, em âmbito micro, o contexto de Três Passos e a proposição da reprodução de um *habitus* violento específico do contexto dos regimes militares latino-americanos pode colaborar nas reflexões acerca da participação civil nas ditaduras militares latino-americanas.

7.4 TRÊS PASSOS E A HISTORIOGRAFIA DA TORTURA

Analisar a construção discursiva e política acerca de Três Passos e identificar a caracterização dos insurgentes enquanto inimigos internos, apontando o estabelecimento de um ambiente propício ao estabelecimento de políticas de tortura e práticas sociais violentas, nos levam ao encontro da historiografia acerca dos “anos de chumbo” da ditadura.

O Movimento de Três Passos nos permite identificar em âmbito micro a construção gradual do ambiente político nacional em relação às políticas de tortura. Nesse sentido, a revisão da historiografia da tortura, já proposta por Palmar (2012), torna-se necessária. À luz das análises sobre o primeiro movimento armado contra a ditadura militar, demonstra-se que desde o primeiro ano do regime militar, construiu-se um ambiente político propício à prática da tortura como política de Estado. E, além disso, já no primeiro encarceramento de insurgentes, as práticas de tortura foram amplamente utilizadas pelo Estado, caracterizando e consolidando a face mais violenta do Estado de contrainsurgência.

Nesse sentido, os relatos citados no primeiro capítulo desta pesquisa, acerca das torturas sofridas pelo insurgente Bonilha, bem como o relato acerca das torturas sofridas por Osório e Alberi, vão de encontro direto ao discurso historiográfico que afirma que nos primeiros anos do regime militar não havia políticas de tortura. O discurso acerca de um regime mais brando durante os primeiros anos da ditadura está relacionado à diversas questões, como por exemplo ao fato de que as eleições nacionais estavam mantidas e deveriam ser realizadas em 1969.

Contudo, a historiografia do movimento insurgente da fronteira do sul do Brasil demonstra que, ainda que as eleições estivessem mantidas e previstas, a violência de Estado já estava em curso e as políticas de tortura já estavam sendo implementadas como forma de repressão à opositores políticos. Sendo assim, novamente afirma-se a correlação da influência do Estado de contrainsurgência na constituição de consenso acerca da necessidade de tais políticas de repressão e, do mesmo modo, a influência na constituição de um *habitus* de contrainsurgência, devido à caracterização do insurgente e do opositor político como inimigo.

7.5 ALCANCES E LIMITES DA CONSTRUÇÃO DE CONSENSO E *HABITUS*

A despeito das afirmações da influência do Estado na construção de *habitus* e consenso, deve-se destacar a existência de uma parcela da sociedade civil que não aderiu ao discurso hegemônico. Afirmar a não homogeneização da legitimação das políticas e práticas

sociais de contrainsurgência é de extrema relevância para não esbarrarmos em um reducionismo homogeneizante da ação e das práticas sociais.

Em relação ao Movimento de Três Passos, por exemplo, o Jornal Nosso Tempo atuou na divulgação de conteúdos que denunciavam as práticas de tortura nas regiões fronteiriças do sul do país. Além do Jornal Nosso Tempo, deve-se destacar os diversos apoios recebidos pelos insurgentes ao longo de toda a rota percorrida pelo interior do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O apoio de diversos grupos sociais, como partidos, camponeses e sindicalistas, fica evidenciado no diário de Osório e contrapõem a argumentação midiática acerca da personalização e da desorganização do Movimento.

Desse modo, faz-se questão de não generalizar a adesão social às práticas sociais violentas, tendo em vista a pluralidade da conformação social.

7.6 A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESTADO

A elaboração desta pesquisa partiu da hipótese de que o Estado, por meio da coerção e da produção de consenso, teria influenciado na construção de uma narrativa hegemônica acerca do confronto entre o Movimento e o Exército e, deste modo, teria influenciado na construção de *habitus* e hegemonia na população do oeste dos estados que conformam o sul do Brasil. A ação do Estado teria sido fundamental para construir, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, um consenso negativo em relação ao movimento analisado e, sendo assim, teria logrado articular a manutenção da coerção e consenso do Estado na região.

Verifica-se, portanto, que o Estado influenciou na construção de uma narrativa hegemônica em relação ao Movimento de Três Passos, ainda que esta narrativa estivesse em constante disputa política. Por meio da pesquisa, pode-se analisar de forma pormenorizada a construção da categorização dos insurgentes enquanto inimigos e a influência dos aparelhos privados de hegemonia, que veiculavam as “notas oficiais” do Exército, na construção de uma narrativa hegemônica que elucidasse os fatos acerca de Três Passos, ou seja, que constituísse uma narrativa hegemônica acerca do Movimento.

Deste modo, por meio da correlação entre os indicadores teóricos e as categorias discursivas, verifica-se que o Estado, assumindo um caráter de contrainsurgência influenciou na construção de um consenso negativo acerca do Movimento e colaborou na construção de práticas violentas socialmente reproduzidas e legitimadas, isto é, na construção de um *habitus* de contrainsurgência. Nesse processo de construção de consenso a reprodução da ideia de inimigo interno foi fundamental na adesão social desta caracterização e, portanto, teve

centralidade no estabelecimento de políticas de tortura e de práticas violentas socialmente reproduzidas e legitimadas. Portanto, o Estado produz consenso, educa consenso e, no contexto de Três Passos, reproduz esse consenso a partir da influência na constituição de práticas sociais baseadas na violência, isto é, de práticas de contrainsurgência.

Nesse sentido, o Estado logrou articular a manutenção da sua hegemonia, isto é, da articulação do consenso e da coerção, suprimindo de forma violenta o Movimento de Três Passos e consolidando um terreno fértil que possibilitaria, posteriormente, em nível macro, a consolidação de políticas repressivas de supressão de direitos humanos e perseguição e tortura de opositores políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise do contexto de Três Passos percebe-se a centralidade da disputa discursiva acerca da caracterização do Movimento insurgente. Nesse sentido, em uma análise micro, possibilita-se à reflexão acerca do caráter da ditadura militar brasileira, perpassando as disputas discursivas e políticas acerca da dicotomia entre “golpe de 1964” ou “revolução de 1964”. A retomada da disputa política e discursiva acerca do primeiro movimento insurgente armado contra a ditadura militar brasileira tem grande importância e atualidade, tendo em vista que devido a declarações recentes do governo executivo, como citado ao longo desta pesquisa, a disputa entre “revolução” ou “golpe” parece continuar em aberto na história política brasileira. Sendo assim, retomar, rediscutir e aprofundar as análises em relação aos movimentos, às políticas e ao contexto da ditadura militar brasileira é fundamental.

O caminho percorrido por essa pesquisa, desde a reconstituição histórica do contexto no qual o Movimento estava inserido, às elaborações teóricas e metodológicas, desloca-se no sentido do macro ao micro. Ou seja, partindo do contexto internacional latino-americano buscou-se situar o Movimento dentro do contexto político brasileiro. A partir da elaboração teórica de indicadores sociais, buscou-se construir categorias discursivas a fim de correlacioná-las com os indicadores hipotéticos da pesquisa. Contudo, tendo sido concluídas as análises e formulações teóricas, quando se aproxima do objeto específico de análise, a saber, o Movimento de Três Passos, há a possibilidade de vislumbrar o micro à luz das formulações teóricas macro e, posteriormente, fazer o caminho analítico inverso, isto é, “retornar” ao macro analisá-lo a partir do que foi produzido por meio do encontro hipotético dedutivo entre macro e micro.

Nesse sentido, as análises micro do contexto de Três Passos nos permitem problematizar a historiografia da tortura, questionando a concepção de “ditadura branda” e “anos de chumbo”, apontando as práticas de tortura e a construção de um ambiente propício à implementação da tortura como política de Estado desde o primeiro ano do regime militar brasileiro.

Problematiza-se também a concepção de que a mídia hegemônica comportou-se de forma dicotômica em relação à ditadura militar brasileira, como afirma Motta (2013), no sentido de que apoiou a ascensão dos militares, mas posicionou-se contra as repressões e violações de direitos humanos, tendo em vista que evidencia-se a centralidade da mídia enquanto aparelho privado de hegemonia na construção de consenso acerca do caráter dos insurgentes enquanto inimigos internos que precisavam ser neutralizados e, portanto, a

influência da mídia na construção de um *habitus* de contrainsurgência e de um ambiente político propício (opinião pública) à implementação da tortura como política de Estado.

E, por fim, verifica-se como o Estado, em nível micro, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, influenciou na conformação de uma narrativa hegemônica acerca do Movimento de Três Passos e, em última instância, na produção, reprodução e legitimação de práticas sociais violentas. Ou seja, afirma-se a influência do Estado na construção de consenso e *habitus* em relação ao primeiro movimento insurgente armado contra a ditadura militar brasileira.

A opção metodológica do uso da análise do discurso foi fundamental para contemplar os objetivos propostos pela pesquisa, tendo em vista que por meio da análise de múltiplos casos evidenciou-se a disputa política e discursiva acerca da construção histórica e política do Movimento, isto é, a preocupação do Movimento e do Exército, por meio da mídia, em legitimar socialmente ideias específicas acerca das ações do Movimento. Além disso, a análise do discurso da mídia nos possibilitou compreender de que maneira gerou-se consenso sobre um “inimigo interno” que deveria ser reprimido. A caracterização dos insurgentes como mercenários e baderneiros, bem como a caracterização da personalização do Movimento e de sua atuação em âmbito restrito, cooperou para a construção da imagem dos insurgentes como inimigos.

A análise do discurso da “população” possibilitou analisar em que medida a disputa política e discursiva entre mídia, Exército e Movimento se refletiram na sociedade. As práticas sociais de contrainsurgência, e a “Falta de apoio” ao Movimento foram elementos coletados por meio da análise dos documentos da “população” e, por meio deles, verificou-se a influência da mídia, enquanto aparelho privado de hegemonia, na construção de consenso e, em última instância, na construção de um *habitus* específico, ou seja, de um *habitus* de contrainsurgência.

A opção pela construção teórica de um diálogo entre Gramsci e Bourdieu, ainda que se compreenda que ambos partem de concepções de Estado e sociedade distintas, foi fundamental para a compreensão do Estado para além do seu caráter coercitivo.

Quando se propõe uma reflexão acerca do caráter dos regimes militares latino-americanos, a questão da violência e da repressão assume um papel central. E de fato, esses elementos têm centralidade. A violação de direitos humanos, a repressão, a perseguição política e a tortura estiveram presentes ao longo deste período. Entretanto, por meio desta pesquisa, buscou-se argumentar que a coerção só teve proeminência neste período devido à construção de consenso.

Nesse sentido, os aportes teóricos de Gramsci acerca do Estado integral e da construção de hegemonia por meio da conciliação entre coerção e consenso foram fundamentais. Além disso, a perspectiva do ator acerca dos aparelhos privados de hegemonia colaborou nas formulações e análises propostas nesta pesquisa.

Do mesmo modo, os aportes teóricos de Bourdieu, quando postos à dialogar com os aportes de Gramsci, foram fundamentais para compreender como o consenso acerca de um inimigo interno gerou, em última instância, um *habitus* de contrainsurgência, ou seja, gerou práticas sociais que legitimaram e abriram espaço para a consolidação da repressão como política de Estado.

Sendo assim, a despeito de suas diferenças e divergências teóricas, o diálogo entre ambos os autores foi fundamental para a elaboração desta pesquisa e, desta maneira, pode-se observar como a coerção e a violência dos regimes ditatoriais latino-americanos se consolidaram enquanto política de Estado devido à construção de consenso e, em última instância, a reprodução social do consenso, gerando um *habitus* de contrainsurgência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, S. T. **Dos quartéis aos tribunais: A atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional. (1964-1978)**. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- ANDERSON, P. **As linhagens do Estado absolutista**. Editora UNESP, 1974.
- ANGELI, M. J. **Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre sociedade civil e política**. Revista Espaço Acadêmico, n. 122, 2011.
- BIANCHI, A. **O Laboratório de Gramsci**. Alameda Editorial, UNICAMP, 2008, p. 173-185.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006 [1989].
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.
- BOURDIEU, P. **Espírito do Estado – gênese e estrutura do campo burocrático**. P.91-135. IN:
- BOURDIEU. **Razões práticas – sobre teoria da ação**. Campinas, SP: Papius Editora, 1996.
- BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Editorial Montessor, 2002. [1966].
- BOURDIEU, P. **A opinião pública não existe**. In: THIOLEN, M. (Org). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981, p. 137-151.
- BOITO, A. Entrevista: **Os Civis Vestiram a Farda?**. Jornal da UNICAMP. Campinas- SP, 2014.
- BRASIL. Decreto- Lei Nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970. Dispõe **Sobre a Execução do artigo 153, § 8º**, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil.
- BRASIL. Lei Nº 5.250, de 09 de Fevereiro de 1967. **Regula a liberdade de Manifestação e de informação**.
- BRASIL. **Comissão da Anistia organiza caravanas no Rio Grande do Sul**. Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/comissao-de-anistia-organiza-caravanas-no-rio-grande-do-sul>
- BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu**. Editora UNICAMP, 2010.
- CADEMARTORI, L. M. D. **A operação três passos: A história, o Direito e o Político**. Dissertação (Pós-graduação em Direito)- Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

CENTENO, A. M. **Sangre y Deuda: Ciudades, Estados y construcción de nación en América Latina**. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2014

CNV “Comissão Nacional da Verdade”. **Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores**. O judiciário. Volume 01. Parte IV.

FICO, C. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Editora Artmed, Porto Alegre, 2009.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**: Edição com fotos, 2002. P. 443.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 2v.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Editora Civilização Brasileira, 2016, 7. Ed, Rio de Janeiro, RJ.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere volume 4: Temas da Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo**. Editora Civilização Brasileira, 2015, 5 ed.

MACHADO, C. C. **Da sombra à escuridão: O discurso e a memória da imprensa acerca do movimento de resistência armado de Três Passos- RS**. Monografia (Graduação em História)- Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. L&PM Pocket Premium, v. 110, Porto Alegre, 2013 [1532].

MARINI, M. R. **El Estado de Contrainsurgencia. In: Intervención en el debate sobre “La cuestión del fascismo en América Latina”**, Cuadernos Políticos, n. 18, Editora Era, México, 1978.

MÁRQUEZ, G. G. **Cem anos de Solidão**. Editora Record, 48º edição, Rio de Janeiro, 2011 [1967].

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. Coleção L&PM, 2014 [1848]

MELO, B. D. **Ditadura “civil militar”?: Controvérsias Historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os Desafios do Tempo Presente**. Espaço Plural, ano XIII, Nº 27, 2012, p. 35-53.

MOTTA, S. P. R. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. Revista TOPOI, v.14, n. 26, 2013.

OLIVEIRA, A. de. **Representações da Tortura no Jornal Nosso Tempo: Direitos Humanos e opinião pública em Foz do Iguaçu 1980-1985**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História, 2017.

PALMAR, A. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa de editores, 4º Ed. Curitiba, 2012.

QUADRAT, V. S. **Operação Condor: O “Mercosul do terror”**. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXVIII, n. 1, p. 167-182, junho de 2002.

RAPOPORT, M.; LAUFER, R. **Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: Os golpes militares da década de 1960**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, Brasília, 2000.

REY, M. T. **El Estado Ampliando en el Pensamiento Gramsciano**. IN: La noción Gramsciana de hegemonia en el convulsionado fin de siglo, Universidad Nacional de San Luis, 2010.

REIS, A. D. **O Sol sem peneira**. Revista de história da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. Editora Atlas, São Paulo, 2014.

ROJAS, A. G. **A ditadura Militar na Argentina (1976-1983): Retomando Hipóteses Frente aos Relatos Oficiais**. IN: AMADEO, J; ARAUJO, C (Org.). Teoria Política Latino-Americana. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2010.

SANTANDER, P. **Por que e como fazer análise do discurso**. Cinta de Moebio: Revista de Epistemología de Ciencias Sociales, 2011.

SILVA, L. C. **Consenso e coerção na ditadura**. In: SILVA, L. C; CALIL, G.; SILVA, B. M (Org). Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Editora FCM, 2016, p. 43- 64.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. Dunker & humblot, Berlim, 1967 [1918].